



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS – MESPT



**A PARTEIRA TRADICIONAL QUILOMBOLA E SUA ATUAÇÃO NO
TERRITÓRIO DE SANTA ROSA DOS PRETOS, ITAPECURU-
MIRIM/MA: a vida de Severina Pires Belfort**

HELLEN JACQUELINE PIRES BELFORT PEREIRA

Brasília-DF/2024

HELLEN JACQUELINE PIRES BELFORT PEREIRA

**A PARTEIRA TRADICIONAL QUILOMBOLA E SUA ATUAÇÃO NO
TERRITÓRIO DE SANTA ROSA DOS PRETOS, ITAPECURU-
MIRIM/MA: A vida de Severina Pires Belfort**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais no Programa de Pós-graduação MESPT da Universidade de Brasília.

Orientadora: Sílvia Maria Ferreira Guimarães

BRASÍLIA-DF

2024

BRASÍLIA-DF, 06 DE DEZEMBRO DE 2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Pereira, Hellen Jacqueline Pires Belfort

A Parteira Tradicional Quilombola e sua Atuação no Território de Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-mirim/MA: a vida de Severina Pires Belfort, Brasília- DF, 2024.

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais no Programa de Pós-graduação MESPT na Universidade de Brasília.

- | | |
|---------------------|--------------------|
| 1. História de vida | 2. Quilombola |
| 3. Parteira | 4. Saúde |
| I. MESPT/ UnB. | II. Título (série) |

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

Pereira, H. J. P. B. (2024). **A Parteira Tradicional Quilombola e sua Atuação no Território de Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-mirim/MA: a vida de Severina Pires Belfort**. Dissertação de Mestrado Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais, Universidade de Brasília, Brasília – DF, n° p. 105.

CESSÃO DE DIREITOS

AUTOR: Hellen Jacqueline Pires Belfort Pereira

TÍTULO: A Parteira Tradicional Quilombola e sua Atuação no Território de Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-mirim/MA: a vida de Severina Pires Belfort

GRAU: Mestre

ANO: 2024

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação de mestrado e para emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE JUNTO A POVOS E
TERRITÓRIOS TRADICIONAIS – MESPT

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais no Programa de Pós-graduação MESPT na Universidade de Brasília.

Banca Examinadora

Dra. Sílvia Maria Ferreira Guimarães
Orientadora – Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da UnB.

Dra. Givânia Maria da Silva
Examinadora externa – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Coletivo Nacional de Educação (CNE) e Associação Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores Negras e Negros (ABPN).

Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos
Examinador interno - Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da UnB.

Dra. Janaína Deane de Abreu Sá Diniz
Examinadora interna (suplente) - Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais da UnB.

RESUMO

Este trabalho se refere aos conhecimentos tradicionais da parteira, Severina Pires Belfort, da comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos, localizada no município de Itapecuru-mirim, no estado do Maranhão. Visa discutir o ofício de parteira e como esse se conecta a outros ofícios tradicionais que fazem dessas mulheres lideranças, referências culturais, conselheiras e consultoras sobre os modos de viver e construir a vida comunitária. O objetivo deste trabalho é mapear a atuação da parteira na comunidade e como essa atuou formando os agentes comunitários de saúde. Este trabalho está ancorado na pesquisa qualitativa, voltou-se para a história de vida onde buscaram-se relatos sobre a vida dessa parteira a partir de pessoas que conviveram e presenciaram sua atuação na comunidade. Este trabalho demonstra a centralidade de uma parteira em manter e dinamizar o cuidado na coletividade, dinamizando redes de cuidado coletivas.

Palavras-chave: parteira; história de vida; quilombola; saúde

ABSTRACT

This paper refers to the traditional knowledge of the midwife, Severina Pires Belfort, from the *quilombola* community of Santa Rosa dos Pretos, located in the municipality of Itapecuru-mirim, in the state of Maranhão. It aims to discuss the midwifery profession and how it connects to other traditional professions that make these women leaders, cultural references, counselors and consultants on ways of living and building community life. The objective of this paper is to map the midwife's role in the community and how she worked to train community health agents. This work is anchored in qualitative research, focusing on the life story where we sought accounts of the life of this midwife from people who lived with her and saw her work in the community. This work demonstrates the centrality of a midwife in fostering and sustaining collective care within the community.

Keywords: midwife; life history; *quilombola*; health

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS, aos ORIXÁS, aos GUIAS de LUZ, que me deram sabedoria, discernimento, concentração para desenvolver e escrever este trabalho. A minha mãe, os meus filhos, filhas, marido, irmãos, irmãs, amigos, amigas que sempre me apoiaram no transitar de minha vida acadêmica, profissional. Aos meus familiares que trabalham como funcionários públicos, há mais de 25 anos. Não vou citar nomes de pessoas que colaboraram comigo, para chegar aonde estou, pois são milhares de pessoas especiais, maravilhosas, que cruzaram minha vida, me acompanharam e me acompanham nesse meu transitar universitário, profissional, como militante do movimento negro quilombola. Não cabem, aqui, os nomes das pessoas que DEUS colocou em meu caminho, em minha vida, e que jamais vou conseguir esquecer-las, todas e todos moram em meu coração. Não foi fácil, e, nem será fácil, esse meu transitar para conseguir chegar aonde almejo chegar, realizei o MESTRADO, é um dos maiores degraus que eu já consegui. O próximo passo é chegar ao Doutorado, sei que não vai ser fácil, como já não está sendo, mas, irei galgar e chegar ao meu objetivo maior, o pós-doc.

Em meu caminhar educacional, profissional e de militante, minha família sempre foi o meu porto seguro, que na qual, todas e todos, são especiais em minha vida, sou grata por tê-los sempre ao meu lado. Àquelas pessoas que não me ajudaram, tentando me fazer desistir ou àquelas pessoas que não me ajudaram e também não me atrapalharam, só tenho a agradecer! Pois, para mim, o que importa é fazer valer as amizades que conquistei até aqui. Portanto, são amizades sinceras, verdadeiras que me fazem ser, cada dia mais fortes, capaz de realizar os meus sonhos e conquistar meus objetivos.

Agradecer aos movimentos sociais, às entidades de representatividades pretas quilombolas: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN); Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ-MA); Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim - MA (UNICQUITA); Clube de Mães Nossa Senhora da Conceição (CMNSC); Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos (APRQSRP); sendo os(as) protagonistas em meu transitar na busca de novos conhecimentos em minha vida, fazendo-me chegar em vários caminhos galgados. Os movimentos de negros quilombolas colaboraram de maneira central e me ajudaram a chegar ao mestrado.

Agradeço à Coordenação do Mestrado do Curso em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais – MESPT da UnB, por ter me acolhido, assim, como acolheu a todos(as) os(as) estudantes do MESPT. Acompanhando as redes sociais, realizei minha inscrição para o mestrado; hoje, concluí o tão sonhado mestrado. Realizei um dos grandes sonhos de minha vida. Várias pessoas galgam ocupar esse espaço, espaço esse que é de cada um, cada uma pessoa deste País e inclusive de outros países que desejam cursar este mestrado. Essa chance de realizar o grande sonho de ser uma Mestra em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais pode ser realizada por cada um(a), basta querer!

QUEM NÃO É PARENTE DO PARENTE, É PARENTE DO PARENTE! Assim é no Território
quilombola Santa Rosa dos Pretos-Itapecuru-Mirim-MA.

Hellen Jacqueline-2024

SIGLAS

ACONERUQ-MA - Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão

ACE - Agente de Combate a Endemias

ACS - Agentes Comunitárias(os) de Saúde

CCN - Centro de Cultura Negra do Maranhão

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

DNIT-MA - Departamento Nacional Infraestrutura e Transportes do Maranhão

ESF - Estratégias Saúde da Família

FNDE - Fundo de Desenvolvimento da Educação

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MESPT - Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

PACS - Programas de Agentes Comunitárias(os) de Saúde

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRF - Polícia Rodoviária Federal

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UFMA - Universidade Federal do Maranhão

PSF - Programa de Saúde da Família

OIT - Organização Internacional do Trabalho

SMDH - Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos

UNICQUITA - União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Itapecuru-Mirim-MA

UNICQUITUBA - União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Anajatuba

UNICQUIMATE - União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Matinha-Ma

UCQUEMI - União das Comunidades Negras Rurais Quilombolas de Icatu-Ma

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Maria da Paz Cardoso	17
Fotografia 2 - Lorença (11 filhos partejados por dona Severina) e Hellen Jacqueline	17
Fotografia 3 – Dona Severina na casa do neto Carlos Henrique Belfort, Natal de 2022	17
Fotografia 4 - Dona Severina no Quilombo Santa Rosa dos Pretos.....	17
Fotografia 5 – Dona Severina no Quilombo Santa Rosa dos Pretos.....	25
Fotografia 6 - Minha formatura do curso de Magistério com minha mãe Severina	28
Fotografia 7 - Produtos da agricultura familiar que do.....	34
Fotografia 8 - Visitas realizadas nas escolas no momento do lanche.....	35
Fotografia 9 - Fechamento da BR-135, em apoio à presidenta Dilma Rousseff, em 17 de maio de 2016. O senhor Abílio (de camisa vermelha), é liderança da comunidade quilombola de dois mil.	41
Fotografia 10 - Mundinha Araújo	43
Fotografia 11 - Dona Severina na Igreja do	44
Fotografia 12 - Aniversário de 106 anos de Severina Pires Belfort em 17 de julho de 2021	60
Fotografia 13 - Dona Severina e Dona Procópio (parteira Kalunga), na Chapada dos Veadeiros	80
Fotografia 14 – Dona Severina, batendo na Caixa do.....	82
Fotografia 15 - Hellen Jacqueline e Severina, indo passear pelas casas dos parentes quilombolas	83
Fotografia 16 - Minha mãe, abençoando as crianças, pois todas que passavam.....	84
Fotografia 17 - Da dir. para a esq. Valeria, Severina, Maria de Eugenio, Sebastiana.....	87
Fotografia 18 - Da esq. para a dir., Marisinha, Severina e Hellen Jacqueline (segurando o microfone).	88
Fotografia 19 - : Caixeiras Severina, Maria de Eugênio e Maria Luíza.....	89

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: TEMA, OBJETIVOS E PERCURSO METODOLÓGICO	13
2. MEMORIAL	26
3. HISTÓRIA DO TERRITÓRIO DE SANTA ROSA DOS PRETOS.....	37
3.1 A LUTA POLÍTICA NA HISTÓRIA DO QUILOMBO SANTA ROSA DOS PRETOS....	37
3.2. SOBRE AS(OS) AGENTES COMUNITÁRIAS(OS) DE SAÚDE E SUA IMPORTÂNCIA NA LUTA POLÍTICA DO TERRITÓRIO SANTA ROSA DOS PRETOS	48
4. HISTÓRIA DE SEVERINA PIRES BELFORT, MULHER NEGRA QUILOMBOLA, EM SEU LUGAR DE FALA	60
4.1. QUEM FOI SEVERINA PIRES BELFORT	61
4.2. HISTÓRIA DA VIDA DE RAFAELA PIRES, CONTADA PELOS ANCIÕES DO QUILOMBO SANTA ROSA DOS PRETOS-ITAPECURU-MIRIM-MA	81
5. ESPIRALAR ANCESTRAL.....	94
REFERÊNCIAS	103

1. INTRODUÇÃO: tema, objetivos e percurso metodológico

Nas últimas três décadas, com a chegada dos Programas de Agentes Comunitárias(os) de Saúde (PACS), Saúde da Família (PSF), atualmente denominado Estratégias Saúde da Família (ESF), as(os) profissionais Agentes Comunitárias(os) de Saúde (ACS), no território Santa Rosa dos Pretos, no município de Itapecuru-mirim, estado do Maranhão (MA), atuaram diretamente com a parteira Severina Pires Belfort, minha mãe. No entanto, logo quando se inicia a atuação desses serviços de saúde nas comunidades, a rotina no ato de partear de Dona Severina mudou, em virtude das orientações do Ministério da Saúde junto às ACS e a outros profissionais como enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos. Por exemplo, Dona Severina foi obrigada a fazer um curso, devido a uma deliberação da Secretaria Municipal de Saúde, naquela época, para se “aperfeiçoar” e realizar partos com segurança e com novas técnicas no ato de partear. Eles quiseram ensiná-la, mas ela acabou por lhes ensinar algumas práticas que realizava no ato de partear e, assim, no curso, ela foi professora.

A parteira Severina Pires Belfort, foi muito boa, por que, quando eu fui, ser Agente Comunitário de Saúde, não sabia o que era fazer parto, aprendi essas práticas da área de partear com Severina parteira. (Maria Francisca (ACS), entrevista realizada em março/2023).

Quando a ACS, Maria Francisca Rocha Enês Pereira, relata que não aprendeu as práticas de partear em sua formação como ACS, ela destaca o papel fundamental da parteira tradicional, Dona Severina, nos processos formativos dos novos profissionais de saúde. Em sua perspectiva, as ACS foram instruídas apenas no fazer científico e teórico, enquanto o conhecimento empírico, tradicional e prático foi transmitido por Dona Severina, carinhosamente chamada de “Velha” no quilombo.

Em seu trabalho Maria Francisca acompanhava e realizava os partos com a parteira Severina, que era referência na comunidade. Ela relembra que acompanhar Dona Severina em suas práticas no ato de partear era um privilégio, aprender a prática e o manejo de partear e cuidar da saúde das mulheres ao lado de Dona Severina era uma experiência única, ancestral, que trazia memória e vida coletiva. Naquela época, minha mãe já tinha feito mais de 800 partos na comunidade. Mas, segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Itapecuru-mirim, Dona Severina, minha mãe, não sabia partear, por ser uma parteira tradicional, não dominava boas práticas e deveria parar com seu ofício. A visão da ACS Maria Francisca era que havia

uma contradição, pois “como as legislações queriam garantir um parto humanizado, com mais “segurança” somente no Hospital, isso não quer dizer que é um parto com segurança”, pois excluir Dona Severina do processo ia contra qualquer prática de humanização.

Este trabalho pretende problematizar o cenário apresentado acima, portanto, tem como objetivo central reconstruir a memória da atuação de Dona Severina, parteira da comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos. Com a finalidade de trazer sua história de vida que se vincula a práticas coletivas, da mesma forma como afirma Ailton Krenak (2018), Dona Severina era um “sujeito coletivo”, percebe-se que na história dela está todo um coletivo que se fez, se criou e nasceu. Essas guardiãs de saberes ancestrais de comunidades quilombolas acumulam muitos ofícios que são referências culturais, de identidade e pertencimento do coletivo. Assim Dona Francisca explica:

Para fazer o parto, e as vezes ela estava para as festas batendo caixa, a parteira Severina, com outros ofícios e fazeres, e, um deles é sair nos finais de semana para bater caixa do Divino Espírito Santo. Ela por ser caixeira do Divino Espírito Santo nas comunidades, e em outros municípios, ela algumas vezes não estava quando as mulheres ficavam com dores para parir, e a mulher mandava chamar Severina.

Bater caixa nas festas era atuar em outras dimensões de pertencimento do coletivo, estava nos festejos, lembrando o coletivo, levando práticas culturais que são referências para todos. Aqui, explico com minhas palavras: “No momento do parto de minha filha, a neta de Severina, Gleicyane, quando nasceu ela não estava em casa, ela estava para festa do Divino Espírito Santo, batendo caixa, quando ela chegou da festa, eu já estava com a neta dela ao meu lado, deitada na cama”. Eram momentos também importantes o “bater caixa” e fazíamos o parto porque seu ensinamento estava dado.

Dona Severina era a grande parteira do quilombo. Quando ela não estava na comunidade, suas aprendizes, como Maria Francisca faziam os partos. Depois que morreram as antigas parteiras e restou somente ela, atuou formando mulheres, ainda existem três parteiras, todas aprenderam com minha mãe. Quando a equipe do Programa Saúde da Família (PSF) chegara dentro do território, alguns profissionais desrespeitaram as práticas de saberes ancestrais da maior parteira da comunidade/território. Faziam isso quando impunham às mulheres que elas deveriam ter seus partos nos hospitais, fazer o pré-natal no posto. Antes as mulheres não sabiam o que era fazer o pré-natal no posto, mas o faziam orientadas pela parteira Severina Pires Belfort. Em algumas situações, Dona Severina era quem descobria que as mulheres estavam grávidas. As gestantes, nos primeiros dias de gestação, nem sabiam

que estavam grávidas, mas, minha mãe quando as olhava, falava imediatamente: “*Você está grávida/buchuda, tu tá buchudinha, tu vais me dizer mais na frente*”.

As mulheres já sabendo do dom de Dona Severina, levavam a sério seus dizeres e conselhos. Cenas curiosas aconteciam, algumas mulheres tinham medo de minha mãe fazer essas observações quando elas estavam grávidas, pois algumas ficavam grávidas e escondiam dos pais/mães. Essas jovens falavam para seus pais, que ainda eram moças virgens dentro de casa. E Dona Severina podia revelar o segredo, havia conflitos e até expulsão das filhas de casa, isso aconteceu muito nas décadas de 1970 e 1980. Hoje, as jovens estão sendo acolhidas, amparadas pela família ou pelo companheiro. O dom de partejar, de conhecer o corpo e sentidos da gestante está em muitas parteiras, raizeiras e benzedeiras, conforme explica Sílvia Guimarães (2014, p. 110), esse dom tem relação com a espiritualidade, contexto religioso popular e tradicional:

O contexto religioso está presente tanto no meio rural quanto no urbano e apresenta o ofício como um dom, e possuir um dom é sentir-se diferente. O dom impõe um ofício, o ofício da benzeção, do partejar e do conhecimento das plantas. Esse ofício se manifesta principalmente na relação da terapeuta com as pessoas que as procuram.

Ocorria também de algumas jovens não quererem fazer o pré-natal no posto, mas buscavam Dona Severina, havia muitas dúvidas, questionavam se podiam ir ao médico e como proceder nos serviços de saúde. Dona Severina atuava como referenciadora entre sistemas médicos, ela informava e encaminhava as gestantes para o posto, semelhante ao que ocorre entre as terapeutas tradicionais, descritas no trabalho de Guimarães (2014, p. 91-92):

A legitimação desses atores sociais ocorre, normalmente, por eles possuírem mais sensibilidade para entender o sujeito em sua totalidade, ou seja, estarem inseridos em códigos culturais localizados, serem lideranças reconhecidas, tradutores dos males físicos e espirituais e referenciadoras – isto é, encaminham os sujeitos para outros especialistas entre sistemas médicos.

Dona Severina atuava como tradutora para a comunidade, explicando o que os médicos faziam e, assim, referenciando e fazendo encaminhamentos para os serviços de saúde. Ela era uma professora nata, que colocava seus saberes e práticas tradicionais e científicos a serviço do bem-estar das pessoas, daqueles que buscavam sua ajuda e das mulheres a quem realizava partos. O respeito e a valorização de seus saberes e fazeres ancestrais e tradicionais foram disseminados na comunidade por pessoas que geralmente a acompanhavam em seu trabalho comunitário. Quando os programas de saúde chegaram ao território, passaram a exigir de

minha mãe práticas que ela não conhecia e nunca havia visto serem aplicadas às gestantes durante o parto. Eles não compreendiam nem respeitavam o fato de ela ser uma parteira tradicional, reconhecida como tal dentro do território. Por isso, minha mãe enfrentou muitos desafios.

Para este trabalho, recolhi os relatos das mulheres da comunidade, todas explicam que não havia médicos, as orientações eram todas dadas por Dona Severina. Uma dessas mulheres, Maria de Jesus, disse: *“Nós não tínhamos médico, a nossa médica é comadre Severina. ela que falava o que nós não podíamos fazer, e o que nós podíamos fazer durante gravidez, e no parto, quando estava de resguardo”*.

Essa situação levou as mulheres a não fazerem o pré-natal no posto porque já estavam sendo acompanhadas desde o início de sua gravidez pela parteira Severina. Essas mulheres diziam que acompanharam, ao longo de suas vidas, a atuação de Dona Severina, fazendo os partos nas comunidades, pois já bem grandinhas, assistiram a alguns partos de alguns irmãos ou irmãs que nasceram. Desse modo, diante da tensão imposta pelos serviços de saúde, essas mulheres acreditavam que não necessariamente elas deveriam ir se consultar com o médico, mas sim continuar sendo acompanhadas pela parteira da comunidade. Essa situação de confiança, respeito, amor, também nos mostra o quanto a parteira tradicional quilombola é respeitada por todos e todas do território.

Fotografia 1 - Maria da Paz Cardoso
(10 filhos partejados por Severina) e
Hellen Jacqueline



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Fotografia 2 - Lorença (11 filhos
partejados por dona Severina) e Hellen
Jacqueline



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Fotografia 3 – Dona Severina na casa do neto Carlos
Henrique Belfort, Natal de 2022



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Fotografia 4 - Dona Severina no Quilombo Santa Rosa
dos Pretos



Fonte: Acervo pessoal (2022).

Mestre Antônio Bispo dos Santos (2023, p. 13) nos auxilia a compreender a importância de trazer para a escrita a vida da parteira Severina Pires Belfort e sua ancestralidade: *“Em outros escritos em que traduzi os saberes ancestrais de nossa geração avó da oralidade para a escrita, trouxemos algumas denominações que as pessoas na academia chamam de conceitos”*.

Quando nosso mestre nos fala sobre traduzir os saberes ancestrais, isso era o que minha mãe fazia no seu dia a dia nas suas labutas diária, e está sendo transformada em escrita, neste trabalho, suas oralidades que vêm de saberes ancestrais. Acompanhei desde bem cedo, toda sua trajetória de vida no partejar com suas comadres de parto, desde quando me entendi como pessoa, minha mãe sempre me levou com ela para as casas das mulheres que estavam com dores para parir. Sempre a acompanhei nos momentos que ia partejar, por razão que a maioria das vezes, não tinha com quem me deixar quando criança, pré-adolescente e já adolescente, então não tinha jeito, ela me levava para as casas das mulheres. Os partos, em sua maioria, aconteciam à noite, e os partos das mulheres muitas vezes eram bem rápidos, então ela retornava para casa bem cedo da noite.

Em meados de 2013, ela já tinha realizado **mais de 800 partos**. Vendo e acompanhando minha mãe, eu ainda muito pequena, quando íamos juntas partejar as mulheres em suas casas, eu fiquei inquieta, e falei que ia escrever sobre a vida de Severina Pires Belfort, como parteira tradicional, dentro do território/comunidade e fora do território. A quantidade de partos realizados me chamou atenção e fez com que tivesse a curiosidade de pesquisar cientificamente, etnograficamente em colaboração da pesquisa-ação-participação com as mulheres que minha mãe partejou.

Foram muitas as mulheres que ela ajudou a trazer ao mundo. Dediquei-me a pesquisar e conversar com mulheres de diferentes faixas etárias que foram partejadas por minha mãe, Severina. São mulheres de várias gerações, abrangendo mais de três décadas de histórias. Por isso, trago aqui as práticas tradicionais que ela desenvolveu, baseadas em ensinamentos ancestrais, durante os partos realizados no território e em comunidades vizinhas. A motivação que me levou a pesquisar sobre o partejar de Severina Pires Belfort, minha mãe, na comunidade/território, é a consciência do quanto ela foi importante e do quanto amava realizar os partos das mulheres. Ciente do impacto que ela teve na vida da população de Santa Rosa dos Pretos e de outros territórios, é com esse propósito que narro as vivências e práticas que marcaram sua trajetória.

Quando as mulheres, no momento do parto, procuravam a parteira Severina, buscavam segurança, afeto, respeito, compreensão, amor e carinho. Todas encontravam esses sentimentos nos cuidados que minha mãe, como parteira, dedicava a cada uma delas. Ela dominava diversas práticas de cuidado, que abordarei neste trabalho, e é importante enfatizar que esse cuidar tinha raízes ancestrais.

As parturientes, crianças, adultos, que minha mãe cuidava, com suas práticas tradicionais são evidências que nos inspiram, revelando sua dedicação, devoção, respeito, amor em tudo o que fazia. O ato de partejar pelas parteiras tradicionais quilombolas é ancestral, essas mulheres, parteiras, realizam seu ofício com sapiência incrível. Essas mulheres compartilham seus conhecimentos, assim, por mais que tentem silenciá-los ou extingui-los, esses saberes e práticas são reafirmados. Essas mulheres não são silenciadas no cotidiano dos quilombos, mas sim empoderadas, legitimadas pelo coletivo. A ACS, Maria Francisca, explica esse conhecimento:

Severina colocava um pano, uma madeira, fazia um cepo (pedaço do tronco da árvore), colocava as mulheres sentadas em um cepo, colocava uns panos lá, colocava a mulher sentada, e uma outra pessoa da família, escolhida pela parteira. Aí ficava atrás como apoio, segurando e enxugando o suor do rosto da mulher, e atendendo a necessidade que for preciso. Então, no caso de Severina como parteira, ela ficava sentada no chão e a mãe sentada no cepo de madeira coberto com vários panos limpos, o cepo fica bem baixinho, baixinho, na altura que ela pudesse pegar o bebê. (Entrevista realizada em março/2023).

Dona Severina era uma mulher reconhecida por sua responsabilidade, reciprocidade, amor, carinho e respeito em todas as suas ações. Sua atuação como parteira no território quilombola destacava-se pelo dom especial que possuía para cuidar da saúde e do adoecimento de mulheres puérperas, adultas e crianças recém-nascidas. Seu trabalho não se limitava aos cuidados físicos, mas envolvia práticas de saberes ancestrais, transmitidos e preservados ao longo de gerações. Ela mantinha-se ativa e dedicada em suas atividades, demonstrando devoção e comprometimento com a comunidade.

Severina Pires Belfort personificava a figura de uma guardiã de conhecimentos tradicionais, carregando consigo múltiplos saberes e fazeres ancestrais. Mesmo sem saber ler ou escrever, sua sabedoria era considerada pela comunidade como um dom extraordinário. Ela demonstrava uma capacidade notável de aprendizado, percebendo com agudeza os acontecimentos ao seu redor e retendo conhecimentos com uma memória admirável. Além

disso, possuía um talento natural para ensinar, compartilhando seus saberes de forma generosa e contribuindo para a perpetuação das tradições quilombolas.

A sabedoria de Dona Severina pode ser articulada com o papel dos mestres griôs africanos, guardiões da memória e da tradição oral em suas comunidades. De acordo com Hampâté Bâ (2010), os griôs são responsáveis por preservar e transmitir os conhecimentos ancestrais, atuando como elos entre o passado e o presente. Assim como os griôs, Dona Severina exercia a função de mediadora cultural, garantindo que os saberes relacionados aos cuidados com a saúde, ao parto e ao bem-estar da comunidade não se perdessem. Sua atuação reflete a importância da oralidade e da memória na manutenção das identidades e práticas culturais, tal como destacado por Nascimento (2019) em sua discussão sobre a diáspora africana e a preservação de saberes tradicionais.

A facilidade de Dona Severina para aprender e ensinar, aliada à sua memória excepcional, evidencia que a sabedoria ancestral não depende da escrita, mas da capacidade de transmitir conhecimentos de forma viva e dinâmica. Nesse sentido, ela exemplifica a resiliência e a potência dos saberes tradicionais, que resistem às tentativas de apagamento histórico e cultural. No documentário de Barbosa (2007), Dona Severina relata que nunca perdia a memória, reforçando a imagem de uma mulher dotada de habilidades únicas e admiráveis:

[...]minha voz sempre foi boa, graças à Deus, minhas vozes e a minha memória sempre foi boa, minhas vozes e minha memória foi boa [...], quando eu bebo assim, uma cerveja, uma coisa, eu posso estar deitada mais a voz está limpinha, não perco a parada [...], quanto mais eu bebo, mais eu tenho versos na minha cabeça, ninguém me ensina os versos, eu tiro de dom. Quanto mais eu bebo, mais eu sei cantar, e tocar a caixa do divino.

Além de parteira, Dona Severina dominou vários outros ofícios, vários outros saberes e fazeres: mãe, irmã, parteira, companheira, comadre, benzedeira, coreira do tambor de crioula, quebradeira de coco babaçu, lavradora, pescadora, cozinheira, costureira, mediadora de casamento, mãe da caridade, organizadora do Bloco de Carnaval, organizadora do Festejo do Divino Espírito Santo e caixeira Régia do festejo do Divino Espírito Santo. Dentre todas essas práticas e fazeres de Severina Pires Belfort, irei concentrar a narrativa no ofício de parteira ancestral, a qual traz alegria para todas as famílias através desse trabalho no partejar. Irei mencionar também algumas de suas outras práticas citadas acima. Concordo com a autora Dealdina (2020, p. 89) quando diz que *“a mulher quilombola traz consigo uma trajetória de luta e resistência, na qual assume a linha de frente, convivendo na comunidade, trabalhando no roçado, desempenhando cargos de liderança dentro e fora do seu território,*

ou ainda ocupando as universidades.”, amparando-me nessa fala, afirmo que a vida de minha mãe exemplifica essa situação e mostra como essas guardiãs de saberes ancestrais quilombolas desempenham múltiplas funções, com várias lutas dentro do território.

Quando trago as lutas, as resistências, a força e a fé de Dona Severina, tenho a convicção de que ela serve como exemplo para outras dentro do território. Neste trabalho guardo a memória dessa vida, relato sua vivência como parteira tradicional/ancestral, também, apresentarei outras práticas de saberes ancestrais que ela trouxe consigo ao transitar como liderança quilombola.

Retomando, o objetivo central deste trabalho é apresentar a atuação, potencialidade, importância dos conhecimentos da parteira tradicional e quilombola Severina Pires Belfort ao lado das primeiras ACS. Visa relatar sua grande atuação no partejar que desenvolveu no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos de Itapecuru-Mirim-MA. Também apresenta como objetivo específico: trazer a história de vida de Severina Pires Belfort como guardiã de saberes ancestrais quilombolas para a comunidade de Santa Rosa dos Pretos, bem como parteira, liderança comunitária, que realizou práticas de cuidados. Dona Severina faleceu em junho de 2024, aos 108 anos de idade. Sempre ajudou, até quando o seu corpo físico a permitiu; nos últimos anos não realizava mais suas atividades cotidianas, pois não tinha mais forças físicas para continuar seu caminhar de cuidar dos seus iguais.

Os caminhos metodológicos percorridos, neste trabalho, foram desenvolvidos através da etnografia, oralidade, pesquisa colaborativa, entrevistas, fotografias, gravações, acervos bibliográficos, os quais bailam as narrativas da vida da parteira Severina Pires Belfort, minha mãe, dialogando diretamente com a protagonista contando sua própria História.

Por meio da escrita, trago aqui, conversas já contadas e narradas por Severina Pires Belfort, minha mãe, por seus filhos, comadres, compadres os quais estavam diretamente e indiretamente vivendo e convivendo com a protagonista da história. Conversei com pessoas/famílias, mulheres com diferentes faixas etárias que conheceram a trajetória de práticas ancestrais dela no território Santa Rosa dos Pretos.

Após coletar essas informações, fiz uma análise das conversas, relatos sobre a vivência de Severina, atuando como parteira tradicional, sobre como ela aprendeu com seus ancestrais. Busquei descobrir sua importância na atuação, valorização, potencialidade e o respeito que todo território tem por ela. Dona Severina é uma liderança nata do/no território e com importância para a sociedade, familiares no seu transitar diário.

Como afirma Dealdina (2020, p. 89): “*A mulher quilombola está o tempo todo lutando pela existência e permanência do quilombo e de seu povo, articulando uma rede de colaboração em sua comunidade para possibilitar esse processo de luta*”. Várias mulheres contribuíram com o trabalho de partejar diretamente e indiretamente, juntos com minha mãe Severina, em entrevista com Maria de Jesus comadre de Severina ela fala “*Eu, ajudei comadre Severina, pegar algumas crianças, como segurando a mulher, para parir mais rápido, por que quando a gente... ah, teve uma que quando me chamaram, a mulher já tinha parido (risos)*”.

Sua história de vida e seus ensinamentos para o território e região é de importância central para nós e nos remete ao saber ancestral e tradicional que ela traz e faz no transitar de sua vida. Como disse Nego Bispo: “*Pulsam também as memórias de amanhecer em uma casa construída com materiais locais, com uma parte do teto feita de telhas de adobe cru e outra parte feita de palha e madeira*.” (Santos, 2023, p. 06). Este trabalho pretende guardar a memória de todos(as) que ela convive e pretende alcançar aqueles que não chegaram a conviver.

Assim, quando me propus a fazer o mestrado, conversei com minha mãe sobre escrevermos juntas as vivências e práticas da vida dela como parteira, além de outras funções e saberes ancestrais. Planejávamos falar sobre os ofícios ancestrais e a devoção que ela cultivou na comunidade e no território. Quando lhe disse que iria escrever sobre sua vida e que ela mesma contaria sobre seu passado, presente e projetaria o futuro, ela ficou muito feliz e respondeu: “*Tu, minha filha, já sabe toda a minha vida. Você já tem muita coisa escrita, eu sei*.”. Na mesma hora, começamos a sorrir. Eu respondi: “*Sei disso, meu amor, mas você é a protagonista da minha dissertação de mestrado*”. E começamos a sorrir novamente! Nós duas sempre sorriamos muito. Então, eu disse: “*Vamos começar logo a escrever. Você fala, e eu escrevo suas narrativas. Vamos dialogar sobre outras práticas ancestrais que você mantém e realiza no seu dia a dia*”.

A partir daquele momento, relembramos muitos acontecimentos importantes: suas ações durante as festividades, o trabalho nas roças ao capinar, o cozinhar para os trabalhadores, o quebrar do coco babaçu com suas comadres nas matas, os partos que realizou, os momentos de carnaval, as festividades nas casas de mina/matriz africana, o dançar, o cantar, o tocar tambor de crioula, o cozinhar para os participantes do tambor, o cuidar e organizar o festejo do Divino Espírito Santo, e sua atuação como Caixeira Régia do Festejo.

Primeiramente, fizemos juntas a seleção dos nomes das pessoas para serem convidadas a participar das entrevistas, a conversar, a relatar as narrativas de sua vida. Logo em seguida, fui de casa em casa contar sobre o meu trabalho de pesquisa e explicar que precisava da ajuda e colaboração de cada uma delas. Após essa conversa as pessoas aceitaram fazer parte desta pesquisa e escrito de muito afeto. Todas enfatizaram a importância de Severina Pires Belfort e suas práticas tradicionais, ancestrais, assim, as mulheres toparam fazermos juntas este trabalho, todas gostaram muito dos convites. Fizemos um cronograma de entrevistas para as conversas, entrevistas, escrever as narrativas, gravar os áudios. Buscamos trabalhar com pessoas de faixa etária de idades diferentes, pois são várias gerações, convivendo com Severina velha, Severina Caixeira, Severina de Zé Grande, são esses nomes/apelidos que Severina Pires Belfort foi conhecida.

Quadro 1: pessoas entrevistadas para a realização desta pesquisa.

NOME	IDADE	OUTRAS INFORMAÇÕES
Maria José da Paz Cardoso	63 anos	Teve 10 filhas(os), foram comadres.
Maria Dalva Pires Belfort	62 anos	Teve 7 filhas(os), sobrinha/comadre.
Maria José da Conceição Santos	69 anos	O esposo participou das entrevistas. Ela 4 teve filhas.
José Carlos dos Santos	62 anos	Esposo de Maria José da Conceição Santos, um homem entrevistado por razão que sua esposa no momento da entrevista ficou um pouco nervosa. Ele continua as falas da esposa, ajudando a mesma, sobre essa história que ele também é protagonista.
Maria Domingas Pereira	49 anos	Teve 7 filhas(os), foram comadres.
Lucia Pinto Pires	84 anos	Teve 11 filhos(as).
Maria Diomar Pires	73 anos	Teve 2 filhas.
Raimunda dos Santos Pires	66 anos	Teve 2 filhas.
Maria do Rosário Fonseca	37 anos	Teve 1 filho.
Maria Francisca Rocha Enês Pereira	58 anos	ACS. Recebeu de Da. Severina os primeiros cuidados básicos de saúde durante sua gestação.
Maria do Livramento Rodrigues Santana	54 anos	ACS. Recebeu de Da. Severina os primeiros cuidados básicos de saúde durante sua gestação.
Hellen Jacqueline Pires Belfort Pereira	48 anos	ACS. Teve 3 filhos, filha de Severina Pires Belfort. Autora deste trabalho. Recebeu de Da. Severina os primeiros cuidados básicos de saúde durante sua gestação.

Nos momentos de entrevistas, de gravações de áudios, de tirar as fotos, deixei todas e todos bem à vontade para falar, para participar e se sentindo bem. Seguindo, assim, procedimentos éticos e de afeto que marcam esta pesquisa. Após todas as entrevistas, realizei as transcrições e os dados foram sistematizados. Todas e todos ajudaram neste belo trabalho.

Tudo construído com muito amor e carinho para o mundo conhecer quem foi Severina Pires Belfort, guardiã de saberes ancestrais na nossa comunidade.

Nesse sentido, afirmo que como percurso metodológico, fiz uma imersão ou mergulho na vida social e cotidiana de minha mãe, em uma perspectiva qualitativa. Para tanto, fiz entrevistas abertas, buscando a oralidade do diálogo ou das rodas de conversa com as mulheres que ela partejou. Usei técnicas como fotografias, gravações de entrevistas, vídeos. A ideia foi desenvolver uma pesquisa colaborativa e participativa, como explica Sílvia Guimarães ao tratar da *pesquisa colaborativa* em uma entrevista com Brandão (2021, p. 03):

De acordo com ele, a pesquisa participativa vem de uma tradição latino-americana e tem como princípio o fato de que a ciência nunca é neutra, menos ainda objetiva. Assim, a contribuição de uma ciência está na busca coletiva de conhecimento que torne a pessoa mais instruída e sábia, mas também, justa, livre, crítica, criativa, participativa, corresponsável e solitária. Brandão segue afirmando que toda ciência deve servir à política emancipatória e participar da criação de éticas fundadoras de princípios de justiça social e fraternidade humana.

Severina Pires Belfort foi uma mulher sábia, participativa, criativa, alegre, justa, amorosa e solidária. Essas são apenas algumas das muitas características dessa parteira tradicional, reconhecida tanto em seu território quanto em comunidades vizinhas. É fundamental trazer à tona as narrativas de sua vida social e cotidiana, destacando seu papel como parteira tradicional. Para isso, incluí na análise diálogos que documentei diretamente com a própria protagonista, pois ouvi-la contar sua história foi uma experiência profundamente significativa. Meu objetivo foi colocar em evidência a trajetória de Severina Pires Belfort. Para isso, contei com a colaboração das três primeiras agentes comunitárias de saúde do território de Santa Rosa dos Pretos, que trabalharam diretamente com ela. Uma dessas agentes sou eu, sua filha e autora deste trabalho. Registrei aqui as narrativas compartilhadas por essas agentes, por minha mãe, a parteira, com quem mantive diálogos diários e uma parceria de cuidados ao longo da vida. Além disso, incluí relatos de mulheres que conviveram e trocaram experiências com minha mãe durante os partos que ela realizou.

Essa linda história de vida de Severina Pires Belfort, parteira no território Santa Rosa dos Pretos, trago em minha vida como ACS no partejar e cuidado da saúde/doença das mulheres grávidas, puérperas adultas, crianças e anciãs. Pretendo transformar este trabalho em um livro que guarde a memória dessa ancestral, sua trajetória de vida como parteira tradicional para a comunidade e para o mundo. Busco colocar em evidência suas práticas

ancestrais que foram muito importantes para todos e todas do território, e por ela ter sido uma líder nata em todo o Território, merece esse reconhecimento.

Fotografia 5 – Dona Severina no Quilombo Santa Rosa dos Pretos



Fonte: Acervo pessoal (2022).

2. MEMORIAL

Eu, Hellen Jacqueline Pires Belfort Pereira, natural do Quilombo Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-Mirim, no estado do Maranhão, sou Mulher Negra Quilombola, militante, feminista, ativista, sindicalista, filha que foi criada pela senhora Severina Pires Belfort e José Pires. Ela não pariu filhos, mas criou cinco filhos, quatro homens, e uma mulher. São esses: Vicente Pires Belfort, Manoel Pires Belfort, José Domingos Pires Belfort, Raimundo Nonato Pires Belfort, e, eu, Hellen Jacqueline Pires Belfort Pereira, nascida na capital São Luís. Eu, com três meses de vida, fui entregue por minha mãe biológica, Paula Alves, para o meu pai, Aprígio Belfort, (*in-memoriam*), que na época, residia no território quilombola Santa Rosa dos Pretos. Três meses depois, meu pai, me entregou para minha tia/madrinha Carmina Livramento Belfort, para cuidar de mim, ao saber que tinha sua parente e comadre Severina Pires Belfort, e o seu esposo José Pires-Zé Grande, querendo adotar uma menina, minha tia/madrinha não pensou duas vezes, chamou meu pai, Zé Grande, e ela me entregou para o meu pai José Pires - Zé Grande -, que me criou, cuidou de mim, junto a sua esposa Severina, minha mãe, então os dois cuidaram de mim. Quando estava com três anos de idade meu pai faleceu, minha mãe cuidou dos cinco filhos sozinha, ela não quis morar, casar, viver com outra pessoa, assim, foi viver com e para seus filhos. Minha mãe biológica (Paula Alves) chegou ao território quilombola Santa Rosa dos Pretos para me buscar e queria que eu voltasse a morar novamente com ela, em São Luís. Mas, ao chegar no território quilombola Santa Rosa dos Pretos, o meu pai biológico, Aprígio Belfort (*in-memoriam*), com sua irmã, minha tia/madrinha, já tinham entregado-me, para ser cuidada e criada por Severina Pires Belfort e José Pires-Zé Grande.

Minha mãe Severina me contou: “*Filha no dia que lhe recebi em meus braços, que seu pai Jose Pires (Zé Grande) me entregou você para nós foi uma festa, muita alegria, que não sei nem como explicar o que senti naquele momento que te ganhei, eu chorei muito de alegria*”. Ela relatou em nossas conversas que chorou muito de alegria, que era um grande sonho criar uma menina. Mas, não durou muito tempo essa alegria, porque ao passar três meses depois que, ela tinha me recebido em seus braços, minha mãe biológica Paula Alves retornou ao território para me receber da casa de sua cunhada Carmina e do esposo Domingos. Para Paula, eu continuava morando com o casal, ela não sabia que eu tinha sido dada para Severina. Sendo que nesse momento eu já estava sendo criada pela minha mãe Severina e o meu pai José Pires - Zé Grande. Ao saber que a minha mãe biológica tinha chegado para vir

me buscar, minha mãe Severina, conversou com o esposo da minha tia/madrinha Carmina, Domingos, ambos compadres. Ela fez a seguinte pergunta para eles: “*E agora, o que fazer? como vai ficar? Vou ficar sem minha filha?*”. Ela estava muito triste e chorava muito. Então, o esposo da minha tia/madrinha falou para minha mãe Severina: “*Minha comadre, se Paula (mãe biológica) tiver condições de pagar as latas de leites que a senhora comprou para dar pra sua filha comer, ela (Paula) leva a menina de volta com ela, se não tiver condições de pagar as latas de leite que você comprou, pra dar para sua filha comer, ela não leva a menina, ela tem que deixar a menina ficar sendo criada por vocês*”. Só que minha mãe Severina, com muito medo de minha mãe biológica, Paula Alves, ter condições de pagar as latas de leites que ela tinha comprado para me alimentar, falou: “*Ela (Paula) pode é levar a menina, mas vai só uma banda da menina, e a outra banda da menina fica comigo. ela leva uma banda e deixa outra comigo, pois daqui minha filha não sai*”. Nas nossas conversas eu perguntava se ela teria coragem de me matar, pois nessa situação bem aí, eu iria morrer. Aí nós duas ficávamos sorrindo das doidices. Ela respondia: “*Nunca minha filha que ia fazer uma coisa dessa, isso era só pra sua mãe Paula não te levar de mim*”, nós continuávamos sorrindo. Paula, minha mãe biológica, quando chegou ao território foi ao encontro de minha mãe Severina, ao chegar na minha casa, ela observou que eu estava sendo bem cuidada e que na minha família de criação, todos já tinham um grande amor por mim, que, se ela me levasse naquele momento, eles iam sofrer muito. Minha mãe Severina, só em saber que minha mãe Paula, estava na comunidade, ficava muito triste, pois pensava que ela teria ido me buscar para morar com ela em São Luís.

Meu nome de nascimento era Francinete Alves. Assim que minha mãe Severina e o meu pai José Pires - Zé Grande - me ganharam e/ou receberam para cuidar de mim, eles tinham uma comadre que se chamava Georgina, ela era mãe de Santo do Território, ela que cuidava de todos e todas com seus cuidados ancestrais de curar as doenças. Ela, assim que ficou sabendo que minha mãe tinha ganhado uma menina para criar, imediatamente ela chamou minha mãe e meu pai para conversar, eles chegando ao encontro de Georgina, ela falou: “*Se, eu tivesse uma menina, ou ganhasse uma filha, eu colocaria o nome de Hellen Jacqueline, pois acho um nome muito lindo*”. Minha mãe imediatamente falou: “*Minha comadre Georgina, minha comadre, a partir de hoje, minha filha vai chamar Hellen Jacqueline Pires Belfort, pois também gostei desse nome*”. Então, o meu nome de Francinete Alves ficou Hellen Jacqueline Pires Belfort, hoje, casada, Hellen Jacqueline Pires Belfort Pereira.

Fotografia 6 - Minha formatura do curso de Magistério com minha mãe Severina



Fonte: Acervo pessoal (2008).

Sobre a minha infância, aos oito anos de idade, fui morar com o meu irmão/padrinho mais velho em São Luís para estudar, porque no território/comunidade não existia escola nessa época e minha mãe sempre ficou preocupada em colocar seus filhos para estudar. Ela lembrava muito do tempo e da época que ela foi morar no município de Santa Rita, na casa de sua madrinha para estudar e acabou não morando lá, com sua madrinha, retornou para seu território/comunidade. *“Filha você vai estudar pra ser alguém em sua vida”*. Ela se arrependeu muito por não ter continuado morando na casa de sua madrinha e continuar estudando. Por essa razão, sempre me incentivou, me apoiou, me deu força, coragem, me ensinou a ser determinada, corajosa, me ensinou a ser persistente em tudo que vou fazer, nunca desistir de fazer o que penso que vai melhorar nossas vidas. Tudo que fazia ou que planejava fazer, combinava com ela. Essas combinações aconteciam muitas vezes ao entardecer, ao nos deitarmos ou, às vezes, ao caminhar para a roça, quando eu a acompanhava para plantar milho, maniva, macaxeira/aipim, pegar frutas, verduras. Quando conversava que queria fazer algo como cursos ou viajar, ela de imediato me dava força, nunca, nunca, me fez desanimar de

fazer algo de bom para mim. Como nos fala o nosso eterno Bispo dos Santos (2023, p. 03): *“Nos primeiros passos da minha vida, os mais velhos me orientaram a ouvir os cantos dos pássaros e os chiados da mata. Compreendo o ambiente onde dei os meus primeiros passos como uma das bases de lançamento da minha trajetória”*. Com muita sabedoria ancestral minha mãe me instruiu, me ensinou com muito amor, carinho, respeito para com os meus iguais, parentes mulheres, homens, crianças, jovens, adolescentes e, os sabedores das ancestralidades, os nossos anciões e ancestrais.

Minha primeira escola ainda na comunidade, tinha o nome Escola Divino Espírito Santo, essa funcionava na Igreja do Divino Espírito Santo, padroeiro da Comunidade, já em São Luís foram: Centro Comunitário Vice-Prefeito Jairzinho, bairro Coroadinho; Escola Santa Terezinha, no bairro Vila dos Frades; e Unidade Escolar Humberto de Campos, na Avenida Kenedy. Morei com meu irmão/padrinho e, minha cunhada/madrinha, até os meus 16 anos, na cidade de São Luís. Com essa idade, retornei para o território Santa Rosa dos Pretos, onde me casei com José Carlos Pereira no ano de 1994, estamos casados até hoje. Em 1995, pari o meu primeiro filho que se chama Alberth Belfort Pereira, que hoje está com 29 anos de idade. E, aos meus 18 anos de idade, pari a minha filha, que se chama Gleicyane Belfort Pereira, ela nasce em 1996, hoje com 28 anos, criei a terceira filha/sobrinha, que se chama Maria do Espírito Santo Barbosa Belfort, que hoje tem 28 anos, ela também de 1996. Tenho um filho, duas filhas, uma neta, dois netos, mas, ajudei a criar e cuidar de vários outros outras da família e da comunidade.

Em 1997, na comunidade fizemos um grupo de jovens, chegamos até à sede de Itapecuru-Mirim-MA, reivindicamos na Secretaria Municipal de Educação um ônibus escolar para levar alunos para estudar na cidade. No mesmo ano de 1997, conseguimos o ônibus. Logo em seguida, passei um dia de segunda-feira na sede de Itapecuru-mirim, procurando uma escola para eu poder fazer minha matrícula, então consegui me matricular na Escola Gomes de Sousa. Nesse mesmo dia, iniciei as minhas aulas nessa escola e conclui o meu ensino fundamental, como já falei anteriormente retornei ao território e me casei, depois de casada e com filhos pequenos, retomei os meus estudos, como citado acima. Em seguida me matriculei na escola Centro de Ensino Médio Newton Neves. Em paralelo ao ensino médio, ganhei uma bolsa de estudo, em uma escola particular para fazer o curso de magistério. Então concluí o ensino médio ao mesmo tempo em que concluí o meu curso de Magistério. Em 1998, no município de Itapecuru-mirim, saiu o edital para selecionar pessoas para trabalhar como ACS, para a área do Território Santa Rosa dos Pretos, logo fiz minha inscrição para concorrer à

vaga. Em novembro de 1998, fiz as provas e não passei, fiquei em segundo lugar. Um ano depois, 1999, saiu um novo edital, fiz novamente minha inscrição, fiz a prova, passei no seletivo. Até hoje, sou funcionária pública concursada/seletivo. A partir daí, minha vida se transformou em uma enorme correria, pois tinha que cuidar de casa, da família, dos filhos, do trabalho, dos estudos, ao mesmo tempo em que fazia o curso de magistério, logo em seguida saiu o curso de auxiliar de enfermagem pelo Ministério da Saúde, para ACS. Assim, há mais de 25 anos, trabalho no território quilombola Santa Rosa dos Pretos.

Inspirada em Bispo dos Santos (2023, p. 10), afirmo que: *“Essas são as memórias recorrentes, para as quais eu vou, sempre que encontro obstáculo na minha caminhada. É onde me reanimo e é de onde sou novamente remetido, agora com uma força maior, que ultrapassa os obstáculos e dá continuidade ao percurso”*. Muitas memórias tenho com minha mãe, minha família, e é de onde tiro minha força, coragem, determinação, a minha ancestralidade me dá também força. É muito forte essa força e relação com minha mãe. Acredito que não foi por acaso que Deus permitiu que eu fosse criada por essa pessoa maravilhosa, minha rainha, meu tudo. E me fez filha dela. As falas de minha mãe para mim, sempre foram: *“Filha, estude, não pare de estudar, para não ficar burra como eu, sem saber ler e escrever”*. Ao longo de toda a minha vida, ela sempre me falava isso, me apoiava em tudo que faço, independente do que seja, buscava criar uma pessoa responsável, competente e determinada. Só agradeço ao meu Deus por ter sido criada por essa mulher guerreira, amorosa, cuidadora, protetora, e não tenho palavras para descrever essa grande mulher que é tudo em minha vida.

Minha vida profissional foi marcada por seus conselhos. Realizei o processo seletivo no município de Itapecuru-mirim-MA, no mês de novembro de 1999, no ano seguinte, o município de Itapecuru-mirim perdeu 11 ACS para alguns quilombos/povoados que fazem fronteira com o território. Esses ACS foram transferidos automaticamente para os municípios de Santa Rita, Presidente Juscelino, Presidente Vargas, Anajatuba. Fui transferida para o município de Santa Rita junto com as companheiras de trabalho: Maria Francisca Enês Pereira e Maria Jacinete Castelo Branco (hoje, não exerce mais a profissão de ACS). Atualmente, estou com 25 anos de trabalho.

No trabalho de ACS nossas atividades são pesar, medir as crianças e orientar os adultos, prevenir o adoecimento e cuidar da saúde das pessoas, que para elas tenham autonomia no cuidado, por exemplo, saibam evitar adoecimentos como verminose. Assim, trabalhamos intensamente questões de higiene, prevenção de adoecimentos como dengue,

zica, cólera, malária, febre amarela. Orientamos sobre a importância da mamografia, preventivo, exame da próstata, vacinação das crianças e adultos. Realizamos outros trabalhos junto às famílias, pesamos, medimos a altura, o perímetro cefálico das crianças, orientamos sobre todos os tipos de doenças, sobre as vacinas e seus benefícios, o porquê é importante manterem-se atualizadas as carteiras das crianças e de todas as pessoas das famílias. Às vezes marcamos exames, consultas, cirurgias, entregamos medicamentos para os pacientes diabéticos, hipertensos. Esses medicamentos só são entregues depois que os médicos, médicas passam nas consultas para os pacientes, aí nós, agentes de Saúde, entregamos a eles/as.

Minha vida foi marcada pela militância no movimento negro. Em 1990, iniciei participando de reuniões, encontros, seminários, palestras, cursos, entre outros, representando a Associação dos Produtores Rurais Quilombolas do Quilombo de Santa Rosa dos Pretos - Itapecuru-mirim, com essas participações e atuante dentro do território, comecei a participar da diretoria da Associação dos Produtores, então a partir desse momento, me engajei ainda mais na luta, juntos com os parentes jovens, adultos e anciões, e todas e todos aquelas e aqueles que vinham para lutar em favor do território. Entendo a partir das lutas, o que Silva (2022, p. 104) nos traz a ressignificação de espaços e linguagens a partir do feminino, que é ferramenta política:

[...] é nesse sentido que as mulheres quilombolas têm, ao longo do tempo, ressignificado espaços e linguagens, e os transformado em ferramentas de lutas. Por isso as epistemologias de resistência estão de alguma forma ligadas ao feminino quilombola.

Com toda essa ressignificação ocupando espaços, linguagens e transformando em lutas de resistência, criamos caminhos de conhecimento e prática, a partir dessa vida da mulher quilombola. Em 1996, recebo o convite para fazer parte da comissão organizadora do “VI Encontro Estadual das Comunidades Negras Rurais Quilombolas”, que foi realizado de 23 a 26 de outubro de 2003, em Codó-MA, com o tema escolhido “Terra, Gênero, Religiosidade Afro”. Fiz parte da Chapa que estava sendo formada para concorrer à eleição para a nova Diretoria da Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão-ACONERUQ-MA, nessa eleição, não obtivemos votos suficientes para nos elegermos. Ao término do VI Encontro, continuei na luta por dias melhores para o nosso povo preto quilombola. Continuo na minha militância, participando de seminários, eventos, reuniões, cursos de formação para os quilombolas em vários municípios, e até mesmo, em outros estados do Brasil, representando a Entidade ACONERUQ-MA, a qual articula, delibera,

reivindica nos espaços de poder os direitos do povo quilombola. Por ser mulher negra quilombola, acredito que essa força para estar em todos os movimentos vem da força e ancestralidade de minha mãe Severina Pires Belfort, que trago comigo.

Estava na organização e realização do III Encontro Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, de 04 a 07 de dezembro de 2003, em Recife-PE”; e no VII-Encontro Estadual de Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão, de 21 a 24 de setembro de 2006, em Itapecuru-Mirim-MA. Nesses encontros, participei pela segunda vez do processo eleitoral fazendo parte da chapa de nº 01, eleita. Assumi como primeira secretaria e então, como Coordenadora da Secretaria Geral da Nova Diretoria da ACONERUQ-MA. Contamos com 95% dos votos válidos, para o quadriênio de 2007 a 2010. Continuando na luta por melhorias para o povo preto quilombola, agora com um poder maior de Estado, as lutas e reivindicações por dias melhores junto aos poderes legislativos, judiciários, e executivos ficaram ainda mais acirrados, pois começaram a nos respeitar dentro do Estado.

Afirmo como Bidima (2002, p. 01) que *“nós contamos histórias porque, finalmente, nossas vidas humanas precisam e merecem ser contadas”*. Com a criação e o fortalecimento das entidades e instituições de representatividade do povo preto quilombola dentro do estado, ficando mais forte ainda com representações quilombolas nos Fóruns Estaduais, nos Conselhos Estaduais, nos Seminários, nas Conferências Municipais, Estaduais e Nacionais, nesses espaços reivindicamos sempre os direitos e, colocamos sugestões, encaminhamentos e, tratativas para serem desenvolvidas em melhorias para a população preta quilombola no Estado/Brasil. Concordo com Nego Bispo dos Santos (2023, p. 13) quando ele ressalta a necessidade de dominar as técnicas de adestramento e agir de forma semelhante aos colonizadores. Ele afirma: *“Eu, por dominar a técnica de adestramento, logo percebi que, para enfrentar a sociedade colonialista, em alguns momentos precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa”*.

Como dizia um dos meus grandes mestres de defesa: *“então, para transformar a arte de dominar em uma arte de defesa, fiz este trabalho, trago a oralidade para a escrita e denomino os ofícios que minha mãe desenvolveu na comunidade”*. Esses ofícios são práticas cotidianas de cuidado, que às vezes nem dávamos nomes específicos, mas aqui denomino para enfatizar o(os) saber(es)-fazer(es), o conhecimento ancestral que foi criado em Santa Rosa dos Pretos.

Por essa razão aceitei, em 2007, como Coordenadora da ACONERUQ-MA, representar as comunidades quilombolas do Estado do Maranhão na Comissão de

Organização do Curso de nível Superior da Universidade Federal do Maranhão. Seria criado o curso de Educação do Campo da UFMA-PRONERA-INCRA, onde seriam contemplados 100 alunos quilombolas e assentados da Reforma Agrária. Todos e todas iriam fazer o vestibular especial na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Para tanto, trabalhamos intensamente na organicidade do Projeto Pedagógico do Curso de Graduação Licenciatura em Pedagogia da Terra-Territórios da Cidadania. Estavam reunidos nessa proposta o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), a Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse curso de Licenciatura plena em Pedagogia da Terra, formou alunos quilombolas e assentados da Reforma Agrária de vários municípios do Estado do Maranhão, em 2017. As entidades da sociedade civil envolvidas nessa formação foram: ACONERUQ-MA, CCN, MST.

Atualmente estou Diretora do Clube de Mães Quilombolas Nossa Senhora da Conceição, na Coordenação de Articulação da entidade, trabalhando na articulação, mobilização das mulheres negras do quilombo, no que diz respeito aos direitos das Mulheres quilombolas no Território Santa Rosa dos Pretos, Eleita Diretora da Associação dos Produtores Rurais Quilombolas de Santa Rosa dos Pretos-Itapecuru -Mirim- MA, de 2018 a 2021. Ajudei, a criar e, formalizar juridicamente a União das Associações das Comunidades Negras Rurais Quilombolas no Município de Itapecuru-mirim- MA (UNICQUITA), sendo assim, eleita por quatro mandatos consecutivos.

Entre 2012 e 2016, estava no primeiro mandato Coordenadora da Juventude quilombolas; no segundo mandato na Coordenação de Formação e Articulação; no terceiro mandato para Coordenadora na pasta de Mulheres Negras Quilombolas; eleita por quatro mandatos consecutivos, para assumir a Coordenação de Finanças no quadriênio 2022 a 2025. Militante, atuante no Movimento Negro Quilombola, participo em outras Entidades tais como: Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN), da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), participei como mobilizadora, realizando levantamento sobre a vacinação contra o COVID-19, nas Comunidades Quilombolas do Estado do Maranhão (Vacinômetro Quilombola em 27/07/2021).

Em 2017, fui indicado pela entidade União das Comunidades Negras Quilombolas de Itapecuru-mirim- MA- UNICQUITA, para fazer parte do Conselho Municipal de Alimentação Escolar-CAE, todos os documentos necessários para minha indicação ao conselho foram enviados para a Secretaria Municipal de Educação do Município (SEMED). No primeiro

mandato do conselho, fui indicada para presidenta do conselho, tirando assim, o restante do mandato a atual presidenta, que por motivos de saúde teve que se afastar do mesmo. Estando presidenta do Conselho de Alimentação Escolar no município de Itapecuru-Mirim, por dois mandatos consecutivos, representando os quilombolas do município, desenvolvi o trabalho que é de responsabilidade do conselho. Logo me debrucei em estudar as legislações vigentes do CAE/FNDE/MEC.

Construímos algumas ações dentre as quais: reunir todos os conselheiros e conselheiras, fazer o plano de ação do conselho, administrar as questões dos livros de Atas do Conselho, fazer os calendários de reuniões mensais, calendários de visitas nas escolas, calendários de visitas nas cooperativas, calendários de visitas nas associações de produtores, e os calendários de visitas nas agroindústrias. Feito tudo isso, reunimos com a Secretaria Municipal de Educação do Município, para tratarmos assuntos pertinentes do conselho, e organizar carros para o deslocamento das conselheiras e dos conselheiros em suas atividades, as visitas foram registradas através de fotografias e relatórios.

Fotografia 7 - Produtos da agricultura familiar que do Programa de Nacional de Alimentação Escolar/PNAE/FNDE



Fonte: Acervo pessoal (março/2023).

Os relatórios e diagnósticos das ações que o conselho desempenhou em relação à qualidade e quantidade da Alimentação Escolar nas escolas do município de Itapecuru-Mirim-MA, consta no livro de Ata do Conselho, onde o mesmo tem fiscalização e auditoria pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Assim, todas as atividades e ações do

conselho passaram a ser registradas, até porque deve-se trabalhar, com transparência e controle social. Foi uma luta árdua, fazer os quilombolas vender os produtos da agricultura familiar ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é uma geração de renda extra na família quilombola. Mas, com tanto desacreditar na política pública e não fazer os pagamentos dos produtos para os Agricultores, muitos não queriam vender para o PNAE. Depois de muitas conversas com os produtores, fazendo entender que eles iriam fornecer os produtos para seus filhos(as) e netos(as) se alimentarem na escola, eles continuaram na ação.

A seguir, alguns registros fotográficos dos trabalhos desenvolvidos em 2023, até o momento em que eu estava na presidência do conselho.

Fotografia 8 - Visitas realizadas nas escolas no momento do lanche.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Essa foi a alimentação das crianças nas comunidades quilombolas e sede do município, temos um cardápio diferenciado com os produtos da agricultura familiar. Sendo 30%, industrializados, e 70% provenientes da agricultura familiar, os produtores rurais quilombolas quem fornecem essa alimentação saudável para os(as) alunos(as). Foi difícil fazer o diferencial dentro do Conselho Municipal de Alimentação (CAE) e conduzir com muita responsabilidade e transparência para os nossos alunos, estávamos responsáveis por

uma boa alimentação saudável para nossos alunos do município. Depois que assumi o conselho, procurei melhorar a alimentação escolar, tanto na qualidade quanto na quantidade.

O texto de Conceição Evaristo (2005) me inspira a trazer lembranças que me aproximam do cenário da pesquisa, do terreno de mulheres quilombolas em Santa Rosa dos Pretos, me inspira a aproximar esse texto ao meu território. Conceição Evaristo escreve sobre uma pessoa da família que registrava todos os momentos importantes que aconteceram ao seu redor e no dia a dia. Na nossa comunidade, as mãos que labutavam no festejo dentro da comunidade não escreviam, mas, conseguiam alguém para escrever e registrar tudo que acontecia e como acontecia. E o que ainda poderia acontecer em sua organicidade durante o festejo, ditava as coisas necessárias para comprar alimentos, para dar ao povo que vinha participar da festa. Essa festa, por ser muito antiga, com mais de 200 anos, passando de geração em geração. Tem todo um ritual e cuidado especial com o festejo.

Assim, à medida que fui aprendendo a ler e a escrever, passei a ajudar minha mãe em suas anotações e a participar ativamente de tudo para o qual ela me convocava. Severina Pires Belfort, figura central na organização dos festejos da comunidade, assumia a responsabilidade pela Igreja do Divino Espírito Santo, padroeiro da comunidade. Cada pessoa na comunidade já tinha sua função e responsabilidade definidas durante o festejo. Havia aqueles que se dedicavam exclusivamente ao preparo da comida, outros à distribuição das refeições, e ainda aqueles encarregados de convidar as pessoas para almoçar ou jantar. Era tradição que todos, sem exceção, fossem chamados para se alimentar durante o Festejo do Divino Espírito Santo.

Na comunidade, o costume era chamar as pessoas em voz alta, gritando seus nomes, e todos atendiam prontamente ao serem convocados. Foi nesse ambiente que cresci, me criei e construí minha família. Aprendi, desde cedo, como se organizam os festejos e os momentos adequados para reunir, mobilizar e articular as famílias da comunidade. Essas reuniões serviam para decidir coletivamente os dias em que ocorreriam os festejos ou qualquer outro tipo de evento no quilombo, como seminários, palestras, reuniões e encontros. Todo esse conhecimento foi transmitido por mulheres detentoras de saberes ancestrais, que desempenhavam um papel fundamental na preservação e na transmissão das tradições comunitárias.

3. HISTÓRIA DO TERRITÓRIO DE SANTA ROSA DOS PRETOS

3.1 A luta política na história do Quilombo Santa Rosa dos Pretos

O acesso ao território se faz partindo da sede do município pela BR-222 até o povoado no entroncamento com a BR-135, no sentido São Luís, percorrem-se, seis quilômetros. Pode-se também, partir de São Luís, que está distante cerca de 100 quilômetros. Todos da região conhecem a história segundo a qual as terras de Santa Rosa foram deixadas por um Barão aos seus pretos, para estes criarem filhos e netos, e seus descendentes, não podendo em tempo algum serem vendidas ou doadas em pagamento. Até hoje, filhos, netos e todos os descendentes dos herdeiros continuam vivendo e produzindo em nossas terras e lutamos para mantê-las sem cercas há décadas. Todos cuidam com amor e carinho do território que é de todos os descendentes.

O território quilombola Santa Rosa dos Pretos fica às margens esquerda e direita da BR-135, “*sendo um dos territórios quilombolas do Estado que possui uma forte trajetória de luta pela regularização fundiária e de direitos assegurados por leis*” (Oliveira, 2019, p. 03). Está situado ao norte do Maranhão, no vale do Itapecuru-mirim, fazendo limites com os seguintes territórios quilombolas: ao Norte, Território quilombola Monge Belo, Walmir Leite de Andrade e Walter Veras; ao Sul, Comunidade Cachoeira e Território Quilombola Filipa; ao Leste, Rio Itapecuru; ao Oeste, Território Quilombola Monge Belo, Projeto de Assentamento Entroncamento (INCRA-MA). A região abrange os seguintes municípios: Itapecuru-Mirim, Cantanhede, Pirapemas, Miranda do Norte, Matões do Norte, Nina Rodrigues, Presidente Vargas, Anajatuba, e Vargem Grande (Lucchesi, 2008, p. 29).

Nosso território é reconhecido nacional e internacionalmente por suas lutas históricas¹, festividades, expressões culturais e laços familiares, heranças deixadas por nossos ancestrais. Durante o período da escravidão no Brasil, os negros escravizados frequentemente fugiam das propriedades onde eram submetidos ao trabalho forçado, buscando refúgio em terras distantes para viver em liberdade. Esse contexto histórico deu origem aos quilombos, espaços onde essas pessoas se estabeleciam e construíam comunidades autônomas. Nessas localidades, eles buscavam recriar modos de vida

¹ O território que Santa Rosa dos Pretos Itapecuru-Mirim-MA, é reconhecido internacional por fazer parte do projeto intitulado "Quilombolas: de regresso às origens", financiado pela Instituto Marquês de Vale Flor.

inspirados em suas origens, dedicando-se a atividades como agricultura, extrativismo, criação de animais, exploração de minérios e até mesmo práticas mercantis (Almeida, 2015, Fiabani, 2005).

O Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos é um território deixado pelo Barão, escravizador de pessoas negras, então o quilombo não é um quilombo de negros fugidos, mas, sim, formado por negros e negras que foram arrancados da África para serem escravizados na fazenda do Barão. Na primeira certidão de autorreconhecimento da Fundação Cultural Palmares (FCP), tirada em 11 de maio de 2005, estive declarante da mesma. Mas, com o passar dos anos, foi necessário ratificá-la, pois a população definiu e decidiu que era preciso e necessário incluir os nomes dos povoados que fazem parte do território, sendo aceita pela FCP tal retificação. Ao todo o território conta com 21 povoados, cumprindo assim, todas as exigências solicitadas pela FCP, e foi emitido uma outra com todas as alterações cabíveis, coincidência de ter acontecido a ratificação no dia 13 de maio de 2019, data que não comemoramos nenhuma festividade.

Nós, povo preto quilombola de Santa Rosa dos Pretos, comemoramos todos os dias o 20 de novembro. Todos os dias lutamos pelos direitos garantidos. Mas, quando é chegado o 20 de novembro, realizamos muitas festas como o tambor de crioula, que festejamos nesse dia. Os povoados que fazem parte do território Santa Rosa dos Pretos são: Santa Rosa dos Pretos, Barreira Funda, Sítio Velho, Curva de Santana, Alto São João, Picos I, Picos II, Pindaíba, Fazenda Nova, Colégio, Centro de Aguida, Matão Velho, Boa Vista, Barreira, Pirinã, Kelru, Conceição, Fugido, Leiro, e Tingidor do Campo. As localidades de Matões, Fazenda Nova, Pindaíba e Conceição são quilombos de dentro do território que foram tomados por fazendeiros (Oliveira, 2019, p. 05).

Esses são os povoados que compõem o território. Considerando que o disposto no artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como o contido nos artigos 215 e 216, todos da Constituição Federal de 1988 e, ainda, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, a Convenção Internacional do Trabalho nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e as Instruções Normativas/INCRA nº 20/2005, 49/2008 e 357/2009; todas essas leis foram conquistadas perante a CF/1988; as lideranças do Território Quilombola de Santa Rosa dos Pretos estiveram presentes nos discursos, nos enfrentamentos, nos debates para juntos resolver os nossos problemas nas questões fundiárias, na educação, saúde, infraestrutura, entre outros direitos garantidos.

Não foi diferente com todos esses dispositivos legais citados acima, logo temos: a PORTARIA/INCRA/Nº 355, DE 10 DE JULHO DE 2014, em seu Artigo 1º, a qual reconhece e declara como terras das comunidades Remanescentes de Quilombos Santa Rosa dos Pretos a área de 7.496.9184 ha, situada no município de Itapecuru-mirim, no Estado do Maranhão. Tendo essa extensão territorial, mas que, ao longo dos anos, como relata o memorial descritivo da portaria de nº 355/2014 e através de levantamentos realizados por meio de GPS, DSG, via imagem de satélite: do perímetro acima descrito que engloba uma área de 7.496.9184 há, exclui-se a área de 180.4072ha, destinada à faixa de domínio para a Estrada de Ferro Carajás; 17.8599ha, destinada à faixa de Domínio da Estrada de Ferro São Luís/Teresina; 119,5734ha, destinado à faixa de Domínio das 03 redes de Alta Tensão; 3,3141ha, destinado à faixa de domínio da Alta Tensão Coebinha; e 32,4968 ha, destinado à faixa de domínio da BR-135; restando uma área líquida de 7.316,5112ha. Por essa razão e outras, vivemos lutando em prol do nosso território que os nossos ancestrais deixaram para os seus descendentes.

Com o aumento dos conflitos ambientais se tem concomitante o aumento da violência que fica evidente quando o Estado, empresas privadas ou fazendeiros se dizem donos de determinada porção de terra, como é o caso das duas situações que evidenciaremos aqui envolvendo essa problemática. (Santos, 2017, p. 06).

Uma das primeiras problemáticas que se acirrou no território quilombola Santa Rosa dos Pretos foi na década de 1940, com o desmatamento da floresta, para abertura e construção da BR-135. A construção da Ferrovia Vale do Rio Doce, hoje atual Ferrovia Carajás, o desmatamento da floresta para as construções dos linhões da Eletronorte, e as invasões de terras por fazendeiros e latifundiários, esses são os problemas maiores do território Santa Rosa dos Pretos, pois com o passar dos anos, décadas, atualmente estamos com lutas acirradas com essas grandes empresas estatais, onde só aumentaram as problemáticas. A ferrovia Carajás fez a duplicação, querendo agora a triplicação dela. E construiu uma barragem dentro do território, impedindo, assim, que os peixes dos nossos igarapés passem para outros igarapés onde a população pesca e retira o sustento das famílias. Por sua vez, em relação à BR-135, em uma duplicação que deslocaria mais de 500 casas de seus lugares de origem, considera-se o seguinte:

Atualmente, os territórios quilombolas atingidos por estradas e linhões no Maranhão sofrem violações constantes dos seus direitos socioambientais,

além de impactos na segurança alimentar, a poluição sonora e do ar, interferência nas dinâmicas sociais, assoreamento dos igarapés etc. (Oliveira, 2019, p. 07).

A Eletronorte com suas linhas de transmissões no local onde o povo quilombola faz suas roças, planta suas lavouras, alimenta suas famílias, tira seus sustentos, sua alimentação tem comprometido a vida da comunidade. Agora, todos e todas trabalham em locais muito distantes, sem acesso adequado para o escoamento das produções. Isso faz com que a luta, a todo momento, seja acirrada fortemente dentro do território pela titulação definitiva da terra, para acabar com as invasões pelos fazendeiros, latifundiários, grileiros, essa situação vem acontecendo há décadas.

Com a trajetória de criação e fortalecimento do movimento negro quilombola no estado do Maranhão - fundação da Entidade Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN) e da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (SMDH), ambas criadas em 1972, - houve o fortalecimento das lutas pelas comunidades. Foi com as visitas realizadas pela historiadora Mundinha Araújo, nas comunidades rurais no estado do Maranhão que ela identificou conflitos que se acirravam constantemente no interior do estado, dentro das comunidades rurais (Fiabani, 2009). Nos anos de 1980, foram identificados vários conflitos agrários pela historiadora Mundinha Araújo, um desses conflitos foi no território quilombola comunidade de Santa Rosa dos Pretos entre outras comunidades no estado do Maranhão, ainda hoje, os conflitos têm aumentado, como relata Oliveira (2019, p. 06):

Além dos conflitos de terra, a luta contra fazendeiros ou contra o próprio Estado, e do processo de regularização fundiária, outras formas e sistemas de colonizações e explorações impactam o território quilombola Santa Rosa dos Pretos através dos projetos desenvolvimentistas, frutos da Globalização. O território encontra-se fatiado pela modernidade. Afetado pela Estrada de Ferro Carajás (EFC), operada pela companhia mineradora VALE S.A., pela ferrovia Transnordestina São Luís-Teresina, rodovia BR-135 e o risco da sua duplicação, dois linhões da Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) chamados Coebinha, e mais três que pertencem à companhia Eletronorte chamados Coheb Grande.

A nossa situação só não se agrava porque temos grandes lideranças dentro do território, que não descansam para nos proteger, caso contrário nossas terras teriam sido devastadas e roubadas. Em especial, enfatizo o papel das mulheres corajosas que não deixam de lutar em prol de nosso território, já enfrentamos polícia, delegacia, fazendeiros, fechamos várias vezes a BR-135. Uma dessas barreiras que montamos aconteceu porque o asfalto teria saído todo da

pista e ficamos com muita poeira, então fizemos ofícios e os enviamos para as autoridades competentes, como a Polícia Rodoviária Federal (PRF), avisando que iríamos fechar a BR-135, só para eles ficarem informados do que ia acontecer. Nessa época, muitas crianças, idosos/as estavam sendo acometidos por pneumonia, por causa da poeira muito forte e frequente e isso afetava as mulheres, cuidadoras da comunidade. Então, conversamos com o Departamento Nacional Infraestrutura e Transportes do Maranhão (DNIT-MA). A segunda vez que fechamos a BR-135, foi um ato contra o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Russeff. Estávamos revoltados, pois havíamos votado nela e queriam tirá-la da presidência.

Fotografia 9 - Fechamento da BR-135, em apoio à presidenta Dilma Rouseff, em 17 de maio de 2016. O senhor Abílio (de camisa vermelha), é liderança da comunidade quilombola de dois mil.



Acervo pessoal. 2016

Em outros momentos, fizemos manifestações de interdição como de uma semana na Ferrovia Carajás- MA para acelerar o processo de titulação das terras/territórios. Fizemos uma coletiva para a imprensa na sede da Comissão Pastoral da Terra, em São Luís, em setembro de 2014, buscávamos o andamento no processo de reconhecimento de direitos territoriais. Reunimos 30 comunidades, mobilizadas, permanecemos mais de quatro dias acampados,

alguns amarrados aos trilhos e outros tendo chegado à greve de fome (Pires, Brustolin, 2018, p. 136). Da escravização à violência do racismo estrutural, éramos impedidos de ter nossos direitos:

(...) criticamente com as legislações agrárias coloniais, as quais instituíram as sesmarias até a Resolução de 17 de julho de 1833 e depois estruturaram formalmente o mercado de terras com a lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, criando obstáculos de todas as ordens para que não tivessem acesso legal às terras os povos indígenas, os escravos alforriados e os trabalhadores imigrantes que começavam ser recrutados (Almeida, 1989, p. 39).

Conseguimos com muita luta, em parceria com os movimentos negro e quilombolas no Estado, a Portaria de nº 355 de 10 de julho de 2014, a qual em seu Art. 1º afirma: *“Reconhecer e declarar como terras das Comunidades remanescentes de Quilombos Santa Rosa dos Pretos, a área de 7.316,5112 ha, situada no Município Itapecuru-Mirim, no Estado do Maranhão, cujas características, limites e confrontações constam no memorial descritivo anexo”* (MDS, DOU, nº 219, 12/11/2014,). E o decreto de 22 de julho de 2015, que declara de interesse social, para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo território Santa Rosa dos Pretos, localizado no município de Itapecuru-mirim, Estado do Maranhão (DOU, nº 117, 23/06/2015). Nós, herdeiros, ficamos um pouco tranquilos por ter essas documentações que impedem, inibem, algumas invasões dentro do nosso território.

No ano de 1986, aconteceu o Encontro Estadual das Comunidades Negras Rurais, que fortalece e continua fortalecendo no estado o movimento negro e o movimento negro quilombola. Logo em seguida, foi criada em 1997, a Entidade Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Maranhão (ACONERUQ). Não passando muitos anos, foi criada a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), que representa todos os quilombos do Brasil. A partir dessas datas importantes que obtivemos, logo estamos com visibilidade no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos. Então, os nossos ancestrais, anciãos, conjuntamente com a juventude continuam nas lutas em prol dos nossos direitos territoriais. A partir dessas entidades criadas para lutar juridicamente em prol dos quilombolas no estado do Maranhão e no Brasil, nós nos reconhecemos povo preto quilombola.

Fotografia 10 - Mundinha Araújo



Fonte: Agenda Maranhão (2024).

Enfatizo aqui a importância de Mundinha Araújo, mulher negra, pesquisadora, militante que fez a diferença em nossos quilombos, ela conseguiu reunir o povo preto, quilombola, com o movimento negro no Maranhão, assim como toda a coordenação do CCN e da SMDH. Com essas instâncias, Mundinha iniciou o trabalho de conscientização sobre a negritude do Brasil. Fez entender de onde viemos, porque viemos, como viemos e quando viemos para ser escravizados aqui neste país.

Então, a partir daí nós nos assumimos, nós nos aceitamos, nós valorizamos e nos autodeclaremos como povo preto quilombola, do Território quilombola Santa Rosa dos Pretos. Assim, foi por meio desse trabalho de Mundinha, do CCN e da SMDH, que iniciei a minha militância no movimento negro quilombola na Comunidade, no Estado e no País. Esse movimento levou a que nos valorizássemos, a que passássemos a nos voltar para os nossos, o que foi perceptível até no número crescente de casamentos dentro do território, hoje, com menos frequência, mas, ainda, acontece! E assim, chegamos a mais de 800 famílias dentro do território, todos parentes. Quem não é parente do parente, é parente do parente. Passamos a nos valorizar em atos cotidianos, a ter orgulho dos nossos anciãos e anciãs, da nossa ancestralidade em momentos da vida íntima e em contexto políticos:

(...) ainda na barriga, as orações e atos de fé, as palavras de encorajamento à mulher que vai parir, a comunicação com entidades que auxiliam nos procedimentos, a confiança nos saberes e experiências dos mais velhos (Rego, Brustolin, 2015, p. 29).

Fotografia 11 - Dona Severina na Igreja do festejo do Divino Espírito Santo



Fonte: Agenda Maranhão (2021).

Dentro do território, minha mãe, foi uma mulher que também fortaleceu nossa identidade e pertencimento, pois seus ofícios tradicionais eram nossa referência e ainda são. Nos atos da vida, como no parir, ela encorajava as mulheres para que tivessem devoção e fé, muito forte. Ela conversava com as crianças no ventre das mães, tinha esse dom, de receber a vida que chegava. Recordo do dia que acompanhei minha mãe, quando ela foi partejar a mulher no Setor de Barreira-funda e observei que ela tinha nas mãos um cordão, após ela sair da casa, eu comecei a perguntar para ela, para que servia o cordão. Ela dizia:

Tenho um cordão de orações que levo comigo na hora de partejar, se eu perceber que a mulher, ou o neném, está correndo risco de vida, eu pego o cordão e, logo começo as minhas orações. Esse cordão, uso e coloco em cima da barriga da mulher, e faço minhas orações rapidinho a mulher pare. Minha filha, é muito difícil eu usar esse cordão, graças a Deus pois as mulheres pari bem rápido, não dá trabalho, logo é muito forte as orações nele (Severina, 2001).

Vejo que minha mãe tinha muito a contribuir com os serviços de saúde no território, como afirmam as autoras:

Legado de experiências que demandam por reconhecimento e trocas com saberes especializados para que outras concepções sobre o nascer possam dialogar com os saberes médicos e jogar luz nos debates sobre o parto e suas dimensões físicas, subjetivas e espirituais (Rego & Brustolin, 2015, p. 29).

Minha mãe participava de cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, mas nunca foi convidada para capacitar os profissionais de saúde. Penso nessa situação como um apagamento, um silenciamento de nossa ancestralidade, de nossa história. No estudo que as pesquisadoras Rego e Brustolin realizaram, “*Severina está presente como parteira que assume o ofício a partir de revelações, do reconhecimento de dons e de chamamentos, um fazer imerso em trocas e relações de reciprocidade*” (Rego & Brustolin, 2015, p. 30). Qualquer trabalho no território de Santa Rosa dos Pretos irá identificar a potência dos conhecimentos tradicionais na formação de nossa identidade e no movimento de luta política.

Fleischer (2006, p. 190) em seu trabalho com as parteiras da cidade de Melgaço no Estado do Pará, ela descreve as atividades que são muito parecidas com as da minha mãe e trata dos cursos de formação de parteiras que aconteciam:

Os cursos de capacitação para as parteiras dedicam grande parte de sua ementa a listagem e descrição dos “sinais de risco”, isto é, circunstâncias

fisiológicas específicas que podem ameaçar a vida da gestante e do feto. Das parteiras se espera que encaminhem os casos “complicados” às unidades de saúde mais próximas.

Essas capacitações das parteiras pelo Ministério da Saúde são recentes, as práticas da minha mãe são desde quando começou a acompanhar sua mãe, minha avó, quando era chamada para partejar, e ao longo do tempo, aprendeu a partejar, só observando sua mãe, Severina com seu dom natural de aprender, foi desenvolvendo suas habilidades, práticas no fazer durante o seu caminhar, ao longo de sua vida.

As interferências dos serviços de saúde foram muitas nas atividades de Dona Severina, uma delas foi: fazer com que as mulheres fossem fazer a consulta de pré-natal, onde as mesmas até aquele momento só tinham orientações de Severina Pires Belfort. Para as mulheres do quilombo, seguir as orientações era natural, foi difícil aceitar outras práticas como tomar vacinas, fazer os partos em hospitais. As mulheres falavam para a ACS que não iam fazer pré-natal, consultas e parir no hospital. Segundo elas, tiveram vários filhos em casa com a comadre Severina, essa tinha “pegado” seus filhos e nada de errado tinha acontecido.

As interações com os serviços de saúde não foram tranquilas, como informa Fleischer (2006, p. 123):

Hoje as parteiras podem entrar e levar as grávidas até a sala de parto. Não foi algo pacífico, pois houve conflitos com médicos e outros profissionais de saúde que não concordavam com a presença das parteiras no ambiente hospitalar. No entanto, a abertura para as parteiras, permitiu serem reconhecidas pelo trabalho com as grávidas tanto na Atenção Básica como no Hospital.

Analiso que por ser uma parteira tradicional quilombola, tradicional, com muitas práticas, há o propósito de silenciá-la, de fazer com que seja esquecida nos processos de trabalho de serviços de saúde que se ancoram em legislações que garantem um parto humanizado, com mais “segurança”, mas descartando a pessoa que mais humaniza o cuidado na comunidade. É importante questionar como o direito à saúde alcança os territórios sem diálogo com os conhecimentos tradicionais, desrespeitando os ofícios, as práticas de fazeres, saberes ancestrais da maior e melhor parteira da comunidade/território, segundo as mulheres e famílias. Após lutarmos por território, que significa ter direitos, inclusive de saúde e educação, observo como a colonização chega novamente querendo silenciar nossas vidas. A luta continua no sentido de manter o território e de que as políticas públicas não promovam apagamentos. Quando chega impondo que as mulheres têm que ir até o posto de saúde para fazer o pré-natal, sem dialogar com as cuidadoras, parteiras que são referências na

comunidade, provocam um epistemicídio, silenciam nossa ancestralidade. As mulheres quilombolas não sabiam o que era o pré-natal, não sabiam como proceder nos primeiros momentos das consultas nos serviços de saúde e a possibilidade de criar elos entre os saberes não foi uma alternativa. Até aquele momento, as mulheres quando engravidavam sempre foram orientadas pela parteira Severina Pires Belfort, minha mãe.

Quando estavam grávidas, Dona Severina orientava as gestantes que se recusavam a fazer as consultas, elas sempre apareciam na casa de Dona Severina para saber se podiam fazer essas consultas com os médicos e perguntar como seriam essas consultas. As mulheres pediam ajuda a ela, pediam informação a ela no momento do parto.

A parteira Severina Pires Belfort, foi muito boa; porque, quando eu fui ser agente comunitário de saúde não sabia o que era fazer parto, aprendi essas práticas da área de partejar com Severina parteira (Maria Francisca, ACS, em abril de 2023).

Quando Maria Francisca afirma que não aprendeu as práticas de partejar em seu trabalho, ela está dizendo que não lhe ensinaram o ofício e o saber-fazer no momento de realizar partos. Apenas lhe transmitiram conhecimentos científicos. O aprendizado empírico, no entanto, ela adquiriu na prática, no quilombo, ao lado de Severina Velha. Foi assim que, em seu trabalho, ela passou a realizar partos seguindo o exemplo da parteira Severina, uma referência dentro do território. Maria Francisca aprendeu ao acompanhar Dona Severina em suas práticas durante os partos, assimilando, na prática, o manejo do partejar com ela. Esse aprendizado está profundamente ligado à ancestralidade e aos conhecimentos tradicionais que nos constituem como quilombolas de Santa Rosa dos Pretos.

Tinha vez que, a mulher dizia para mim, o tempo, a hora, dia, que ela ia ter o bebê em casa. Aí, eu ficava logo de sobreaviso. E teve dois partos, que estive presente com ela (Severina). Então essa criança, ela nasceu, pela manhã, quase umas onze horas da manhã. (Entrevista Maria Francisca, Santa Rosa, 2023).

O respeito, a valorização dos saberes e fazeres tradicionais vem sendo disseminado na comunidade por pessoas que geralmente estão sempre a seu lado acompanhando todo seu transitar comunitário. Como veremos neste trabalho, criamos uma dinâmica com as ACS de lutar para que o direito à saúde alcance nosso território sem apagar nossos conhecimentos tradicionais.

3.2. Sobre as(os) Agentes Comunitárias(os) de Saúde e sua importância na luta política do território Santa Rosa dos Pretos

Na Constituição Federal de 1988, foi garantido o direito à saúde universal em nosso país, assim foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), para que a população tenha acesso à saúde pública de qualidade para todos e todas. Assim, o artigo 196 da CF/88 estabelece que “Saúde é direito de todos e dever do Estado” e em seu artigo 198 trata das ações e serviços de saúde, que devem ser organizados em um sistema único, regionalizado e hierarquizado. As diretrizes para a organização do sistema são: descentralização, com uma direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas; participação da comunidade. Com esses direitos estabelecidos na CF de 1988, foram criadas as leis do SUS 8080/90, que institui o SUS e a Lei 8142/90, que trata da participação da comunidade na gestão do SUS e das transferências de recursos financeiros entre os governos na área da saúde. Também estabeleceu a participação social no SUS por meio de conselhos e conferências de saúde, que são espaços para a comunidade discutir a implementação das políticas de saúde.

No caso das comunidades quilombolas, algumas portarias especificam o atendimento para nós, como a Portaria nº 8522/GM/MS, que garante 50% nos valores de equipes de saúde a municípios que contam com populações quilombolas e de assentamentos de reforma agrária, o que muitas vezes é negado em municípios que não querem a existência do nosso território. Também contamos com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, de 2009.

Outro disposto importante que não podemos esquecer é a Convenção 169 da OIT, onde medidas especiais necessárias deverão ser adotadas para salvaguardar as pessoas, instituições, bens, trabalho, culturas e meio ambiente dos povos. O Art. 5º afirma que as políticas devem ser criadas para mitigar as dificuldades enfrentadas por esses povos, diante das novas condições de vida e trabalho, deverão ser adotadas. O artigo 7º traz melhoria às condições de vida e de trabalho e dos níveis de saúde e educação dos povos interessados com sua participação e cooperação, devendo ser considerada uma prioridade nos planos gerais de desenvolvimento econômico elaborados para as regiões nas quais vivem. Projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões deverão ser também concebidos de uma maneira que promova essa melhoria. Em seu artigo 25º consta que os governos deverão tomar as medidas necessárias que garantam que serviços de saúde adequados sejam disponibilizados aos povos interessados. Nesse sentido, o parágrafo 3 afirma que o sistema de assistência de saúde dará

preferência à formação e contratação de pessoal de saúde da comunidade local e enfocará a prestação de serviços de assistência primária, mantendo, ao mesmo tempo, vínculos estreitos com outros níveis de assistência de saúde. E no parágrafo 4, afirma-se que a prestação desses serviços de saúde deverá ser articulada a outras medidas sociais, econômicas e culturais adotadas no País.

Também contamos com o Estatuto da Igualdade Racial (Lei no 12.288, de 20 de julho de 2010), em seu artigo 6º apresenta que o direito à saúde da população negra será garantido pelo poder público mediante políticas universais, sociais e econômicas destinadas à redução do risco de doenças e de outros agravos. Continua no parágrafo 1º traz que o acesso universal e igualitário ao SUS para promoção, proteção e recuperação da saúde da população negra será de responsabilidade dos órgãos e instituições públicas federais, estaduais, distritais e municipais, da administração direta e indireta.

Há ainda a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, de 2013. Essa política expressa o compromisso político do governo federal em garantir o direito e o acesso à saúde por meio do SUS, considerando seus princípios fundamentais de equidade, universalidade e integralidade. Traz esse desafio para os territórios com o intuito de incluir as peculiaridades e especificidades da saúde dessas comunidades. A construção dessa política veio das evidências das desigualdades e necessidades em saúde dessas comunidades e contou com a participação dessas comunidades na sua criação.

Todas essas políticas apresentam o desafio de ter comprometimento de gestores estaduais e municipais do SUS, de prefeitos e governadores e da articulação com outras políticas que promovam melhorias nas condições de vida e saúde dessas comunidades, como a educação, o trabalho, o saneamento e o ambiente. Destacam-se, ainda, as políticas dirigidas para a questão agrária, demarcação dos territórios e o financiamento da assistência técnica, em particular à agricultura familiar e quilombola. Neste contexto, é fundamental a participação das comunidades e lideranças comunitárias nos conselhos de saúde e nas demais instâncias de participação e controle social do SUS, conferindo força política junto aos respectivos gestores e aos responsáveis pela sua implementação.

Fazer acontecer essas políticas públicas depende do respeito à diversidade social, cultural, no sentido de preservar e valorizar o conhecimento tradicional, contribuindo, assim, para a promoção da cidadania, das identidades, das várias histórias que fazem o Brasil. Precisamos ter dados de saúde que apresentem o recorte quilombola, a identificação.

Precisamos que os serviços de saúde promovam um fluxo dos territórios para o SUS e que respeite as cuidadoras tradicionais dos territórios.

No caso de Santa Rosa dos Pretos, faço um mergulho para discutir o desenho da política de saúde no nível local, sobre como acontece, para tanto, é necessário falar do ACS. Na esteira do direito universal à saúde no Brasil, foram criados diversos programas e políticas públicas que pudessem alcançar as pessoas em seu território. Tais ações estavam voltadas especialmente para a prevenção e promoção da saúde, buscando evitar os adoecimentos, portanto, fortalecer a saúde da população como um todo. Então:

O Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde – PNACS, criado em 1991, teve inicialmente como objetivo central contribuir para a redução da mortalidade infantil e mortalidade materna, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do país. A implantação desse Programa no estado do Ceará obteve reconhecimento do Ministério da Saúde que, em 1992, o transformou no Programa de Agentes Comunitários de Saúde – PACS (BRASIL, 2016).

A origem do ACS no Brasil está no estado do Ceará, em 1987, quando foi criado para reduzir a mortalidade infantil e levar algum direito à saúde. A ideia foi incorporada pelo governo federal em 1991, através do PACS. A figura do ACS surge, então, na região Nordeste e se torna uma política pública, este profissional está no nível da atenção básica ou primária, deve atuar na promoção da saúde e prevenção do adoecimento, estabelecendo vínculos com as pessoas onde vivem, no território comunitário. O ACS compõe a equipe multiprofissional do serviço e deve desenvolver ações de promoção à saúde e prevenção ao adoecimento, que devem estar ancoradas em atividades educativas.

Para Maia (2023, pp. 142-143), antropólogo que foi ACS:

O trabalho de agente comunitário de saúde implica a proximidade com a sua microárea de atuação e, para isso, é indispensável que o profissional de saúde esteja cotidianamente atuando na comunidade, fazendo visitas domiciliares, bem como observando problemas de ordem sanitária que possam estar ocorrendo no território. O seu conhecimento sobre o modo de vida do usuário, parte estratégica numa abordagem integral do cuidado em saúde, costuma ser apreendido naquele tempo demorado no portão; noutras vezes, sentado em um sofá improvisado com as sobras de madeira, vendo as crianças brincarem de montar nas costas de um cachorro magro e ouvindo o som alto de Racionais MC's, que o vizinho do lado colocava, enquanto amassava latinhas para a reciclagem. E eu ficava ali, decorando narrativas trazidas pelo usuário quanto ao corpo adoecido, para, mais tarde, ao chegar ao posto de saúde, contextualizar ao médico ou à enfermeira a dor que me fora contada.

Por conseguinte, foi criada a Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002, que estabelece a profissão de Agente Comunitário de Saúde (ACS). Em seu artigo 1º, parágrafo único, a lei determina que o exercício dessa profissão ocorrerá exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Posteriormente, a Lei nº 11.350, de 2006, regulamentou o § 5º do artigo 198 da Constituição Federal de 1988 (CF/88), que trata do aproveitamento de pessoal, conforme previsto no parágrafo único do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 52, de 14 de fevereiro de 2006. Vale destacar que a Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, acrescentou os §§ 4º, 5º e 6º ao artigo 198 da CF/88, passando a vigorar com esses acréscimos. No § 4º, afirma-se: *“Os gestores locais do SUS poderão admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação”*.

Nos Municípios do Brasil, em especial no município onde trabalho, aconteceram muitas contratações irregulares de ACS e de combate às endemias sendo colocadas para ser agentes pessoas que não passaram por um processo seletivo, ou seja, sem ter e/ou dar nenhuma garantia para esse(a) funcionário(a). Assim, qualquer gestor que quiser tirá-los, poderá fazer quando quiser, porque não tem nenhum documento lhes respaldando, confirmando que realizaram uma prova para atuar como ACS ou Agente de Combate às Endemias (ACE).

O parágrafo 5º da Lei federal que dispõe sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de ACS e ACE, e o § 6º, além das hipóteses previstas no § 1º do art. 41 e do art. 169 da CF/88, afirma que o servidor que exerça as funções equivalentes às de ACS ou de ACE poderá perder o cargo em caso de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício. Em seu artigo 2º também é dito que:

Após a promulgação da presente Emenda Constitucional, os(as) ACS e ACE somente poderão ser contratados diretamente pelos Estados, pelo Distrito federal ou pelos municípios na forma do § 4º do art. 189 da CF/88, observando o limite de gastos estabelecido por lei complementar de que trata o art. 169 da constituição federal.

Enumeram-se aqui as principais leis que as categorias ACS e ACE conseguiram conquistar em seu favor com muitas lutas de idas e vindas a Brasília, negociando com deputados(as) federais e senadores; já nas suas bases as categorias negociam com os(as) deputados(as) estaduais, governos e prefeituras.

A participação de ACS na saúde está na importância da localização deles, de estarem vinculados ao território com a ESF, assim, devem atuar com presença marcante nas comunidades, cidades ou áreas rurais, aproximando-se das pessoas. Na vida quilombola, cria-se uma dinâmica de enfatizar o autocuidado no coletivo e pensar que saúde e doença formam um processo vivido pelas pessoas em seus coletivos, por isso, precisam participar e dialogar com as pessoas da comunidade.

Até uns trinta anos atrás, a ideia de saúde estava associada a ausência de doenças. Depois começou-se a perceber que as doenças estavam associadas aos hábitos de vida, aos ambientes em que as pessoas viviam e a comportamentos e respostas dos indivíduos a situações do dia a dia (Ministério da Saúde, 2009, p. 25).

Na área da saúde, desde sempre se reivindica, uma saúde de qualidade para todos e todas no quilombo, sabemos da importância de as tecnologias de cuidado chegarem ao território, pois além dos conhecimentos tradicionais também queremos usufruir das técnicas, dos exames, dos medicamentos da medicina dos serviços de saúde, da medicina científica.

Penso que o(a) ACS é uma figura fundamental, pois atua como elo entre a comunidade, seus cuidadores tradicionais e os serviços de saúde formais. Em 1991, com a criação do Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) pelo Ministério da Saúde, foi realizado um processo seletivo para a contratação de ACS nos territórios. Foi então que tivemos nossa primeira ACS, Maria Francisca Rocha Enês Pereira, que desempenhou um papel fundamental ao integrar o trabalho científico-acadêmico com o saber tradicional de minha mãe, Severina Pires Belfort. Ambas trabalhavam em parceria, harmonizando conhecimentos tradicionais e práticas modernas de saúde.

Quando decidi participar do processo seletivo para o cargo de ACS em 1999, já havia duas agentes atuando no território: Maria Francisca Enês Pereira (conhecida como Francisquinha) e Maria do Livramento Rodrigues (Livra). Havia uma grande sintonia entre minha mãe e as ACS, especialmente em situações em que ela identificava que uma gestante não tinha condições de se deslocar até o hospital. Nessas ocasiões, minha mãe imediatamente entrava em contato com a ACS Maria Francisca, que acompanhava a gestante até o hospital. Essa interação sempre foi destacada pelas ACS, contrastando com muitas realidades em que há uma desconexão entre os saberes tradicionais e os serviços de saúde formais.

Concordo com Fleischer et al. (2019, p. 64), quando afirmam que “*a discriminação contra as parteiras tem sido documentada em várias pesquisas, embora surja como dado espaço, em meio a outros temas privilegiados*”.

A maneira como as parteiras e raizeiras são vistas pela sociedade e pelos profissionais de saúde frequentemente envolve discriminação e desvalorização. Guimarães (2017, p. 99) ilustra essa realidade ao relatar situações vividas por parteiras em hospitais do Distrito Federal, onde enfermeiras desqualificaram seus cuidados tradicionais, como a limpeza e o uso de óleos em recém-nascidos. Essas práticas, embora sejam parte integrante de seu saber ancestral, são muitas vezes menosprezadas ou ignoradas no contexto dos serviços de saúde formais.

Ninguém tinha neném sem usar azeite doce, azeite de mamona (...), ele é muito bom para dar para o neném e cura o umbigo. Quando eu fui ganhar o último filho, lá em Planaltina, tinha palestra no postinho, eu fui consultar, e as meninas (que trabalham no posto) me chamaram lá para saber o que eu fazia (como parteira), eu ia contando e elas riam e diziam: ‘Olha ela diz que cura o umbigo do neném é com azeite de mamona’ e riam de mim. E eu dizia: ‘Ah suas bobas, vocês são mais bobas do que eu, desculpa eu falar assim, porque olha, vocês estão caçoando de mim e lá cura tudo, não morre lá, não’. Elas disseram que curam o umbigo usando o merthiolate, eu falei que o merthiolate puro, seca o umbigo, pode até sair sangue, você pode usar o merthiolate depois de usar o óleo de mamona. Vocês estão mais bobas do que eu.

Eu, filha de parteira, relato minhas experiências profissionais ao lado da minha mãe, uma inspiradora professora. Após passar no seletivo para ACS, tive a oportunidade de trabalhar com ela, compartilhando momentos no partejar, na orientação, na prevenção e nos cuidados. No entanto, em alguns momentos, nossos diálogos divergiam, especialmente quando discutíamos a alimentação das crianças ao nascer. Minha mãe, por exemplo, orientava as mães a oferecer papa de farinha d’água ou farinha seca logo após o parto. Já eu, como agente comunitária de saúde, recomendava o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade, explicando às mães a importância desse cuidado para a saúde do bebê.

Essa diferença de perspectivas me fez refletir sobre as raízes históricas e culturais que moldaram essas práticas. Se pensarmos nos anos de escravização, por exemplo, as mulheres negras eram forçadas a trabalhar na colheita nas fazendas dos senhores de engenho, deixando seus filhos aos cuidados de crianças mais velhas ou servindo como amas de leite para os filhos dos senhores. Nesse contexto, muitas crianças não foram amamentadas, e a alimentação à base de farinha tornou-se uma estratégia de sobrevivência. Essa prática, perpetuada por séculos,

reflete as condições desumanas da escravidão e a resistência das mulheres negras para garantir a sobrevivência de suas famílias.

Após dois anos do último seletivo realizado para ACS e Agente de Combate a Endemias (ACE), foi necessário realizar outro levantamento de famílias no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos. Percebemos a necessidade de ter mais ACS, pois as duas ACS estavam trabalhando com o número de famílias muito elevado, não tendo mais condições de realizar o trabalho, por razão de as duas não poderem ultrapassar o número de famílias que é permitido pela Lei 11.350. Um novo processo seletivo foi feito, os aprovados fizeram vários treinamentos, cursos de aperfeiçoamento, nesse momento era determinada sua área e microárea de abrangência e atuação para trabalhar como ACS ou ACE. Em dezembro de 1999, foi iniciado o trabalho de cadastramento das famílias que ainda hoje trabalho com elas.

Antes mesmo de realizar o processo seletivo mencionado anteriormente, eu já acompanhava de perto a rotina de trabalho da primeira ACS da comunidade, Maria Francisca Enês Pereira, carinhosamente conhecida como Francisquinha. Ela foi a ACS que cuidou da minha família, acompanhou meus partos e, até hoje, está sempre pronta para me ajudar quando preciso. Da mesma forma, hoje eu a auxilio sempre que posso. Entre nós, existe um laço que vai além do profissional: é uma relação de família. Francisquinha é esposa do meu cunhado, Antônio Carlos Pereira, o que fortalece ainda mais nossos vínculos. Há entre nós uma grande reciprocidade e uma amizade sólida, que se reflete na parceria que construímos no trabalho. Juntas, Francisquinha e eu, atuamos lado a lado, unindo forças para cuidar da comunidade.

É importante explicar os termos que utilizo aqui. Sou uma profissional científica, enquanto minha mãe é uma parteira tradicional. Trago essa distinção para enfatizar a coexistência, no território, do conhecimento acadêmico hegemônico e dos saberes tradicionais. No nosso contexto, as ACS souberam criar diálogos e pontes entre esses dois mundos, algo que nem sempre é encontrado em outros lugares. Conseguimos conciliar ambas as perspectivas – a científica e a tradicional –, mantendo o mesmo objetivo: cuidar das famílias, das mulheres gestantes, das puérperas e das crianças.

Como ACS, nossa rotina no território é intensa. Trabalhamos de segunda a domingo, sem horários fixos ou dias de descanso. Estamos sempre à disposição da comunidade, em um vínculo que vai além do profissional: é um compromisso político e afetivo com o povo que servimos. Essa dedicação é compartilhada por todas as profissionais, sejam elas formadas pela ciência ou pela tradição. Para minha mãe, por exemplo, não existia mês, hora ou dia específico

para partear. Ela estava sempre pronta para atender às necessidades das famílias que a procuram.

Juntas, minha mãe, Severina, e Francisquinha, nunca mediram esforços para ajudar as mulheres em trabalho de parto e suas famílias. Sempre que eram chamadas para atender uma gestante com dores ou dificuldades, estavam prontas para ir, independentemente do dia, da hora ou do local. Essa disponibilidade incondicional é uma marca dessas profissionais, que dedicaram suas vidas ao cuidado e ao bem-estar da comunidade.

Os saberes tradicionais sempre estão à disposição da comunidade, não tem tempo ou pagamento que o faça não ser usado, pois estamos falando de saberes cotidianos: *“Dentre os motivos relatados como influenciadores para essa prática, destacaram-se os saberes populares apreendidos nas vivências diárias e conhecimentos herdados culturalmente”* (Couto et al, 2017, p. 4712).

Com a sabedoria de Severina, que nos ensinou diariamente por meio de suas práticas tradicionais, assimilávamos seus ensinamentos com leveza e tranquilidade. Ela nos transmitia um conhecimento profundo sobre o cuidado da saúde das mulheres puérperas e de toda a população que atendíamos. Como afirma Couto et al. (2017, p. 4711), *“As experiências dos(as) ACS, vivenciadas na sua prática educativa, assim como as crenças e atitudes relacionadas à percepção sobre seu papel de educador, fazem parte de seu acervo de conhecimentos.”*

Conviver ao lado de Severina era uma fonte constante de aprendizado, um espaço de troca de saberes e ensinamentos. Sua presença e experiência enriqueciam não apenas nossa prática profissional, mas também nossa compreensão do cuidado como um ato de afeto, compromisso e tradição.

Essa é a nossa memória, que não pode ser apagada e que nos define: *“Historicamente, foi a mulher quem planejou, implementou e quem cuida até os dias de hoje do quintal, que de forma silenciosa alimenta a família.”* (Dealdina, 2020, p. 135). Minha mãe era essa mulher que, de muitas formas, alimentava sua família e seu coletivo, não apenas com comida, mas com educação, sabedoria e transformação de vidas. Ela era uma dessas mulheres que, como destaca Dealdina (2020, p. 135), *“além de desempenharem um papel muito importante na produção familiar, principalmente no quintal ou na roça, em muitos casos também vendem sua força de trabalho, assumindo outras atividades produtivas”*.

Sem descanso, minha mãe, uma mulher quilombola, líder e guardiã de saberes ancestrais, estava sempre atenta aos movimentos da comunidade e de sua família. Quando chegava à roça, ela dizia: *“Pessoal, hoje é dia de capina. Vamos capinar bastante e terminar tudo hoje, para amanhã seguirmos para outra roça”*. Severina, em suas conversas nas roças, comandava com naturalidade. Ela era uma líder nata, cumprindo seus compromissos e responsabilidades com dedicação. Quando se aproximava o mês em que uma mulher iria parir, ela já ficava em alerta. A qualquer hora do dia ou da noite, era chamada para partejar, sempre com aquela preocupação genuína pela mulher que estava prestes a dar à luz.

Também conhecia o território, sabia das roças, das matas e das águas e se preocupava com esses elementos. Como Explica Dealdina (2020, p. 13), *“O saber tradicional traduzido nas práticas de fazeres das mulheres quilombolas, a exemplo do conhecimento das plantas medicinais, evidencia um diálogo profundo com os princípios da Agroecologia”*. Quando minha mãe partejava, ela usava muitas plantas, ervas medicinais, essas eram fundamentais no momento do parto. Os chás eram feitos assim como emplastos que eram colocados na barriga e na parte de traz da costa para não sentir muitas dores na barriga.

A luta no território foi árdua quando buscamos melhorias para a população, na questão da saúde, ao chegar o PSF, não tínhamos local adequado para que os médicos fizessem suas consultas ou que as mulheres fizessem exames de prevenção. Foi uma luta constante para conseguir um posto de saúde para a comunidade, até então, contávamos com a sede da Associação que tinha uma sala onde aconteciam os exames e consultas. Então, foram feitas algumas reuniões e em uma dessas, foram criados alguns grupos de pessoas. Cada grupo tinha uma responsabilidade, assim, havia o grupo para reivindicar as questões da saúde, outro de educação, de infraestrutura, de lazer etc. O grupo criado da saúde, realizou algumas reuniões com a gestão municipal na época, reivindicando assim, um posto de saúde. Após alguns anos de mobilização, o posto foi construído e foi criada uma Unidade Básica de Saúde (UBS), que hoje é composta por uma equipe multidisciplinar que busca atender toda a população.

Dentro do território, surgiram algumas situações que, até então, Dona Severina nunca havia presenciado em sua longa trajetória como parteira da comunidade. Em certos momentos, ela ficava triste e frustrada ao se deparar com realidades que nunca havia vivido antes. Tudo aquilo era muito novo para ela naquele contexto. Foi então que minha mãe foi convidada a participar de um curso de aperfeiçoamento promovido pelo Ministério da Saúde, destinado às parteiras tradicionais. Esse curso representou uma oportunidade para ela se adaptar às novas

demandas e continuar seu trabalho com ainda mais sabedoria e preparo. Segundo minha mãe, quando retornou para casa depois do curso, em 2003, ela falou:

Filha tudo que me disseram lá nesse curso, eu já faço na hora do parto com as mulheres. Eu as ensinei, em alguns momentos que estavam com dificuldade na hora de mostrar como fazer os “procedimentos” na hora do parto, então, eu ia, falava e demonstrava como fazia na hora do parto com as mulheres! (risos).

Dona Severina gostava de aprender e de ensinar para aqueles(as) que queiram conhecer os ensinamentos tradicionais, mas parecia que essa troca ainda não estava aberta. Dona Severina estava sempre alegre, não deixava os problemas lhe tirarem da sua ancestralidade, sua paz, seu bem viver com seus parentes, amigos(as). Ao realizar esse curso, entendia que devia estudar, aprender novos conhecimentos, se aprimorar em tudo que faz e atua. Ela nos ensinava que podemos juntos, na coletividade, conseguir algo para o território com a aprendizagem e respeito a suas ancestralidades.

No curso, ela foi com a intenção de aprender, mas acabou ensinando. Participou do seu jeito, mantendo suas práticas e sua forma única de partejar. Dona Severina sabia que estava ali para melhorar e aprimorar seus conhecimentos, especialmente em relação ao cuidado com gestantes, puérperas, crianças e outras pessoas que buscavam sua ajuda. Com o tempo, à medida que os serviços de saúde se consolidaram no território, ela foi convidada pela equipe do PSF para participar de outras capacitações. Nessas oportunidades, ela frequentemente ensinava mais do que aprendia. Para ela, participar de cursos, especialmente aqueles relacionados à parturição, era uma forma de reafirmar seu papel não apenas como parteira, mas também como professora, compartilhando seus saberes com todos ao seu redor.

Situações de desconforto surgiam quando observava alguma mulher gestante em sua casa, mas ela era obrigada a orientar a mulher a parir no hospital, pois essa foi a orientação do serviço de saúde, ela não podia realizar mais partos. Assim, Dona Severina, voltava para casa e falava:

Filha, a minha comadre Maria, não que ir parir no hospital, pois elas já me falaram que não vão parir no hospital; elas falaram que vão parir comigo. Eu, fico até vexada, pois elas não vão para o hospital, elas me disseram.

Conversando com minha mãe, eu explicava:

Mãe, elas estão certa em não querer ir para o hospital, até porque algumas foi você que viu primeiro, você as ajudou nascerem, elas se criaram olhando você fazer o cuidar-saúde-doença das mulheres na comunidade, de suas

próprias mães quando paria os irmãos mais novos, algumas já tiveram muitos filhos com você, graças a Deus, nunca aconteceu nenhuma morte, nem das mulheres e nem crianças. elas podem sim escolher, se vão parir ou não no hospital, ou se vai parir com você, como é de costumes. Elas decidem! É direito delas.

As equipes inicialmente vinculadas ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS), posteriormente denominado Programa Saúde da Família (PSF) e atualmente conhecido como Estratégia Saúde da Família (ESF), ao chegarem ao território, convidaram minha mãe, Dona Severina, para participar de um curso. O objetivo era capacitá-la a utilizar materiais adequados e realizar partos com maior segurança. No entanto, ela questionou a necessidade desse curso, afirmando: *“Filha, já fiz mais de 800 partos aqui na comunidade, e nunca morreu nenhuma mulher nem criança, graças a Deus. Então, por que vou fazer esse curso agora? Para quê?”*

Tudo aquilo era muito novo para ela. Havia materiais e utensílios que, segundo o curso, deveriam ser usados durante os partos, mas que, na prática, ela não via utilidade. Ela não estava acostumada com aqueles instrumentos e nunca os havia visto sendo utilizados com as gestantes no momento do parto. O curso foi oferecido por meio da Secretaria Municipal de Saúde e do PACS, que levaram o convite até ela. A proposta era que, ao participar, ela recebesse materiais de higiene para serem usados durante os partos. Em entrevista, em abril de 2023, a ACS, Maria Francisca, fala:

Ela não tinha nenhum utensílio para pegar a criança. Ela não tinha toca, ela não tinha luvas, ela não tinha tesoura adequada, ela não tinha nada. Ela trabalhava com as ferramentas que ela tinha, as mãos e toda técnica que Deus deu para ela. Todos os entendimentos ancestrais do passado dela.

Como parteira, também conhecida como parteira tradicional no território, minha mãe enfrentou muitos desafios com a chegada dos programas de saúde do SUS. Surgiram situações que, até então, ela nunca havia presenciado em sua longa trajetória como parteira da comunidade. Em alguns momentos, ela ficou frustrada ao se deparar com realidades completamente novas, que eram desconhecidas para ela. Tudo aquilo era muito diferente e desafiador naquele contexto.

Mesmo sentindo-se desvalorizada e questionada em alguns momentos, Severina nunca desanimava. Ela era uma mulher que mantinha a alegria e não permitia que os problemas a afastassem de sua ancestralidade. Ao participar do curso, ela compreendeu que sempre deveria estudar e buscar novos conhecimentos. No entanto, sorria ao afirmar que, no fim das contas,

acabou ensinando mais do que aprendendo. Dona Severina realizou o curso à sua maneira, mantendo suas práticas e seu jeito único de fazer as coisas, e, ao mesmo tempo, sentia-se feliz por estar ali. Ela sabia que estava ali para melhorar e aprimorar sua prática no cuidado com gestantes, puérperas e crianças, sempre buscando oferecer o melhor de si.

Portanto, sempre que era chamada pela equipe do PSF, ela comparecia e participava das capacitações. Nessas ocasiões, ela frequentemente ensinava mais do que aprendia. Dona Severina estava sempre presente nos cursos, muitas vezes até ministrando-os, independentemente do tema relacionado à parturição. No entanto, uma das situações que a deixavam desconfortável era ter que conversar com as mulheres e orientá-las a parir no hospital, em vez de realizar o parto em casa ou no domicílio, como era sua prática tradicional.

As mulheres gestantes do tempo antigo, antes de ter médico, contam que quando engravidavam, seguiam as orientações dadas pela parteira Severina. Caso de uma dessas gestantes em agosto de 2024: *“Nós não tínhamos médico, a nossa médica é comadre Severina. Ela que falava o que nós não podíamos fazer, e o que nós podíamos fazer durante a gravidez, e no parto”*. Essa situação acabou levando as mulheres a não fazerem o pré-natal porque já estavam acompanhadas desde o início de sua gravidez pela parteira Severina, onde as entrevistadas falaram que acompanharam alguns partos que Severina realizou de seus irmãos quando nasciam, elas acreditavam que não necessariamente deveriam ir se consultar com o médico, mas sim continuar sendo acompanhadas pela parteira que “pegou” várias gerações.

4. HISTÓRIA DE SEVERINA PIRES BELFORT, MULHER NEGRA QUILOMBOLA, EM SEU LUGAR DE FALA

Fotografia 12 - Aniversário de 106 anos de Severina Pires Belfort em 17 de julho de 2021



Fonte: Acervo pessoal.

4.1. Quem foi Severina Pires Belfort

Por ser a matriarca do quilombo, mulher negra quilombola de 108 anos, liderança respeitada em todo o território e região, e por ter vivido até uma idade avançada, ela contribuiu e ainda contribui, mesmo após sua partida, com suas práticas tradicionais, auxiliando as famílias não apenas em seu território, mas também em comunidades vizinhas. Ao longo de sua vida, ela viveu, conviveu e lutou em prol de todas as famílias, dedicando-se ao cuidar da saúde-doença. Para ela, cuidar era um ato que transcendia laços de parentesco; o que importava era fazer o bem às pessoas e às famílias, aplicando seus saberes tradicionais e ancestrais onde quer que fossem necessários.

[..] os primeiros momentos do parto foram acompanhados por ela, passei pelas mãos dela, recebi o maior cuidado que um ser humano pode passar pra outro. Me sentir segurança, mais como ela olhou que eu estaria com um pouco de complicação na hora do parto, estava muito inchada, e ela como uma boa profissional, ela chamou minha família, e me encaminhou para que me levasse para o hospital. Por isso que minha filha não veio nascer pelas mãos dela, mas fui bem acompanhada, graças a Deus, é uma pessoa que muitos aqui na comunidade chegaram ao mundo pelas mãos dela [...] (mulher quilombola, entrevista em abril de 2024).

Por meio dos seus ensinamentos ela transbordou alegria, amor, solidariedade, reciprocidade, cuidados todos os dias por onde passava, ela foi uma dádiva de Deus em nossas vidas e que fez uma mulher cada dia melhor. Severina, minha mãe, aprendeu em sua vida com muita sabedoria, e que a mesma, deve ser colocada em prática diariamente, não importa para quem. Ela se sentava no chão batido, no meio da sala na casa, no meio da cozinha, em um tijupá lá dentro da roça, chamava as pessoas para repassar alguns ensinamentos.

Esses conhecimentos foram aprendidos com seus ancestrais, alguns ensinamentos não podiam ser repassados, segundo ela, em suas falas, não podia ensinar por razão, que não fazia efeito, quebrava o poder da reza, se passasse para outra mulher. Nesse caso, podia ser repassado apenas para um filho(a) e/ou um neto(a). Nos ensinava a trabalhar com amor, alegria, sabedoria, liberdade e respeito para com os nossos iguais. Ela não cobrava nada em troca de seus trabalhos como dinheiro ou outros pagamentos para as pessoas, para as famílias, na qual realizava no momento do parto ou em outros trabalhos. Para minha mãe, todos são importantes, fazia para todos, aqueles que podiam ou não podiam pagar. Ela era chamada para participar dos trabalhos onde as pessoas se reuniam, aumentavam os laços familiares, tudo era realizado com amor, carinho, devoção, solidariedade, não cobrava nada de valores, nem

mercadoria, ou dinheiro em troca para fazer algum serviço como partejar, benzer de quebranto, benzer o umbigo da criança no jenipapeiro quando ficava grande, entre outras práticas de fazeres ancestrais que Severina praticava tradicionalmente e cientificamente. Recebia em troca como uma dádiva pelo que doava às pessoas, presentes, ajudas e apoio, muita gratidão. Os ensinamentos repassados para seus filhos(as) faziam deles(as) seres honestos, respeitadores com seus iguais, passavam a ter caráter, saber fazer o diferente nos seus fazeres práticas exitosas do seu dia a dia.

O parto era uma de suas práticas especiais, mais lembrada e guardada com carinho na memória das famílias quilombolas. Em suas práticas, quando chegava na casa da gestante quando com dor para parir.

Então quando cheguei lá na casa, ela (Severina), estava com a mulher sentada na posição de parir (cócoras), assim, como ela faz com todas as mulheres quando estão com dores para parir. Severina coloca um pano, uma madeira, faz um cepo, coloca as mulheres sentadas em um cepo, coloca uns panos lá, coloca a mulher sentada, e uma outra pessoa da família, escolhida pela parteira, aí fica a traz como apoio, segurando e enxugando o suor do rosto da mulher, e atendendo a necessidade que for preciso. Então, no caso de Severina como parteira, ela fica sentada no chão, a mãe sentada no cepo de madeira coberto com vários panos limpos, o cepo fica bem baixinho, baixinho, na altura que ela pudesse pegar o bebê (Mulher quilombola, março de 2023).

Em seus fazeres cotidianos, ela transmitia seus conhecimentos e ensinamentos tradicionais. Cada ato, cada palavra de Severina era construída com sabedoria, e essas tradições foram repassadas de geração em geração por Severina Pires Belfort, para seus filhos, filhas, netos e netas. Um exemplo disso é o ato cotidiano de pedir a bênção às pessoas mais velhas, uma prática que reforça a tradicionalidade do respeito por aqueles que vieram antes e detêm a sabedoria. Quando chegávamos ou passávamos por algum local onde havia pessoas mais velhas, ela nos orientava: *“Olha, peça a bênção para dona Maria, para seu José, eles são seus tios”*. A partir de então, todos os seus filhos, filhas, netos e netas passaram a pedir a bênção aos mais velhos. Daquele momento em diante, era necessário pedir a bênção, tratando-os como tios e tias. Todos os mais velhos, sejam primos ou primas, recebiam esse gesto de respeito. Dessa forma, construía-se o respeito geracional, um valor fundamental nas comunidades quilombolas.

Dona Severina realizava suas atividades, suas práticas tradicionais, medicinais no cuidado da saúde e no cuidado do não adoecer. Transferia tradicionalmente seus conhecimentos para seus iguais, transferindo confiança em tudo que fazia. Esses cuidados

estavam sendo transmitidos por aqueles e aquelas que ela os ensinava. Seus ensinamentos multiplicavam-se por meio do trabalho de outras pessoas, especialmente no momento do partejar. Esse trabalho lhes dava satisfação no seu transitar, no seu caminhar, buscando, juntando, semeando e colhendo bons frutos, que na qual ela fazia constantemente em seu dia a dia, fazendo assim florescer esse bem viver entre os seus iguais. Esse legado é narrado por sua afilhada, Marise Glória Barbosa, em um relato escrito em 2021:

Eu não sei que tempo do verbo posso usar para fazer esse relato. E eu o faço por um pedido de Hellen Jaqueline, a filha dessa senhora que eu conheci em 2005, há 18 anos atrás, e a memória me traz o amor no peito e o sorriso na cara ao falar de Severina Pires Belfort, Severina Caixeira ou Severina Velha. Ela se apresentou quando fui entrevistá-la. “Eles me chamam Severina velha, e eu já estou velha, não posso me zangar. Riu muito, rimos muito e foi desse jeito que ela se apresentou a mim.

Marise Glória Barbosa, pesquisadora, chegou ao quilombo para realizar um trabalho de filmagem durante a festa do Divino Espírito Santo em janeiro de 2005. Foi nessa ocasião que ela conheceu Dona Severina, uma figura que logo cativou seu coração. O material coletado durante a filmagem serviu de base para a dissertação de mestrado de Marise, mas o que começou como um trabalho acadêmico transformou-se em uma profunda conexão afetiva. Na época, ela se apaixonou por minha mãe. Logo, teve um carinho enorme por ela. Por essa razão, pedi que redigisse uma fala sobre o amor, respeito e carinho que sentia por minha mãe. Ela fez um texto, quase um artigo denominado *E agora?! Quem não se apaixonou por essa pessoa incrível, que é a minha mãe?*

Durante o processo de filmagem do documentário, Marise e Dona Severina passaram tanto tempo juntas que, em um dado momento, a pesquisadora pediu para que Dona Severina se tornasse sua madrinha. Sem hesitar, Dona Severina respondeu: "*Eu aceito ser sua madrinha, minha filha.*" A partir daquele momento, o amor que já existia entre as duas se fortaleceu ainda mais, criando um laço de afeto e respeito incondicional que se estendeu a toda a família. Dona Severina, que já tinha muitos afilhados e afilhadas, acolheu Marise como mais uma filha de coração. Desde então, sempre que Marise viaja a São Luís para realizar algum trabalho, ela faz questão de visitar Dona Severina para receber sua bênção. Esses encontros eram momentos de reafirmação do vínculo, um testemunho do poder das relações humanas e da capacidade de transformar encontros profissionais em laços familiares duradouros.

Mulher negra quilombola, liderança, com várias práticas de fazeres tradicionais, que cuida das famílias do/no território. Ela como parteira tradicional trabalha com as gestantes, as puérperas e as crianças, além de cuidar da sua vida pessoal, também cuida dos seus iguais. Ela, como guardiã, convive e faz o bem viver no quilombo. De acordo com Acosta (2015), o Bem Viver – ou melhor, os bons conviveres – é uma oportunidade para construir um mundo diferente que não será alcançado apenas com discursos estridentes, incoerentes com a prática. Severina Pires Belfort é uma mulher de Bem Viver, Bons Viveres, pois ela tem vários conviveres em busca do seu Bem Viver.

Nascida no dia 8 de julho de 1917, no território quilombola Santa Rosa dos Pretos, Itapecuru-Mirim, filha de Vicência Pires, e Júlio Belfort, em seus documentos pessoais, constam somente o nome da sua mãe Vicência Pires. Severina Pires Belfort, casada com José Pires, apelido, Zé Grande (*in-memoriam*). Ela e seu esposo adotaram cinco filhos: Vicente Pires Belfort, Manoel Pires Belfort, José Domingos Pires Belfort (*in-memoriam*), Hellen Jacqueline Pires Belfort Pereira e Raimundo Nonato Pires Belfort, atualmente tem 29 netos, 24 bisnetos e 10 tataranetos.

Na época em que Severina nasceu, sua mãe não a registrou ao nascer, até porque, naquela época, só registrava quando iam se casar, casos das mulheres, ou servir no exército, caso dos homens. Vários anos depois, sua mãe tirou o seu registro de nascimento. Segundo minha mãe, Dona Severina, ela fala:

Não fui registrada na data certa que eu nasci, minha filha. Minha mãe, me registrou com a data errada de 08/07/1924. A data certa de meu nascimento é 08/07/1916; essa é a minha verdadeira data de nascimento, o ano que ela tirou errado. E até hoje consta em meus documentos, e ficando assim: 08/07/1924, mas essa data está errada minha filha, a verdadeira é 08/07/1916.

Em 2024, ela completou 108 anos, levando em consideração a data de nascimento em que ela nasceu. Em conversas diárias com minha mãe Severina Pires Belfort, ela fala dessas datas acima; fui pesquisar e então, confirmei com algumas pessoas que a conheceram bem criança, bem jovem, no tempo que ela nasceu, fui ao cartório de Itapecuru-mirim e à igreja onde ela foi batizada. Infelizmente, essa igreja não existe mais, pegou fogo e queimou toda a igreja, e todos os documentos que lá existiam. Fizeram outra igreja, mas, infelizmente, não encontrei nenhum documento que falasse sobre a minha mãe Severina Pires Belfort. Nascida e criada no território quilombola Santa Rosa dos Pretos, nasceu, cresceu, se criou,

construiu sua família em seu território. Na sua infância, vivendo, convivendo com sua mãe, irmãos(as), tios (as), parentes consanguíneos, ou não parentes, ela sempre acompanhava os adultos, anciões, observando como esses, em suas práticas, métodos ancestrais deixados por sua mãe Vicência Pires, minha avó, faziam. Dona Severina colocou em prática, o que realizava diariamente no cuidar, no tratar das pessoas doentes na comunidade quilombola de Santa Rosa dos Pretos.

A parteira Severina Pires Belfort foi muito boa porque quando eu fui ser agente comunitária de saúde não sabia o que era fazer parto, aprendi essas práticas da área de partejar com Severina parteira. (ACS, abril/ 2023).

Quando a ACS, Maria Francisca, fala que não aprendeu em seu trabalho as práticas de partejar, ela está falando que não a ensinaram o ofício e o fazer na hora de partejar, só ensinaram o fazer científico. Ela aprendeu o empírico, na prática, com e no quilombo com Severina Velha, em seu trabalho, quando realiza os partos como a parteira Severina. Como referência dentro do território, quando era convidado a acompanhá-la, em suas práticas no ato de partejar, e no manejo de partejar.

Nosso trabalho é de prevenção e orientação, não entramos nesse mérito de aprender essa prática de fazer parto, mas nós tínhamos que aprender como as crianças nasciam (ACS, abril/2023).

Severina, ao observar e olhar para esse cuidado tradicional com seu povo, para o seu povo e para si mesma, reconheceu sua grande importância. Com o passar do tempo, foi aprendendo todas as práticas e os fazeres que a senhora sua mãe realizava dentro do território. Como explica Hampaté Bâ (1957, p. 167): *“(...) A herança de tudo aquilo que os nossos ancestrais conheceram e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente”*. O autor, com suas sábias palavras, nos lembra que tudo o que sabemos nos foi repassado por nossos ancestrais, e aprendemos naturalmente esses ensinamentos. Quando Severina se deu conta, já estava cuidando das pessoas, assim como sua mãe, Vicência Pires, minha avó. Ela aprendeu a cuidar daqueles que necessitavam de atenção, como as mulheres gestantes, puerperais, as crianças, os idosos(as), entre outras pessoas no território e fora dele que precisavam de cuidados.

Como foi analisado nos capítulos anteriores, foi muito difícil para as mulheres aceitarem a nova realidade de um novo sistema de saúde que excluía os saberes ancestrais quilombolas, pois tiveram muita resistência, nunca tinham realizado consulta de pré-natal,

exames, entre outras consultas médicas. Algumas mulheres no início se recusavam a consultar com a equipe do pré-natal, entre outros exames que eram obrigadas a fazer. Algumas falavam “(...) *não vou fazer nada disso, porque já pari mais de cinco filhos todos em casa, com comadre Severina, e nunca nenhum morreu, e não foi preciso fazer nada disso que vocês querem pra mim fazer agora.* ” Essas são as falas de Maria de Jesus, em conversa na sua residência, em 2022. Essa situação mostra o quanto Dona Severina era respeitada, amada, querida por todos no território e em outras regiões.

Assim, Severina apresentava potencialidades como parteira quilombola, sua importância está para além do cuidado, alcança a luta política, a luta que enfrentava no seu território, dominado pelo patriarcado, mas que ela não se deixa ser dominada por ninguém, foi uma mulher “desapocada”, como explica Passold (2017) em sua pesquisa sobre as mulheres de seu quilombo. Essas mulheres fazem a luta, o movimento de apoio e o cuidado entre si e como coletivo.

Dona Severiana, como uma mulher quilombola, guardiã de saberes ancestrais, tem uma trajetória de vida fantástica, de muita superação, lutas e conquistas dentro do território Santa Rosa dos Pretos. Continuou ao longo de sua vida com sua sanidade mental perfeita. Nos últimos anos, ela não realizava mais suas atividades porque não tinha mais condições físicas de exercê-las; todavia, até quando as suas forças físicas a permitiram, ela colocou em prática suas atividades.

Dona Severina, com oito anos de idade, foi morar na casa da sua madrinha, que se chamava Antônia Pires, no povoado chamado Beira de Campo, no município de Santa Rita, cidade próxima ao município de Itapecuru-mirim. Essa relação de compadrio se replica em muitos territórios quilombolas e suas redes de interação. Revela uma estrutura hierárquica desigual que marcou a vida de muitas meninas quilombolas, que iam para a casa de pessoas ricas, de uma classe social que estabelecia uma relação de trabalho com os quilombolas. A falta de escolas nas proximidades dos quilombos fazia com que muitas meninas fossem para as casas dessas pessoas para estudar, mas acabavam também cuidando dos filhos das famílias que as recebiam ou sofriam violência sexual.

Na nossa comunidade, temos o relato de uma parenta que foi estuprada pelo dono da casa onde estava trabalhando. Ela foi levada para ser babá de uma menina, chegando lá, ela foi escravizada, fazia de tudo na casa, lavava as roupas, cozinhava, cuidava da criança o tempo todo e ainda foi estuprada pelo dono da casa. O caso de Dona Severina é semelhante. Ela foi enviada para estudar, mas acabou se tornando cuidadora de crianças e sofreu diversas

violências durante esse período. Antônia Pires, que era vista como uma madrinha, abusava dessa relação de poder para espancar Dona Severina, agravando ainda mais o sofrimento dela.

Minha mãe me contou que:

Filha, quando eu fui morar lá na ‘Beira do campo’ na casa de minha madrinha quando era criança, fui para estudar, minha madrinha era professora. Um belo dia, minha madrinha foi convidada para participar de um casamento, aí, minha madrinha me levou para esse casamento. Nesse casamento, tinha muita comida, bebidas, festas com músicas, e valsas bonitas. Lá na festa, tocou uma valsa muito bonita e ficou gravada na minha memória, na minha cabeça. Logo, eu gravava tudo muito rápido na minha memória, e não saía. No outro dia, fui para sala de aula com a minha madrinha, que era uma ótima professora, e, chegando na sala de aula, eu passei a manhã todinha, cantando a valsa do casamento que tinha acontecido no dia anterior. Minha madrinha, não falou nada pra mim, naquela hora, naquele momento na sala de aula, mas, chegando em casa, minha madrinha pegou um cipó, uma chibata, feita de couro do boi. Minha filha, nessa chibata tinha várias tiras, nessas tiras da chibata, tinha um nó em cada ponta, em cada ponta da chibata tinha um nó, minha filha! Minha filha, eu apanhei uma pisa, mais foi uma pisa da madrinha; e uma outra pisa do meu padrinho também, ele, que se chamava Ricardo e do meu tio Lúcio, todos me bateram com esse chicote, minha costa ficou toda cortada de apanhar. O chicote feito com o couro do boi ficou entrelaçado; como já falei, minha costa, ficou toda cortada de apanhar, minha costa ficou molhada de sangue, muito, muito sangue.

Tinha um vizinho da madrinha que se chamava de Serra Grande, que viu toda a brutalidade contra Severina. No mesmo dia que Severina havia apanhado, ele saiu do povoado onde morava em Beira de Campo e ele foi até Santa Rosa, na casa da minha avó Dona Vicência, mãe de Severina. E ele contou o que tinha acontecido:

Vou contar pra vocês, se vocês, quiser ver Tebe (Severina), viva ainda. Vai buscar ela da casa de Lúcio e Raimunda, não fala nada que eu vim aqui contar pra vocês, das pisas que ela (Tebé -Severina) apanhou hoje, da sua madrinha, seu padrinho e o tio Lúcio, todos. Se vocês não irem buscar ela, eles vão matar Tebé (Severina) só de tanto bater com cipó de feito de couro de boi, pois hoje, ela apanhou três pisas hoje.

Dona Vicência Pires, mãe de Severina, minha avó, falou imediatamente para seu filho Abelardo (Beleco), nessa mesma hora: *“Filho, vai buscar minha filha Severina, sua irmã, na casa de minha comadre Antônia, e meu compadre Ricardo, fala para eles que eu, estou muito mal, entre a vida e a morte, e quero ver minha filha pela última vez, e traz minha filha de lá”*. Nesse momento, minha mãe (Severina), sua madrinha, seu padrinho, e o seu tio, não

estava sabendo nada, que estava acontecendo em Santa Rosa, não sabiam do ocorrido e que estavam preparando uma viagem que iam buscá-la na casa de sua madrinha Antônia, para olhar sua mãe, minha avó, pela última vez. Já em Santa Rosa, após a notícia que Severina havia apanhado muito:

Nesse momento Aberlardo Pires (Beleco), meu irmão, montou no Cavalo, um cavalo bonito! E foi me buscar na casa de minha madrinha. Mas, na casa de minha madrinha onde eu estava morando, tinha um papagaio falador, que olhou todas as três pisas que apanhei, com chicote feito de couro de boi. Esse papagaio olhou o meu irmão de onde ele estava; ele estava em cima lá num sobrado, por coincidência meu irmão chamado Beleco, ele chegou no dia seguinte para me visitar e o papagaio de longe avistou logo o meu irmão, e já foi logo gritando “URUPACO-PAPACO” e sacudindo as asas, e foi falando para Beleco meu irmão que Antônia, Ricardo e Lúcio, tinham feito com “Preta” (apelido dado pelo papagaio para a minha mãe).

O papagaio disse: *“Beleco, a Preta apanhou muito hoje, está com a costa toda cortada, e ferida só de apanhar com chicote feito de couro de boi, eles bateram muito na Preta, surraram muito a Preta e leva ela, pois eles vão matar a Preta só de tanto bater de chicote feito do couro do boi”*. Nesse momento, a madrinha Antônia avistou o irmão Beleco, vindo lá no meio do campo, imediatamente ela saiu com Severina para o poço cacimbão, chegando lá, ela deu um banho em Severina, pensando que ia desaparecer logo as marcas deixadas pelo chicote do couro do boi. Mas, não desapareceram, Severina sentia muita dor, ficou com as costas muito cortada, sangrando. Ao retornar do poço a madrinha deu um vestido muito lindo com pano florido. Colocou em suas orelhas um brinco de ouro, em seu braço uma pulseira de ouro, nos pés uma sandália de couro, quando nós chegamos em casa, na parte da sala, Beleco estava lá, me esperando, aguardando as duas, a madrinha e Severina. Então ele falou: *“Vim buscar Tebe, porque nossa mãe quer ver ela antes de ela morrer, pois está muito mal, e pediu pra eu vir buscar minha irmã, porque pode não encontrar nossa mãe viva”*.

A madrinha falou para o padrinho Ricardo que chegara da roça e o tio Lúcio:

Minha comadre Vicência, está muito má, e é, para a mandar Severina, porque talvez não encontre ela mais viva, está muito mal. Mais minha madrinha pediu para mim, não contar nada do acontecido das pisas que eu apanhei, só que não tinha como não ver, minha costa estava toda cortada. Severina com muito medo de apanhar novamente, só confirmava tudo que sua madrinha estava falando, pois, minha madrinha, que estava me arrumando todinha para viajar naquele dia para Santa Rosa dos Pretos. Eu tenho muito arrependimento de não ter ficado na casa da minha madrinha para estudar, aprender ler e escrever, já que minha madrinha era uma boa professora.

Quando minha mãe, Severina, relatava em nossas conversas as agressões que sofria, eu me sentia profundamente envolvida por sentimentos de ódio, raiva e desespero. Ficava revoltada ao lembrar de todas as pessoas que a maltrataram. Acredito que foi por essas e outras razões que ela sempre foi uma mulher rebelde, incapaz de aceitar ofensas ou maus-tratos. Ela não hesitava em revidar quando alguém a desrespeitava ou proferia palavras ofensivas.

No entanto, em meio a essas situações difíceis, Severina também compartilhava memórias de uma infância repleta de alegria e brincadeiras. Como ela mesma relatou:

Há! tinha muitas brincadeiras, que nós quando criança, a gente brincava; eu, brincava com os irmãos/as, as/os primas (os), os/as parentes, as brincadeiras eram: Gangorra, pega-pega, caba-cega, esconde-esconde, rodas, Pêra, uva ou maçã, dentre outras brincadeiras. Erámos muitas divertidas e alegres, minha filha. Existia muito respeito, não tinha o que tem hoje nesse mundo.

Ela lembrava que, até os 15 anos de idade, andava apenas de calcinha, peça que sua mãe, Vicência, costurava. Severina relatava: *“Eu, Severina, já tinha os seios bem desenvolvidos naquela época, mas andava sem blusa, só de calcinha. Não existiam ‘maldades’ entre as pessoas, nem entre nós crianças”*. As calcinhas que minha avó costurava para minha mãe e suas irmãs eram feitas com o tecido dos sacos de açúcar a granel, reaproveitando o material disponível.

Minha mãe, Severina, ajudava minha avó a cuidar dos irmãos mais novos. Enquanto minha avó saía para trabalhar na lavoura, cultivando roças de algodão, café e cana-de-açúcar, Severina assumia a responsabilidade de cuidar das crianças menores em casa. Ela preparava a alimentação para si e para os irmãos, quando havia comida disponível. Nos momentos de escassez, improvisava refeições, como a “tiquara”, um molho simples feito com água, sal, coentro e cebola de palha (salsinha). Em suas conversas diárias comigo, ela costumava relatar:

Filha, para matar a fome dos meus irmãos, eu fazia angu da farinha de mandioca (farinha d’água), pescava alguns peixes rapidinho no Igarapé chamado Cimaúma, tinha muito peixe naquela época, minha filha. Pegava muito peixe na minha saia, bem grande, e era bem rodada, cabia muito peixes, minha filha, então voltava pra casa e fazia o comer, todos comiam, e iam brincar. Na época, não tinha escola. Teve uma época que estudamos no Movimento Brasileiro de Alfabetização, o MOBRAL, não aprendi nada, nem assinar o meu nome.

Quando minha mãe falava em nossas conversas que “não aprendeu nada”, não era porque ela não quisesse aprender, mas sim devido às dificuldades enfrentadas no dia a dia

educacional do Brasil. Monica Nogueira (2021, p. 166) destaca que *“o racismo estrutural, as relações na sociedade contemporânea, engendram dinâmicas e subjetividades e têm profundas raízes históricas no Brasil”*. Quando a autora se referia a “profundas raízes históricas”, remetia a um problema que, ainda hoje, persiste no cenário educacional e continuará enraizado por muito tempo, caso não haja uma educação emancipadora e transformadora no país. Esse alerta já havia sido feito pelo professor Paulo Freire, com sua sabedoria contemporânea. Além disso, o racismo também se manifestava nas formas como as meninas quilombolas eram recebidas nas instituições ou no fato de não acontecer o aleitamento materno das crianças.

Severina, minha mãe, ainda muito jovem, possuía vários dons e saberes tradicionais ancestrais, que aprendeu com grande facilidade e nos ensinou tudo naturalmente. Ela aprendeu as rezas, o parto, a batida da Caixa do Divino Espírito Santo, a dança do Tambor de Crioula, as músicas do Tambor de Crioula, a trabalhar na lavoura, a quebrar coco babaçu, a tirar palha para cobrir as casas de moradia, a ser mediadora de casamentos, costureira, cozinheira, a cuidar da casa, dos irmãos mais velhos, dos filhos, entre outros fazeres e cuidados. Na lida do dia a dia no quilombo, aprendeu com os mais velhos e se tornou uma referência na comunidade.

Como uma mulher muito ativa, dedicada a cuidar de tudo e de todos desde muito cedo, ela foi sendo reconhecida pela comunidade. Em suas falas, dizia que não sabia de nada e que não havia aprendido nada, mas sua simplicidade era justamente o que marcava seus saberes ancestrais. Minha avó, Vicência, quando era chamada para ajudar uma mulher com dores de parto, sempre levava minha mãe consigo. Minha mãe, muito curiosa, observava atentamente como as parteiras mais experientes agiam durante o parto. Em uma dessas ocasiões, quando surgiu a primeira oportunidade, ela mesma realizou o parto. Não houve tempo de chamar a parteira mais velha, e ela, por conta própria, conduziu o parto com sucesso. Foi assim que ela descobriu mais um dom que, segundo ela, Deus lhe havia dado: o dom de “pegar” crianças, ou seja, de auxiliar no nascimento de meninas e meninos. Para Souza (2007, p. 04):

O importante é que a pessoa escolhida tenha o “dom”, ‘dado por Deus’, e, a partir daí, muita dedicação para acompanhar e auxiliar a “parteira véia”. Esse processo de acúmulo de conhecimento e experiência faz com que, aos poucos, essa “companheira” possa lidar com o processo de gravidez, parto e puerpério.

Ela iniciou o seu dom de partejar com as mulheres em suas casas, aprendeu naturalmente, na vida vivida o saber partejar. Quando a mulher estava em perigo na hora do parto, ela sabia quando dava conta de fazer o parto, mas também sabia quando não dava conta. Ela tinha uma paciência inabalável, invejável, potente, incrível, que só ela tem. Quando Severina, minha mãe, era chamada para partejar, ela, antes de sair de sua casa, fazia uma oração, se ela errasse a oração, a mulher estava em perigo, ela já sabia que não poderia ficar com a mulher em casa, que estava prestes a parir. Ela estava passando naquele momento perigo, ela pedia imediatamente que os familiares a levassem para o hospital o mais rápido e o mais próximo possível. Em entrevista com uma das ACS, ela relata que:

(...) Um dos meus filhos, tive uma grande honra, dos meus primeiros momentos que eu estava do meu parto, eu fui acompanhada pela parteira mais antiga da nossa comunidade, pessoa maravilhosa que passa confiança para as pessoas que ela acompanha, os meus[...] os primeiros momentos do parto fui acompanhada, e passei pelas mãos dela, recebi o maior cuidado que um ser humano pode passar pra outro. Me senti com segurança, mas como ela olhou que eu estaria com um pouco de complicação na hora do parto, estava muito inchada, e ela como uma boa profissional, chamou minha família, e me encaminhou para que me levasse para o hospital. Por isso, minha filha não veio nascer pelas mãos dela, mas fui bem acompanhada, graças a Deus, é uma pessoa que muitos aqui na comunidade chegaram ao mundo pelas mãos dela (Maria do Livramento, entrevista concedida em 2024).

Minha mãe sempre acompanhava as mulheres quando tinham essas complicações na hora do parto, ela mesmo acompanhava até o hospital, que ficava na sede do município. As mulheres quando engravidavam, minha mãe as orientava, o que elas podiam fazer e comer a partir daquele dia em diante. Então, as mulheres cumpriam à risca, todos os cuidados que minha mãe Severina falava para elas. Minha mãe falava: “*Minha comadre, a partir de agora, você não come a comida muito salgada, sua comida tem que ser leve de sal, não comer muita banha de porco, não fazer força, não carregar feixe de lenhas, faça menos esforços possível*”. Então, as gestantes obedeciam a minha mãe.

Houve dois casos em que as mulheres correram risco de morte. No primeiro, minha mãe levou uma mulher com pré-eclâmpsia para o hospital; no segundo, a criança vinha nascendo de pé. No caso da mulher com pré-eclâmpsia, ao chegarem ao hospital, ela teve uma crise. Quando minha mãe viu a mulher em crise, imaginou que sua comadre estava morrendo. Na entrevista, Maria José da Conceição Santos, de 68 anos, relatou: “*Passei o dia todo com dor, e só à noite me levaram para o hospital. Quando cheguei lá, já estava sem forças. Tive*

uma crise de eclâmpsia e quase morri durante o parto. Minha comadre Severina esteve comigo o tempo todo, me acompanhando”.

Em abril de 2024, o companheiro de Maria José também deu seu depoimento sobre o parto de uma de suas filhas, que minha mãe havia “pegado”. Na verdade, ela realizou o parto de três das quatro filhas do casal. Ele diz:

Sou, José Carlos dos Santos, 62 anos, sou filho de mamãe Severina de pegação. Ela partejou/pegou minhas filhas, uma delas que vou falar aqui porque deu problema na hora de Maria (esposa) ganhar a menina. No parto de Tatiane, minha filha, Maria (esposa) me pediu pra fazer um chá, tomou esse chá e nada, quando deu de manhã, ela disse: não vai logo atrás de comadre Severina, aí, eu fui logo atrás de comadre Severina, foi umas sete horas, que passou, a dor foi aumentando, fui em Picos (outra comunidade do território) atrás da mãe dela, e quando eu cheguei, deu meio dia e nada, aí, vai ter, não se preocupe não, vai ter. Nesse tempo, carro não tinha assim para levar para Itapecuru, rapidinho, não tinha posto, não tinha nada aqui não. Tinha que esperar a vontade de Deus. Aí quando foi umas quatro horas da tarde (16h), [...] vai atrás de Joca (moço que tinha carro), se arrume com Severina, que Joca vem já para levar vocês para Itapecuru. [...] então ela teve a crise de eclâmpsia, mamãe Severina me chamou e falou que ela tinha morrido [...]; Maria teve a menina, mamãe Severina, ela trouxe a menina para casa. Maria ficou no hospital, mamãe Severina falando que achava que Maria estava morta. [...], mas, foi um susto! Só estamos aqui todos os vivos contando história, graças a Deus.

Quando o compadre de minha mãe, José Carlos, relatou toda a situação que minha mãe, Severina, vivenciou ao lado de sua esposa durante a crise de eclâmpsia, ficou evidente o quanto ela se dedicava ao cuidado da saúde e do adoecimento das mulheres durante o parto. Para ela, não importava onde, como ou quando a mulher precisasse de ajuda durante o trabalho de parto; ela estava sempre pronta para auxiliar. Dona Severina sabia da existência da eclâmpsia, mas nunca havia presenciado uma mulher em crise por causa dessa condição. Coincidência ou não, foi nesse dia que ela levou uma gestante com pré-eclâmpsia ao hospital. Ao ver sua comadre em crise, ela chegou a imaginar que a mulher havia falecido. Ela disse: *“Filha só eu olhar a mulher que está grávida/buchuda eu sei, pois, as cadeiras (quadris) da mulher fica larga. Quando eu olho uma mulher sei logo se está grávida ou não”.*

Minha mãe cuidava das gestantes de diversas formas: ao benzer, ao preparar um chá de erva-cidreira para curar febres ou ao fazer um emplastro de azeite de mamona com alfazema. Ela misturava esses ingredientes em uma tampa de panela de alumínio, aquecia a mistura e, após deixar esfriar um pouco, aplicava-a sobre a barriga da mulher que havia acabado de parir. Ela me explicava que esse procedimento ajudava a evitar dores abdominais

e cólicas pós-parto. Esses são alguns dos cuidados que minha mãe oferecia, dedicando-se com muito amor e carinho às mulheres, seja no pós-parto ou em outras situações.

As técnicas, as rezas e o uso de plantas medicinais por Dona Severina eram práticas que se fundamentavam em seus sentidos e em seu corpo de parteira. Esses saberes constituíam uma ciência do partejar, que se diferenciava pelo cuidado singular oferecido às mulheres gestantes no território. Souza (2007, p. 04), reflete que as parteiras têm em comum o fato de terem várias tarefas e fazerem tudo sem deixar a desejar.

Concebem seu trabalho como “missão”, “dom divino”. Partejar, benzer e curar são incumbências que as parteiras possuem. Mas, para além dessa atuação, realizam diversas outras tarefas na comunidade e possuem grande legitimidade interna proveniente, fundamentalmente, do seu acúmulo de conhecimento. São referências para tomadas de decisões e para conselhos.

As orientações de minha mãe para as mulheres grávidas eram:

Filha não pode fazer muito esforço, carregar muito peso na cabeça, não se abaixar muito levantando peso, ou feixe de lenha, cofo cheio de coco babaçu, ou cofo cheio de arroz. Já começar a comprar os materiais como: alfavaca, azeite de mamona, azeite doce marca galo, noz moscada, para quando você tiver a criança, já esteja guardado, que para fazer os emplastro na sua barriga, depois que parir, para não sentir dores na barriga; fazer a farinha seca e/ou branca para fazer o angu, que faz criar bastante leite no peito; criar bastante galinhas para matar e comer cozida, com bastante caldo.

Dona Severina fazia massagens, sacudia a barriga da mulher quando a criança estava atravessada. Só de olhar a gestante, ela sabia se a criança estava atravessada na barriga ou não, se a criança estivesse atravessada na barriga da mulher, ela logo falava para a gestante: “*Sua criança está atravessada na barriga. Você não está sentindo dores na barriga? E, sua filha é uma menina*”. Quando minha mãe, ela vê/olha e já sabe que a criança é menina, ou quando a criança é menino, logo minha mãe fala: “*Olha a sua criança é um menino, quando menininho, e a sua criança está atravessada em sua barriga*”. Ela pediu logo para sacudir a barriga e ajeitar a criança.

Severina acompanhava sua mãe, Vicência Pires Belfort, sempre que ela era chamada para auxiliar as parteiras mais experientes durante os partos realizados nas casas das mulheres. Severina, sempre curiosa e determinada, não aceitava quando as pessoas diziam que ela não podia fazer algo. Ela sempre “desobedecia”! Era sempre a primeira a se envolver e a chegar aos lugares. Ela tinha um espírito desafiador e, ao observar como sua mãe e as parteiras mais

velhas atuavam durante os partos, aprendia as práticas empíricas e tradicionais utilizadas para para pegar a criança quando estava nascendo.

Cada parto que acompanhava era uma oportunidade para se aperfeiçoar, só em olhar e observar. Um belo dia, sua mãe percebeu que Severina já estava preparada para partejar. Na primeira oportunidade, colocou-a para “pegar” uma criança, enquanto ela e as parteiras mais experientes ficaram apenas observando. *“Deu tudo certo, minha filha”*, disse sua mãe, Vicência, para Severina. A partir daquele momento, ela começou a colocar em prática seu dom de partejar. Severina também desenvolveu a habilidade de perceber quando uma mulher estava em perigo. Em nossas conversas, ela me contava: *“Filha, quando eu via que a mulher corria perigo, fazia minhas orações, e graças a Deus tudo dava certo. Mas, graças a Deus, essa situação era muito rara de acontecer”*. Essa era a realidade do seu cotidiano como parteira na comunidade.

Parteiras trabalham intensamente na atualidade e, pelo fato de fazerem sentido dentro de lógicas próprias de cuidado com a saúde, elas tenderão a manter um papel de destaque. (Fleischer, 2006, p. 89).

Quando a autora relata que as parteiras trabalham intensamente, remeto-me à minha própria vivência como filha da parteira tradicional. Minha mãe não media esforços para colocar sua experiência, práticas e saberes a serviço do parto e do cuidado das mulheres. Para ela, não havia sol forte nem chuva que a impedissem de fazer o que mais amava: partejar e cuidar das mulheres.

Lembro-me de quando as mulheres sentiam as dores do parto e os maridos ou pais vinham até nossa casa chamá-la. Na maioria das vezes, isso acontecia durante a madrugada. Mesmo assim, ela nunca reclamava do horário ou da distância até o local onde a mulher estava. Quando terminava de partejar aquela mulher, logo voltava para casa. Todavia, ela não recebia nada em pagamento pelo trabalho que realizava.

O período de pré-natal é o foco de atenção de inúmeras campanhas biomédicas recentes. A tônica tem sido caracterizar essa fase por meio de “riscos” que podem ser detectados, e assim, evitados. (Fleischer, 2006, p. 89).

Até os anos de 1989, as mulheres não faziam pré-natal no território, quando sentiam-se grávidas, elas chamavam minha mãe e falavam o que estavam sentindo, as mulheres relatavam que: *“Estavam sentindo muito enjoô, tonturas, indisposição para realizar as*

atividades de casa, e roça”, a partir dessa conversa, minha mãe falava para as mulheres que: *“A partir desse momento você deve ter um pouco de cuidados, cautela não fazer muitos esforços nos trabalhos, e ficar atenta, observando os sintomas e transformações do corpo que vão mudar com o passar dos meses”*.

Sem saber que estava realizando a cientificidade, em suas práticas tradicionais, ela orientava as mulheres grávidas. Quando era a primeira gravidez, minha mãe falava: *“Você deveria cumprir com algumas regras na gestação e não correr riscos na gravidez, você tem que tomar alguns cuidados”*. Se a gestante sentia algumas indisposições, essa situação era muito rara entre as gestantes da comunidade, pois labutavam nas roças, fazendo todo e qualquer tipo de trabalho e não sentiam nada. Passando os meses, com a barriga crescendo, algumas mulheres sentiam algumas “dores no pé da barriga, nas cadeiras”, assim, iam até a casa da minha mãe “para sacudir a barriga”. Ela colocava a mulher deitada na cama, mexia de um lado da barriga, do outro lado da barriga, em cima, em baixo, e puxava uma perna primeiro, depois a outra perna, ao término ela puxava as duas pernas de uma só vez. Logo em seguida, ela dava as mãos para a gestante levantar-se da cama. Muito curiosa, eu ficava atrás da porta observando as práticas, fazeres e dizeres que ela fazia e falava com a gestantes. Enquanto ela sacudia a barriga da gestante, ela conversava e fazia algumas perguntas para a gestante.

Sempre colocando a saúde da mulher em primeiro lugar, nenhuma gestante chegou a passar mal quando minha mãe estava presente durante o parto. Ela tinha um dom natural para lidar com as mulheres, seja durante a gestação, o trabalho de parto ou o puerpério. Sempre observava quando minha mãe saía para partejar, e antes de sair de casa, ela fazia algumas orações. Ao chegar à casa da gestante, ela já sabia se o parto ocorreria tranquilamente ou se haveria complicações. Quando percebia que poderia haver problemas, conversava com os familiares sobre a necessidade de levar a gestante ao hospital. No entanto, ela nunca permitia que a mulher fosse sozinha; sempre a acompanhava e permanecia ao seu lado até o nascimento do bebê. Felizmente, era raro que uma gestante precisasse ser encaminhada ao hospital devido a complicações.

Na assistência à gestação, ao parto e ao puerpério, as parteiras acionam técnicas cujas funções práticas e simbólicas são fundamentais para a saúde e a qualidade de vida da gestante e da criança. Essas mulheres, entendendo a gestação e o parto como um momento especial na vida da mulher, compartilham um sistema de cuidado constituído por dimensões biológicas e culturais de grande valor patrimonial (Ribeiro, 2013, p. 05).

Quando Severina, minha mãe, conversa com as famílias, as mulheres gestantes, ela trazia consigo um ensinamento, uma sapiência que só ela tinha e sabia. Sabendo assim retribuir com muito amor os seus ensinamentos, e o bem viver para as pessoas; sabia conquistar a todos por onde passava ou estava. Nas comunidades e territórios, ela era muito querida, e todos(as) tinham um enorme respeito por ela, sentimentos que ela retribuía da mesma forma. Para Severina, ajudar as mulheres durante o trabalho de parto era uma prática que ela realizava há muitos anos, reafirmando e reconduzindo um cuidado ancestral.

Portanto, durante muito tempo, as mulheres em trabalho de parto eram ajudadas por outras mulheres que podiam ser do seu ambiente mais próximo (parentes, vizinhas ou amigas) ou mulheres reconhecidas pela sua experiência ou competência para tal acompanhamento – as parteiras. (MS, 2010, p. 25).

Severina, uma parteira experiente, sempre estava pronta para ajudar as mulheres a darem à luz. Antes mesmo de os pais olharem seu filho ou filha ao nascer, ela já observava e identificava o sexo do bebê. Esse gesto era um ato de amor e carinho tanto para com a criança quanto para com a família, que, a partir daquele momento, passava a considerar a criança como "filho de pegação" de Severina, e os pais tornavam-se seus compadres e comadres, já que ela havia ajudado a trazer a criança ao mundo. Por essa razão, os pais ensinavam desde cedo a criança a chamar Dona Severina de "mãe". Assim, a maioria das crianças a chamava de "mãe Severina", e todos(as) que passavam por ela pediam sua bênção, dizendo: "*Bênção, minha mãe*", como demonstração de respeito e afeto.

Quando ela ia partejar em locais distantes, levava-me consigo para a casa da gestante. Eu, ainda pequena, brincava com as crianças da casa e da vizinhança enquanto minha mãe cuidava do parto, deixando a mulher arrumada e o bebê em cima da cama. Só depois disso, ela me levava de volta para casa, a menos que a família pedisse que ficássemos para dormir ali ou retornássemos no dia seguinte.

Em entrevista, Lucia Pinto Pires, hoje com 84 anos, comadre de Severina, que teve 11 filhos com a ajuda de Severina, falou: "*Comadre Severina, poderia ela estar fazendo o que estivesse, mais na hora que dizia a fulana (mulher) estar com dor, ela botava o paninho na cabeça, e aí logo ia, só vinha depois que a mulher tivesse o filho, tivesse parido*".

De acordo com Dona Lúcia, Severina coloca em primeiro lugar sua prática do partejar com as mulheres por onde fosse necessário, ou aonde fosse convidada, não importando o local e o horário. Ela sempre estava pronta para ajudar as mulheres e as pessoas no

território/comunidade. Assim, como relata a Dona Lúcia, Severina cumpria com seu trabalho e colocava em ação suas habilidades tradicionais no partejar, no cuidar, no transmitir informações e conhecimentos sobre os partos que realizava; segundo Severina, foram mais de 800 crianças que ela segurou dentro e fora do território.

Sabia repassar informações com respeito às gestantes e como cuidar a partir do nascimento da criança. Assim da década 1940 até o ano de 2024, Severina praticou suas atividades e conhecimentos tradicionais do cuidar, cuidando das mulheres gestantes, puérperas e crianças recém-nascidas. Ao longo de sua vida, construiu sua caminhada com sabedoria, amor, harmonia, reciprocidade, solidariedade e aprendizagens, colocando sempre suas práticas tradicionais em primeiro lugar em todo o território. Sua vida foi marcada pela dança, pelo canto e pela transmissão de informações para as famílias. Podia estar em diversas atividades, quebrando o coco babaçu, roçando, pescando, cantando, dançando, ela estava sempre repassando conhecimento de forma generosa.

Minha mãe desenvolveu várias funções dentro e fora do território com o dom de partejar, benzer, fazer chás, entre tantas outras tarefas que realizava. Todos(as) ficavam às vezes preocupados quando ela saía para partejar e custava a chegar em casa, às vezes meus irmãos a acompanhavam, quando era chamada para partejar em outras comunidades vizinhas. Mas, todos e todas a conhecem e a respeitam muito em todos os lugares. As pessoas reconheciam a resistência e a reciprocidade que ela tinha com as famílias, bem como as profissionais ACS têm para com Severina Pires Belfort; são elas que atuam no território quilombola de Santa Rosa dos Pretos. É de suma importância visibilizar os trabalhos de parteiras tradicionais, como os desenvolvidos por Severina e enfatizar, também, a importância delas na atenção básica nos territórios promovendo a saúde, enfatizando as práticas tradicionais de cuidado, criando diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes científicos. Severina foi uma mestra do saber ancestral, uma guardiã do conhecimento referente ao parto, que concentra a memória ancestral sobre técnicas, práticas e histórias que também formam seu ser.

E é neste contexto das narrativas do menino fula e da tradição viva que vamos identificar as heranças e a importância da tradição oral que cada dia que passa está mais rara. Segundo o próprio Hampatê Bá “Na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima” (Rodrigues et al, 2017, p. 01).

Esse ofício nobre, de parteira tradicional foi vivido por Dona Severina com outros ofícios tradicionais, a seguir irei listar e explicar sua atuação. Essa perspectiva de atuação em diversos ofícios na totalidade da vida foi encontrada na pesquisa de Guimarães (2017, p. 68):

(...) todas mulheres que atuavam (e ainda atuam) em determinados momentos de suas vidas como parteiras, benzedoras e raizeiras, ora enfatizando uma prática ora outra. Por isso, as denominamos aqui terapeutas totais, pois usam do saber popular na atenção à saúde dos indivíduos ao longo dos seus ciclos de vida, tanto de homens quanto de mulheres.

De acordo com Ibáñez-Novión (2012, p. 189), cada uma dessas praxes populares se articula e se entretetece conformando um gradiente, sendo assim, acha-se estruturada em um amplo e compreensivo sistema total ou modelo de atenção à saúde popular total. A ênfase que esses terapeutas dão a determinadas práticas de cuidado depende de onde se encontram e da pressão sofrida pela biomedicina.

Descrever o viver e o conviver da minha mãe, Severina Pires Belfort, que, juntas, buscávamos, catávamos, juntávamos e quebrávamos o coco babaçu aqui, é traçar várias habilidades dessa pessoa tão especial e maravilhosa em minha vida. Nesse desalinhar do trabalho, busco, no meu transitar, falar da prática do cuidar, acompanhando no partejar com as mulheres com as quais ela trabalhava. No parto das mulheres gestantes, puérperas e crianças, ela realizava essa prática com outras mulheres, outras famílias, até mesmo em outros territórios.

Vamos agora aos outros fazeres e saberes de Dona Severina, além do partejar. **Severina foi Mãe da Caridade.** Antônio Dutra, um grande farmacêutico prático ou popular muito conhecido no povoado de Colombo, na BR-135, no município de Itapecuru-Mirim, era o farmacêutico para o qual Dona Severina levava as crianças da comunidade quando apresentavam algum problema de saúde, como diarreia, vômito, febre ou sangramento do umbigo após o nascimento. Esses casos eram frequentes, pois, na comunidade, muitas crianças nasciam com sangramentos pelo umbigo. Hoje em dia, isso já não acontece mais. Quando esses casos aconteciam, ela levava a criança até o farmacêutico popular. Ao chegar lá, ele logo dizia: "*Lá vem a mãe da caridade*". Dona Severina também o procurava quando já havia utilizado remédios caseiros e não obteve resultado no tratamento. Seu Antônio Dutra costumava dizer logo se a criança seria curada ou não do problema. Houve um caso muito complicado com uma criança, que

havia sido levada a outros lugares, como hospitais e outros farmacêuticos, mas sem sucesso no tratamento. Nessas horas, ela sempre podia contar com a ajuda do farmacêutico Antônio Dutra. Minha mãe sempre me contava sobre isso:

Filha, seu Antônio Dutra, para mim, é um doutor. Sempre que levo alguém doente para ele olhar; sempre que saía de sua farmácia, as pessoas saíam curadas, ou tratadas. Graças a Deus! Seu Antônio Dutra, na terra e, Deus no céu, pra mim não tinha outro farmacêutico melhor.

Essa figura do farmacêutico popular ou prático faz parte das periferias do Brasil, em uma vila na cidade de Águas Lindas de Goiás, Guimarães e Silva (2020, p. 31) encontraram essa figura como consta nesse relato:

A maneira de atuar desse farmacêutico pode caracterizá-lo como a de um farmacêutico popular, nos termos de Ibáñez-Nóvion (2010), pois Seu José torna os remédios da farmácia, isto é, medicamentos sintéticos em populares quando aciona seu sistema de explicação sobre corpo-saúde-adoecimento-terapêutica para indicar e explicar o uso de determinado medicamento. Isso acontece porque ele submete os medicamentos a esquemas classificatórios e interpretações da sua destinação médica compatíveis com o conhecimento tradicional ou popular no qual está inserido. Vale enfatizar que Seu José estudou até o primeiro fundamental e tem na memória a presença de um caixeiro viajante que levava remédios na pequena cidade onde vivia no interior do Ceará. Trabalhou em farmácias onde começou a ler manuais que traziam os medicamentos, suas fórmulas e seus efeitos. Em Vila Estrela abriu uma farmácia e atua a partir desse sistema popular que relaciona anatomia, adoecimentos, sintomas e efeitos dos remédios.

Dona Severina lembrou o caso de uma criança com sete dias de nascida, apareceu um sangramento umbilical, não teve remédio caseiro que fizesse parar o sangramento. Então, entrou em ação Dona Severina “Mãe da Caridade”. A mãe e o pai da criança já tinham perdido a esperança da criança sobreviver. Então, Severina levou a criança ao hospital, no município de Santa Rita, a médica na época deu por quase morto a criança. Pois bem, ela passou direto para outro, município Itapecuru-mirim, onde lá no hospital a criança, também foi despachada pelo médico. Por último, só restava levar a criança para o farmacêutico popular ou prático, no povoado Colombo, onde tinha sua farmácia e cuidava da saúde individual e coletiva das pessoas do povoado e de outros territórios e municípios vizinhos. Em entrevista em abril de 2024 com Maria de Jesus, mulher que teve dez filhos, Severina “pegou” oito filhos, em sua residência, ela conta um pouco dessa prática de cuidar de Severina, sobre essa rede de pessoas que aciona, sobre não desistir de curar uma criança e insistir em várias instâncias, onde ela

também foi cuidada por ela e aprendeu a fazer um pouco do cuidar das pessoas na comunidade e em comunidades vizinhas. Essa insistência em acompanhar e não desistir das pessoas fez de Dona Severina essa mãe de caridade.

Fotografia 13 - Dona Severina e Dona Procópio (parteira Kalunga), na Chapada dos Veadeiros



Fonte: Acervo pessoal (2011).

Severina foi Quebradeira de Coco de Babaçu - Juntas com as amigas e parentas, elas saiam às 5h da manhã regularmente para a mata/floresta para catar e quebrar coco de babaçu, para vender no final do dia, para comprar ou trocar por mercadorias na quitanda.

Naquela época, tinha uma quitanda na comunidade que comprava, trocava o coco babaçu das mulheres que vendiam cocos para poder sobreviver junto à família. Era comprado esse coco pelo quitandeiro e com esses quilos de coco vendidos, as mulheres compravam os alimentos que estavam faltando na casa. Eram comprados arroz, peixe seco, farinha para os filhos se alimentar. Às vezes, ela quebrava 50, 40 quilos por dia! Tinha dias que quebravam mais quilos de coco; outros dias, quebravam menos, e assim as mulheres levavam a vida com muita alegria. Minha mãe trocava por querosene para colocar na lamparina, lampião, açúcar, café, sal, tempero, farinha, peixe seco, arroz. Comprava os alimentos que não tinham na roça.

Sobre os produtos para se alimentar, ela também fazia algumas comidas improvisadas, como: macarrão com leite de coco babaçu; vinho da macaúba (palmeira nativa), que misturado com a farinha, todos comiam e ficavam satisfeitos antes de dormir; vinho de anajá (palmeira nativa), misturado com farinha, “bebia e enchia o bucho”; juçara misturado com farinha, entre outros alimentos saudáveis. Ela também gostava muito de pescar em campos grandes e lagos de outros municípios, cito alguns: Anajatuba, Miranda do Norte, Santa Rita, onde passavam, dois, três, meses pescando, salgando os peixes para colocar nos cofos que os próprios pescadores faziam artesanalmente para colocar os peixes quando estão secos e trazer para o quilombo Santa Rosa dos Pretos.

4.2. História da vida de Rafaela Pires, contada pelos anciões do Quilombo Santa Rosa dos Pretos-Itapecuru-Mirim-MA

Rafaela Pires, filha da escravizada Olivia Pires, do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, tornou-se a guardiã da Coroa do Divino Espírito Santo – um legado de fé que atravessou o Atlântico. A Coroa chegou a Portugal pelas mãos da Igreja Católica e, na época em que as viagens marítimas eram o único meio de transporte, foi trazida de volta, desembarcando no Porto de Gambarra, em Anajatuba, Maranhão. A partir desse momento, iniciou-se a tradição do festejo do Divino Espírito Santo. Rafaela Pires, juntamente com famílias do Território Santa Rosa dos Pretos, mobilizou-se para que a celebração se repetisse a cada ano. Rafaela, como caixeira-chefe, liderou o festejo do Divino Espírito Santo, ao lado de outras caixeiras: Polica, Patrícia Bacaba, Vicência Pires, Tumazia, Pituca, Conceição, Edith, Gertrudes, Izidora, Chiquinha e Joana.

Essas são as caixeiras que deram início ao festejo do Divino Espírito Santo no território Santa Rosa dos Pretos, com o falecimento de algumas caixeiras, outras foram dando continuidade na organização e no festejo do Divino Espírito Santo, o mesmo vem passando

de geração para geração, no seu ensinar, transitar cultural de ensinamentos para outras mulheres que aprendem bater, cantar, dançar a caixa do Divino Espírito Santo, a segunda geração de caixeiras são: Severina Pires Belfort, Georgina, Júlia Pereira, Maurina, Conceição, Justina, Pulonia, Izídia, Dominga Mota, Dina, Liunizia e Hermindia.

A terceira geração de caixeiras do Divino Espírito Santo: Maria de Jesus, Paula dos Santos, Antônia, Francisca, Paula Santos, Severina Silva. Hoje, há a quarta geração: Anacleto, Neilza, Marcia, Maria Luiza, Maria Noemia, Nubia Maria, Maria de Fátima, Irislene, Mara Cristina, Francislene, Terezinha e Hellen Jacqueline (não sou de participar dos festejos como caixeira, gosto e fico mais na organização geral do festejo).

Portanto, a tradição e a devoção são preservadas até os dias atuais no território quilombola Santa Rosa dos Pretos. Essa continuidade se manifesta no ensino e na aprendizagem transmitidos a outras caixeiras do Divino Espírito Santo, multiplicando-se os saberes com respeito e reverência. Para o povo do quilombo, a Coroa representa um patrimônio perpétuo, legado por Rafaela aos descendentes daqueles que foram escravizados.

O festejo é realizado no quilombo, tem aproximadamente mais de 200 anos, serve também como afirmação da sua própria Identidade, sendo o mesmo a base do nosso processo educacional pela troca de saberes transmitidos de geração para geração. No mesmo, toda população do quilombo participa dando sua contribuição no festejo do Divino Espírito Santo.

Fotografia 14 – Dona Severina, batendo na Caixa do Divino Espírito Santo na tenda jurandense em Itapecuru-mirim



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Essa foto foi tirada na Tenda Jurandense, do Pai Zé Preto de Ogum, na sede do município de Itapecuru-mirim- MA. Essa festa é realizada todos os anos, minha mãe sempre era a convidada principal, pois ela, caixeira régia, comandava todas as outras caixeiras nos festejos que ele realizava. Nos anos anteriores Dona Severina não podendo mais fazer cumprir suas obrigações e devoções, ela delega esses fazeres, para outras caixeiras que aprenderam com Dona Severina nos seus tocares tradicionais. O Pai Zé Preto, aprendeu bater, cantar, tocar a caixa do Divino Espírito Santo com Dona Severina, ele gosta muito dela, e ela, gostava muito dele. Ele é uma pessoa que respeita, dá amor, carinho, para Dona Severina, os filhos do pai Zé Preto, eles têm grande admiração por ela, quando ela chega na casa do Pai Zé Preto, ela é carregada na cadeira. Eles os carregam para onde ela desejar ir.

Fotografia 15 - Hellen Jacqueline e Severina, indo passear pelas casas dos parentes quilombolas



Fonte: Acervo pessoal (2014).

Severina foi costureira - Fazia seus vestidos vermelhos e de chita para bailar no festejo do Divino Espírito Santo, ela como caixeira Régia, organizadora, sempre se

apresentava muito bem arrumada, e com a cabeça amarrada com turbantes coloridos, assim, como seus vestidos.

Severina foi rezadeira - Aprendeu observando e tinha o dom dado pelo divino. Muitas mães levavam seus filhos para fazer benzimentos com Severina. Aprendeu a livrar uma pessoa de quebranto e mau olhado, adoecimento que era comum às crianças. Isso acontecia quando uma criança estava com o umbigo grande, ela furava um buracozinho no jenipapeiro, e colocava três vezes dentro do mesmo e rezava. Ela repetia essa ação três vezes, que eram feitas em sextas-feiras consecutivas, dentre outras rezas que ela não explicava por que não podia.

Severina foi mediadora de casamento e conflitos - Quando uma moça era “roubada”, ou seja, retirada da casa de seus pais pelo namorado para noivar ou casar-se, Dona Severina era chamada pelo noivo para intermediar a situação. Ela conversava com os pais da noiva, buscando mediar o noivado ou o casamento. Todos respeitavam e acatavam suas decisões, reconhecendo sua autoridade e sabedoria. Após relatar os acontecimentos entre os noivos, ela perguntava aos pais e ao casal se estavam de acordo com o casamento. Se os pais aceitavam, marcava-se o dia da cerimônia, seguido de festividades e comemorações.

Fotografia 16 - Minha mãe, abençoando as crianças, pois todas que passavam na porta da sua casa, encostavam para lhe tomar a benção.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Severina foi caixeira do Divino Espírito Santo - Ela não se lembrava com quantos anos começou a tocar caixa do Divino Espírito Santo com sua tia Conceição. Acredita que foi quando tinha uns dez anos de idade, mas para sair com as outras caixeiras como profissionais, ela tinha uns 14 anos, saiu com suas tias para outros locais para bater caixa do Divino Espírito Santo, dentro e fora da comunidade. Suas companheiras dessa época eram: a Conceição, irmã de Tumazia, a Polica, a Domingas, a Bacaba, a Chiquinha, a Pituca, a Gertrudes, a Georgina, a Santa Velha, a Conceição Velha, a Polônia, entre outras.

Quando eu era pré-adolescente e começava a entender as coisas com mais clareza, lembro-me de um momento especial durante o festejo do Divino Espírito Santo. Esse momento ocorria tanto no início quanto no término do festejo e era chamado de “alvorada” – uma das cerimônias de abertura. Durante a alvorada, batia-se a caixa do Divino Espírito Santo, cantava-se e dançava-se ao redor dos mastros – dois postes erguidos e enfeitados com folhagens.

Havia um momento, quando minha mãe “recebia ou era radiada por um ser espiritual”. Sem entender muito bem, fiquei com trauma desse momento da “alvorada” pelo fato de ver/olhar minha mãe Dona Severina desfalecendo, como se ela estivesse morrendo naquele momento. Sem entender nada, ao ver/olhar a situação de minha mãe, eu entrei em desespero, gritava muito que minha mãe estava morrendo. Só que as pessoas sabiam daquilo, pois todos os anos, nesses dois momentos do festejo, aconteciam essas situações com minha mãe. Eu desconhecia, nunca tinha olhado essa situação acontecer com minha mãe, para mim, ela estava morrendo.

Foi desesperador naquele momento na minha vida. Fiquei com traumas desses dois momentos e não participei mais, nesses horários que acontecia essa situação com minha mãe. Explicaram para mim que a dona da Coroa do Divino Espírito Santo que era a tia de minha mãe, se manifestava em minha mãe, tanto na abertura do festejo quanto no término do festejo. Na abertura do festejo, era a hora da alvorada e, no término do festejo, era quando ela cantava o canto de encerramento e eram arriadas as caixas no chão, para o próximo ano do festejo. O refrão da música era: “*Arreia as caixeiras, arreia, arreia as caixas no chão*”. Nesse momento todas as caixeiras do Divino Espírito Santo arriavam, ou seja, colocavam sua caixa no chão. Então, a partir daquele momento, a caixa seria novamente batida, cantada e dançada no ano seguinte, quando acontecia novamente o festejo.

O festejo acontece todos os anos, no segundo sábado do mês de novembro, continuando no mês de janeiro do ano seguinte, no primeiro sábado de mês de janeiro. Esse festejo existe há mais de 250 anos como relataram os nossos ancestrais. Nesse festejo, Dona Severina comandava, organizava tudo, não sabia ler e nem escrever, mas tinha uma sabedoria muito grande, ela sabia matemática como nenhum outro, sabia quantos paneiros de farinha, paneiros de arroz dava para o povo comer durante o festejo, quantos bois, porcos tinham que matar para fazer a alimentação para o povo que participava do festejo. Quatro meses antes do festejo, ela me fala: “Filha, vamos sentar bem aqui, vamos logo anotar as coisas da festa, a gente faz as coisas com tempo, sobra tempo”.

Severina era repentista - Severina tinha um dom natural de tirar toados, versos, e seu repente dá certo, na hora certa. Ela iniciava e fechava a festa do Divino Espírito Santo, tudo referente à festa passava por ela primeiro, tudo tinha que ter a sua opinião, decidia o que aconteceria e como seria realizada a festa. Cada ano, uma família se responsabilizava pela festa, mas, ela comandava a organização da Igreja e suas companheiras, todas a ouviam e obedeciam. Tinha harmonia, companheirismo, devoção, dedicação, respeito, carinho e acima de tudo muito amor entre elas. Severina acionava uma rede de reciprocidade e era respeitada como liderança, nessa rede fluía trocas que mantinham a comunidade, a festa, os encontros. Todas cantavam à noite e de dia de graça, sem ganhar nenhum centavo, as caixeiras sempre pediam a opinião dela, para depois providenciar as coisas corretas, pois, se não tivesse do seu jeito, ela chamava atenção das companheiras, e todas a obedeciam. As companheiras não faziam nada que ela não ficasse sabendo. Essa era a segunda geração de mulheres caixeiras, dessa geração só estava viva Severina. Suas companheiras foram morrendo e outras foram se inserindo nas atividades e ela foi ensinando, repassando conhecimento.

A festa do Divino Espírito Santo estava muito mudada, muito diferente, as caixeiras aprenderam o ofício com ela, mas não conversavam, não pediam a sua opinião. Elas, hoje em dia, estão fazendo o festejo indo a outros povoados e municípios, ganhando dinheiro, perdeu a magia que criava essa rede de reciprocidade. Ignoram que o festejo de Santa Rosa dos Pretos tem mistério que não é possível explicar, precisa viver. As caixeiras atuais não têm aquela devoção, fé, compromisso, amor, respeito, companheirismo entre elas, houve uma quebra na interação, falta amor, compromisso com a festa. Algumas caixeiras estão fazendo a festa pela metade, só estão fazendo por causa do dinheiro. No ano de 2017, por exemplo, ocorreu um fato que nunca tinha acontecido, as caixeiras saíram no dia do festejo para bater caixa em

outra comunidade porque iriam receber pagamento. Percebe-se, então, que estão batendo caixa só pelo dinheiro, perdeu-se a devoção e dedicação ao festejo. A festa para essas caixeiras não tem mais valor, é uma festa qualquer. Esse era o relato de Severina.

Severina Pires Belfort, conhecida como Severina Caixeira, bateu caixa do Divino até 2013, até quando não podia mais fisicamente andar sozinha. Ela passou a ter muita dificuldade em andar; andava bem devagar, apoiada pelos filhos(as) e netas(os). Sua memória continuava muito bem lúcida, melhor do que a de muitas pessoas novas. Ainda cantava as toadas de caixa quando amanhecia com saudades de seus momentos maravilhosos com suas amigas, tinha dias que também amanhecia chorando com saudades também das amigas que se foram.

Hoje em dia, no Quilombo Santa Rosa dos Pretos, existem 25 caixeiras do Divino Espírito Santo, que são contratadas para representar a festa do Divino em outros povoados, municípios, estados, e até mesmo em outros países. Elas já foram apresentar a festa do Divino no continente africano, em 2010, estiveram em Guiné-Bissau e Cabo Verde.

Fotografia 17 - Da dir. para a esq. Valeria, Severina, Maria de Eugenio, Sebastiana.



Fonte: Acervo pessoal (2023).

Essa foto mostra Severina entrando na casa onde é realizada a distribuição de alimentação para todas as pessoas que estão participando do Festejo. É feito às 12h (meio-dia) um banquete com vários tipos de comidas, e servida primeiramente para os impérios e para as caixeiras, logo em seguida para todos os participantes que ali se encontram no local.

Fotografia 18 - Da esq. para a dir., Marisinha, Severina e Hellen Jacqueline (segurando o microfone).



Fonte: Acervo pessoal (2018).

Essa foi uma apresentação na Capital São Luís- MA, onde representaram a festa do Divino Espírito Santo. Cantaram, bateram, dançaram, foi muito lindo, elas foram homenageadas, receberam um cachê, troféu. São as festividades de tradição do Território Santa Rosa dos Pretos.

Fotografia 19 - : Caixeiras Severina, Maria de Eugênio e Maria Luíza



Fonte: Acervo pessoal (2016).

Severina foi coreira² do Tambor de Crioula - Quando criança, Severina acompanhava e participava de todas as manifestações, festas, em especial, a festa do Tambor de crioula, participava de festejos que aconteciam no quilombo e até em outros municípios, em quilombos vizinhos. Ela ajudava os cantadores a versarem na música do Tambor de Crioula. Coordenava bloco de carnaval com as adolescentes na época do carnaval, passavam três semanas antes do carnaval fazendo saias de saco de alhos, ou de embiras, retirado no mato para fazer as blusas, ela usava retalhos de pano e costurava. Dançavam no Quilombo Santa Rosa dos Pretos e em Itapecuru, todas as noites de carnaval, quando era realizado na sede do município.

² Coreira no português quilombola é a dançarina do tambor de crioula.

Participava nas festas de Matriz Africana tocando instrumentos como o ferro, a cabaça, também respondia as melodias das músicas da Mina³, que é muito forte até hoje no quilombo. Em todos os Tambores de Crioula que ela era convidada, participava e, até mesmo aqueles que não a convidavam, ela estava lá, presente. Gostava dos festejos, estava em quaisquer festejos, práticas culturais, brincadeiras que eram realizadas dentro do quilombo ou em outros quilombos.

Severina foi trabalhadora rural - Quando chegava o tempo de roçar o mato e fazer a roça para suas plantações, ela com seus companheiros/as marcava o local onde cada um ia fazer a sua roça. Marcava o dia que cada família ia trabalhar na roçagem, olhava que dia dava para ela realizar o seu trabalho. Depois de escolhido o dia por cada família, se preocupavam em organizar a alimentação para o povo que nesse dia iam trabalhar. No Dia do Trabalho, eles matavam porcos, galinhas, as famílias dividiam as despesas com outras famílias. Esse trabalho era realizado em mutirão, cada dia do mês, era uma família que realizava a tarefa, isso acontecia durante todo mês. O processo era: roçar o mato, derrubá-lo, fazer acero, queimar, onde todos tinham muito cuidado para que o fogo não ultrapassasse para o mato alto; depois recolhia as lenhas, e por último, eram feitas as plantações.

Severina foi cozinheira - Cozinhas para mais ou menos 70, 80, até 100 pessoas. Os alimentos que fazia eram: arroz, feijão, carne de suíno, de gado, com verduras como maxixe, quiabo, vinagreira etc. Depois de cozido, ela colocava toda comida em cima de folhas de cuaçu⁴, fazia a farofa da banha da carne de porco e colocava o arroz, os pedaços das carnes, verduras, legumes. Depois, na sobremesa, tinha as mangas ou frutas da época.

Essa era a rotina dela até concluir o término do trabalho de todas as famílias, quando tinha o Tambor de Crioula, ela chegava da labuta e seguia para o tambor. Não se cansava com qualquer trabalho, tinha vez que ela depois de chegar da roça ela ia para o igarapé Cimaúma e pegava peixe para saciar a fome da família e, ainda, repartia com as outras pessoas no quilombo.

Esses ofícios tradicionais contam um pouquinho da enorme história de vida da senhora Severina Pires Belfort, de seus enormes afazeres na comunidade, dos conhecimentos sobre diversas artes e ofícios tradicionais que ela conhecia, e, principalmente, da rede de reciprocidade que ela dinamizava na comunidade.

³ Religião (encantaria) de matriz africana.

⁴ planta que existe na mata.

Severina tinha um papel importante na organização social na comunidade do quilombo. Ela se inseria na rede social que produzia o coletivo, onde cada um era importante, e tinha um papel social, como um sujeito/humanidade configurada. A organização de um coletivo é influenciada pelos comportamentos e pelo relacionamento entre pessoas individualmente ou em grupo. No caso de Severina, ela concentrava várias atividades e era uma guardiã da memória do coletivo, guardiã de ofícios tradicionais e suas epistemologias. Nessa organização social, Severina produzia alianças entre diversas pessoas e seres, ela criava a reciprocidade. Trocas se efetivavam, de afeto, alimento, informação, conhecimento e pessoas.

Severina foi ancestralidade - Severina Pires Belfort não sabia ler e escrever, alguns podiam chamá-la de analfabeta, mas como diz Hampaté Bâ (1957, p. 167): “*A escrita é uma coisa, e o saber é outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. [...]*”. Esse autor traz uma reflexão sobre a importância da escrita. Mas, ao mesmo tempo dialoga que a escrita não é mais importante que a sabedoria oral, tradicional, que o povo traz com os seus ancestrais. Severina Pires Belfort é conhecedora de suas tradições, que vem sendo repassada e perpetuada de geração para geração dentro do território. Até hoje, essas tradições não se perderam ou se extinguíram por causa de pessoas como Severina. Ela com uma sabedoria popular tradicional, explicada pela ancestralidade que carregava, inspirava outras mulheres na sua trajetória de vida. Na sua experiência, no seu modo de organicidade e reciprocidade, ela traz e faz toda diferença dentro do território e fora dele. O comprometimento que a minha mãe Severina Pires Belfort tinha para com o povo quilombola era sem medida. Por isso, era uma liderança tradicional, havia muito respeito, reciprocidade, carinho. A solidariedade era muito forte entre seus iguais e recriada a cada ensinamento que se tornava prático.

Severina concentrava muito conhecimento em suas práticas de fazeres, saberes tradicionais, que, diariamente, ela realizava em suas vivências. Por essa razão, se destacava no fazer, fazendo, em diferentes momentos de sua vida (Ribeiro et al., 2013, p.125). Nascida e criada no território quilombola Santa Rosa dos Pretos, na sua infância, vivendo, convivendo com sua mãe, irmãos(as), madrinha, tios (as) e acompanhando os adultos, anciões, observando como esses, suas práticas e métodos. Com a senhora sua mãe, aprendeu no território. Vicência Pires, minha avó, realizava diariamente o cuidar, tratar das pessoas dentro da comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos. Severina Pires Belfort aprendeu só no observar, olhar nesse cuidar tradicional com seu povo, para seu povo, e que para ela, era muito importante,

conhecimentos tradicionais são centrais para se manter o coletivo. As lideranças sabem de sua importância. Com o passar do tempo, foi aprendendo todas as práticas, fazeres, que a senhora sua mãe realizava dentro do território. “[...] *A herança de tudo aquilo que os nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente*”. (Hampaté Bâ, 1957, p. 167). Me inspiro em Hampaté Bâ (1957) quem traz em suas sábias palavras a importância de tudo que sabemos e como foram repassados esses saberes pelos nossos ancestrais e como aprendemos naturalmente esses ensinamentos. Quando Severina se percebeu, já estava cuidando também das pessoas igualmente a sua mãe Vicência Pires, minha avó.

Para a comunidade de Santa Rosa dos Pretos, Severina Pires Belfort desempenhava um importante papel nos fazeres e saberes tradicionais que aprendeu naturalmente com seus ancestrais, tão logo em seu aprendizado, passou a ensinar, a transmitir seus saberes e conhecimentos para outras pessoas com várias formas de ensinar, realizando em suas práticas pedagógicas, repassando conceitos e realizando metodologias ancestrais, que a mesma, desenvolvia dentro do território, sem mesmo saber que estava transmitido conhecimentos tradicionais e científicos. E, ao mesmo tempo, está diretamente produzindo interculturalidade e interculturalidade (Little, 2010, p. 12). Severina criava uma rede de trocas que vinculava saberes diversos, por isso como parteira não ignorava os saberes biomédicos, diferentemente desses últimos que ignoravam os saberes tradicionais de Severina.

A maneira que desenvolvia a cultura e a produção de conhecimento era natural. Tinha em sua memória muitos repentes que cantava e narrava durante os versos no tocar das caixas de Divino Espírito Santo. Assim, muitas habilidades naturalmente chegavam e traziam alguns segredos que só ela sabia e não podiam ser revelados, transmitidos para outra pessoa. (Hampaté Bâ, 1957, p. 169). Segundo Little (2010, p. 14),

[...] é claro que os sistemas de conhecimento tradicional cabem dentro da categoria de ciência. Ou seja, existem uma pluralidade de maneiras de fazer ciência, cada uma com seus métodos e finalidades. Todas as formas de fazer ciência sejam elas classificadas como modernas ou tradicionais, são dinâmicas, já que mudam constantemente para se adaptar a novas situações sociais nos contextos biofísicos [...].

Severina era essa pessoa que constantemente se adaptava e vivia em constantes mudanças em sua vida diária, pois em alguns momentos ela buscava aprender coisas novas,

só que felizmente ela aprendia, como ela mesmo fala: “eu aprendo de dom, ninguém me ensina”. Ela fazia ciência em seu transitar diariamente quando partejava, fazia vários versos/repentes e cantava, quando cantava músicas e, batia algum instrumento na casa da mina/matriz africana, quando ela em seu transitar buscava ensinar outras mulheres de seu território.

5. ESPIRALAR ANCESTRAL

Como vimos ao longo deste trabalho, Dona Severina foi muito importante na formação e inserção das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) no Território. Sua presença imponente, respeitada, fez com que as ACS não replicassem práticas colonizadoras que os serviços de saúde buscavam impor. Sua vida como um espiral se mantém no tempo da comunidade, as ACS e parteiras que com ela aprenderam continuam seu trabalho e transmite esse conhecimento para outras mulheres. Espiralando a vida ancestral, os conhecimentos inspiram, se refazem, se mantêm, se intensificam e se recriam. E principalmente, são transmitidos.

Maria do Livramento Rodrigues Santana, moradora da comunidade Santa Rosa dos Pretos, há 37 anos, tinha na época 18 anos, quando chegou na comunidade. Hoje, com 54 anos, continua residindo na comunidade, trabalha como profissional da Saúde, ACS, há 27 anos. É mãe tem 3 filhos, teve um de seus filhos partejados por Dona Severina, o que marcou Livramento:

Um dos meus filhos, tive uma grande honra, dos meus primeiros momentos que eu estava do meu parto, eu fui acompanhada pela parteira mais antiga da nossa comunidade, pessoa maravilhosa, que passa confiança para as pessoas que ela acompanhada, (...) os primeiros momentos do parto acompanhados, passada pelas mãos dela e recebi o maior cuidado que um ser humano pode passar pra outro. (Entrevista realizada em abril de 2024).

Quando Maria do Livramento relatou que foi cuidada nos primeiros momentos de dores por Severina, sendo que era, a sua primeira gravidez, e teve os primeiros procedimentos realizado pela parteira, ela se emociona. O partejar humanizado de Dona Severina era um exemplo a ser seguido pelas ACS. Livramento é uma das mais de 800 mulheres que Severina cuidou, acompanhou no parto, seja da primeira à última gestação/parto. Afirma, também, que foi uma “honra” ter sido acompanhada em seus primeiros momentos de dores por ela, e por ser bem cuidada, pela parteira como ela diz “Maravilhosa”. Maria do Livramento continua no seu relato:

Me senti com segurança, como ela olhou e falou que eu estaria com um pouco de complicação na hora do parto. Estava muito inchada, e ela como uma boa profissional, chamou minha família e me encaminhou para que me levasse para o hospital. Por isso que minha filha não veio nascer pelas mãos dela, mas fui bem acompanhada, graças a Deus, é uma pessoa que muitos aqui na comunidade chegaram ao mundo pelas mãos dela. Pessoa maravilhosa que acompanhava, companheira, amiga, e que não existe, igualmente essa pessoa”. (Entrevista realizada em abril de 2024).

Dona Severina, com sua sábia experiência, sabedoria, ao fazer os primeiros procedimentos nas mulheres que estão em trabalho de parto, ela observa se a mulher teria condições de parir em casa, ou teria risco de morrer no parto. Com sua sabedoria, ela detectava como estava a criança na barriga da mãe, ou se, na hora do parto, ela corria risco de vida. Sendo que a mulher quando sentia alguma coisa de diferente na sua barriga ia imediatamente para a casa de Dona Severina. Esperava que ela sacudisse a barriga e arrumasse a criança. Esse momento era muito importante porque, minha mãe, detectava se a gestante estava grávida de gêmeos ou se era só um bebê. E analisava como estava a criança. Esse era o procedimento do pré-natal das parteiras tradicionais, como observou Fleischer APUD Melgaço (2006, p. 88): *“A prevenção do “risco” para a garantia da saúde fisiológica da mãe e de seu bebê é, portanto, o principal motivo do foco sobre o pré-natal”*.

Dona Severina, na hora de ir partejar a mulher, sabia que a mulher não tinha feito pré-natal em um postinho, até porque, nessa época, não tinha posto de saúde, não tinha o Sistema Único de Saúde (SUS), muito menos os programas de saúde, como vimos anteriormente. Dona Severina não fazia diferente com suas gestantes, ela era a médica, a enfermeira e a parteira ao observar o risco que a mulher estava correndo naquele momento ou não. Ela sempre fazia os primeiros procedimentos na mulher que é “dar o toque”, assim, como a enfermeira faz nas mulheres quando chegam ao hospital para parir. E, minha mãe Severina, ao observar que a gestante estava muito inchada, com edemas ou que a gestante se queixava de muita dor de cabeça, ela chamava a família e pedia para chamar um motorista/carro, para levá-la ao hospital, imediatamente. Ela, nesse momento, acompanhava a gestante até o hospital mais próximo da comunidade. Ao acompanhar a gestante, só saía do hospital, depois que a mulher ganhasse o neném. Assim, ela fazia com todas que levava ao hospital. Maria do Livramento conta que muitas pessoas passaram pelas mãos dela:

Muitos trabalharam junto com ela. veio outras parteiras, já temos outras parteiras. Eu mesmo já fiz parto, né! Mais, nós temos essa mulher, que mulher guerreira, mulher maravilhosa, parteira que muitas passaram pelas suas mãos, e que tem o prazer e a honra de chamar de mãe, porque foi, é, a mãe que primeiro segurou essas crianças, e todas essas mulheres se sentiam muito bem acolhida por essa pessoa. (Entrevista realizada em abril de 2024).

Livramento fala de algo importante sobre a existência de outras parteiras que foram ensinadas por Severina. Maria do Livramento diz que já fez um parto na comunidade quando

Dona Severina não estava em casa, mas havia ido para uma festa. Nessa ocasião, Livramento, como profissional da saúde, foi chamada às presas e fez esse parto. Assim que Dona Severina chegou do festejo do Divino Espírito Santo, logo foi chamada pelos familiares para olhar se estava tudo certo com o umbigo da criança, com a criança e com a mãe da criança. Foi olhar se os dois estavam tudo bem e tudo certo. Segundo Dona Severina, quando olhou a criança e mãe, ela falou que estava tudo certinho com a criança e mãe da criança.

Livramento, muito emocionada, e eu choramos juntas ao relembrar a minha mãe. Logo em seguida depois dos choros, Livramento fala:

Eu tenho que falar do meu trabalho como Agente Comunitária de Saúde, trabalhamos em parceria junto com ela, sempre buscando a pareceria com ela, [...], nos buscando conhecer o trabalho dela, ela nos repassando e nós passando o nosso trabalho, trabalhando juntos com ela, pessoa maravilhosa, pessoa que sempre tem que ser lembrado e valorizado, essas parteiras, que ainda existem em nossa comunidade, mesmo com cento e pouco anos mais é uma anciã em nossa comunidade. (Entrevista realizada em abril de 2024).

Maria do Livramento menciona sempre a importância e valorização do trabalho de Dona Severina para/na comunidade, ela mostra seu carinho e respeito por minha mãe Severina. Maria do Livramento enfatizou na entrevista que a relação com Dona Severina sempre foi de trocas de conhecimentos, reciprocidade, respeito, amor entre elas duas.

Em abril de 2024, Maria José da Paz Cardoso, com 63 anos, também traz essa mesma situação do cuidar de Dona Severina, desde a primeira gestação de uma mulher até a última. Dona Severina sempre estava lá nas histórias de vida, cuidando das mulheres e das crianças.

Uma mãe de primeira viagem, como eu, e outras que passaram pela mão dela, se sentiam acolhidas. Acolhida porque ela passa as orientações dela, e uma mãe, de primeira viagem, se, se tinha todo o apoio, porque ela é uma pessoa maravilhosa, e depois que eu vim do hospital, quem veio me visitar? essa parteira maravilhosa, veio me visitar, veio me aconselhar o que eu tinha que fazer, no momento ali, da minha puérpera, mais quem me acompanhou? foi ela. Porque era, uma pessoa maravilhosa, e é ainda. uma pessoa maravilhosa. (Entrevista realizada em abril de 2024).

Essa responsabilidade com as gestantes do território foi elemento importante na vida dessa parteira tradicional, ela não ignorava um parto, mesmo se não tivesse feito o parto. Ela sempre se apresentava como responsável, assim como todos na comunidade também deveriam ser responsáveis pela vida coletiva. Isso é um grande exemplo dessas sábias mulheres.

Perguntei à Maria do Livramento se o PACS, PSF e ESF interferiram na vida de Dona Severina, como parteira. Ela respondeu:

Não interferiu, não interferiu, não interferiu! Quando [...] chegou o PACS e o PSF, e que já foi a aprimorando o PACS e PSF, em nossa comunidade, não interferiu em termo das parteiras leigas, mais sim, teve uma melhorada, em cima de tudo, porque passaram receber Dona Severina, como uma parteira importante na comunidade. Dona Severina, passou por capacitação, melhorando os trabalhos dela, os conhecimentos, e veio só, a somar mais o trabalho que ela fazia, (faz) e o conhecimento que ela já tinha, ela adquiriu mais conhecimento, porque ela foi, foram chamadas parteiras leigas, foram chamadas para fazer é capacitação, pra conviver com os agentes comunitários de saúde, como eu, já passamos por capacitação junto com ela, é tendo o conhecimento dela, e ela recebendo outros conhecimentos para aprimorar o que ela já fazia na comunidade.

Esse olhar das ACS é importante, pelo respeito que tinham com Dona Severina, e essa percepção foi o que marcou a inserção do PACS, pois permitiu amenizar o epistemicídio, mas esse aconteceu, a meu ver. A chegada dos Programas PACS, PSF, ESF, falo aqui como filha, e Agente Comunitária de Saúde, ao conviver diariamente com minha mãe, afetou sim a vida da parteira tradicional, apesar da luta política das ACS para respeitá-la. Dona Severina produziu a confluência com ACS, famílias em toda a comunidade, como nos diz o nosso grande mestre Nego Bispo Santos (2023, p. 15):

Quando a gente faz a confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente- a gente rende. A confluência é uma força que rende, que aumenta, que amplia. Essa é a medida. De fato, a confluência, essa palavra germinante, me veio em um momento em que a nossa ancestralidade me segurava no colo. Na verdade, ela ainda me segura! Ando me sentindo no colo da ancestralidade e quero compartilhar isso.

Quando o autor fala sobre as confluências, ele traz que não precisamos mudar o nosso jeito de ser, agir, viver, conviver com o nosso povo para saber viver com respeito e amor com os nossos. Todos da comunidade sabem que a matriarca dona Severina, a parteira que pegou muitas crianças, tem a práticas de cuidar, curar, e ao mesmo tempo, com sua sabedoria ancestral, ela toma para si, a situação de conversar e trabalhar em prol das famílias, e ao chegar na comunidade, sabemos hoje, que a nossa anciã movimenta uma rede de socialidade. Assim, informa Guimarães (2017, p. 92): “*Os saberes populares se potencializam na circulação de conhecimento, por conseguinte a rede de socialidade na qual se inserem é tão importante para sua dinamização*”.

Quando as pessoas da comunidade souberam que Dona Severina enfrentava um problema de saúde sério, ficaram aflitos, tristes e apreensivos, pois ela era muito importante para todos(as) no território, e até fora dele, já que exercia diversas funções na comunidade, especialmente na socialização. Quando souberam que ela estava passando por momentos difíceis de saúde, em especial as mulheres que ela havia assistido no parto, todos ficavam ainda mais tristes. Mulheres e homens da comunidade a chamavam de comadre e compadre, e as crianças a chamavam de mãe, tomando sua bênção. Como informa Guimarães (2017, p. 112), no caso das parteiras em Goiás: *“Portanto, a parteira torna-se a segunda mãe, e a avó ou madrinha da criança, já a mãe e a parteira tornam-se comadres, criando um vínculo que marca a atenção à saúde”*.

Minha mãe, Severina, sentada em sua cadeira, era e de certa forma ainda é, a "mãe de pegação" de muitas crianças. As pessoas traziam seus filhos para que ela, a "mãe de pegação", pudesse abençoá-los. Essa situação era corriqueira no dia a dia de minha mãe, especialmente quando ela estava sentada na varanda de sua casa. Severina, que pegou muitas crianças, fazia com que todas elas, aquelas que passaram por suas mãos, sempre tomassem a bênção onde quer que ela estivesse. Todos chegavam até ela para receber sua bênção. Livramento diz:

E, tenho mais é falar dessa pessoa maravilhosa, dessa parteira, que é a Dona Severina, pra mim, não foi só uma parteira, foi uma mãe, uma amiga, porque quando eu tive o meu filho, teve a minha filha, ela com a experiência dela, mandou para o hospital, mais antes, ela me orientou tudo que eu precisava, por que nesse momento agente morava aqui, nós não tinha um posto de saúde, nós não tinha o pré-natal, o pré-natal era acompanhado por ela; por que a gente vinha conversar com ela. E, ela vinha conversar com a gente. (entrevista realizada em abril de 2024).

Dona Severina alicerçou a vida no Território, a prática cotidiana do cuidado com as crianças.

Diferente do médico do sistema oficial de saúde, a parteira/benzedeira possuem um importante papel no estabelecimento de vínculos entre ela e as pessoas, famílias e comunidades. Esses vínculos surgem de um dom divino de realizar a benzeção ou de ‘segurar menino’ de mulheres com quem ela já tem relações sociais estruturadas. Essa relação de vínculos é importante para conhecer e compartilhar os ensinamentos e emoções durante o procedimento (Guimarães, 2014, pp. 114-115).

Concordo com a autora quando cita o *“dom divino de realizar a benzeção”* e *“segurar menino”*. Pois minha mãe Severina fez tudo isso e muito mais na relação com o dom divino para cada prática de fazeres diferentes. Severina Pires Belfort traz desde o seu nascimento um

dom. Mas, ela evoluiu e desenvolveu ancestralmente esse dom, desde a sua infância, seguindo pela adolescência e vida adulta. Há um aprimoramento e crescente reconhecimento comunitário como informa a autora Guimarães (2017, p. 117) “*Algumas crianças apareciam para ela benzer e foram melhorando e, assim, sua fama foi crescendo*”.

Minha mãe, com toda sua aprendizagem, com suas práticas de fazeres tradicionais naturalmente, ela fazia vários tipos de benzimento em crianças. Ela falou: “*filha a criança quando está com o imbigo grande, pode furar ou abrir um buraquinho no jenipapeiro, coloca o imbigo da criança no buraquinho, três vezes, fazendo todo esse processo três sexta-feira, que vai sumir, ficar normal o imbigo da criança*”. Ela benzia de quebranto, mal olhado, entre outros benzimentos que ela realizava, em adultos e crianças.

Com esse seu dom complementou o cuidado com o parto na saúde da criança. Nem ela explicava essa sabedoria, esse fato de ela ter esse legado muito importante para todo território. Ela, olhando e ouvindo os seus ancestrais, aprendeu a fazer ou a falar as coisas, em observar, ela aprendeu muito rápido. Desde criança, ela aprendeu os fazeres e as práticas em especial de partejar, só acompanhando as parteiras mais velhas, e observando quando era chamada para partejar nas casas das gestantes que estavam com dores de parir. Mas, ela com suas práticas:

Na assistência à gestação, ao parto e ao puerpério, as parteiras acionam técnicas cujas funções práticas e simbólicas são fundamentais para a saúde e a qualidade de vida da gestante e da criança. Essas mulheres, entendendo a gestação e o parto como um momento especial na vida da mulher, compartilham um sistema de cuidado constituído por dimensões biológicas e culturais de grande valor patrimonial.

O dom para o cuidado fez parte da vida da minha mãe, que dinamizava técnicas na hora de partejar, como sacudir a barriga das mulheres, sempre com muito cuidado, carinho e amor. Quando era chamada para partejar, ela conversava com a família da gestante e pedia apoio aos parentes. Caso percebesse que não havia condições para a gestante parir em casa, ela imediatamente avisava os familiares e orientava a providenciar um transporte para levá-la ao hospital.

A memória transmitida oralmente sobre conhecimentos ancestrais que minha mãe me ensina, e me ensinou, faz dela uma guardiã de saberes e de práticas ancestrais, assim, como eu, aprendiz dela, me lapido em momentos de minha vida, com seus saberes que trago comigo, que ela passou para mim, que vou passar para os meus filhos e para os meus iguais. As técnicas, as rezas, as plantas usadas se fazem a partir de seus sentidos, de seu corpo de

parteira, caixeira, benzedeira. Fazem uma ciência no ato de partejar, no bater a caixa do divino, benzer as crianças também faz dela, uma mulher com muitas sabedorias e ancestralidades.

No final de sua vida, quando ela estava lúcida, contava sua história de vida, o seu dia a dia dentro do quilombo e fora do território, as narrativas das suas práticas, saberes, fazeres, e trabalhos que são desenvolvidos por ela, nas participações, nas orientações, organizações das festividades, sempre estar de acordo com seus parentes e, seus parentes com ela. Todos respeitavam suas decisões, nos diz Bell Hooks (2019, p. 336):

Falar sobre conhecimento ancestral dentro das tradições africana é uma maneira de falar sobre como aprendemos com os povos que podemos nunca ter conhecido, mas que vivem em nós novamente.

Quando Bell Hooks (2019) aborda o conhecimento ancestral, trago aqui, a realidade da minha mãe que nos ensina esse conhecimento ancestral que ela aprendeu; ela trazia consigo um ensinamento que não precisava estar em sala de aula para ensinar e aprender. O diálogo que fazia conosco nos mostrava o quanto de experiência e sabedoria ela tinha.

Em 22 de janeiro de 2024, ela foi internada por razão de um ferimento no pé que apareceu, não estava sarando/curando. Os médicos realizavam curativos todos os dias, eu, filha, também fazia os curativos todos os dias, mas não curava, não cicatrizava. Então, por essa razão foi necessário interná-la no hospital Santa Casa, em São Luís, como lá também nos meios dos especialistas não teve êxito, tiveram que fazer a amputação da perna dela. Fiz de tudo que podia fazer para não fazer essa cirurgia, pois sabia que ela ia ficar muito triste, logo ela sempre foi muito vaidosa, linda, plena.

Foi muito difícil para mim, tomar a decisão junto com os meus irmãos. Ela, lúcida nas suas sanidades mentais, entendendo tudo. Muito difícil foi aceitar que ela tinha que fazer a amputação da perna, pois não estava tendo circulação na perna, e por essa razão não tinha condições de o ferimento curar. Então, foi marcada a cirurgia para o dia 12 de fevereiro de 2024, não deu certo; foi remarcada para o dia 15 de fevereiro de 2024, nesse dia foi feita a cirurgia.

Eu estava com muito medo de ela não resistir, mas eu com muita fé, e coragem, ela também. Graças aos Deuses, deu tudo certo na cirurgia. Ela não sentiu nada de reações depois da cirurgia. Passamos 40 dias no hospital em São Luís. Ela não queria que ninguém ficasse com ela, só eu, Hellen Jacqueline, sua filha. Não arredei o pé de perto dela hora nenhuma. Há

não ser, só um dia, pois o corpo não aguentava mais. Conversei com ela, e falei: “*Mãe vou pra casa de meu padrinho (irmão mais velho)*”, que mora em São Luís, meia hora do hospital onde ela estava internada, então lá fui passar esse dia. Mas, quando cheguei na casa de meu padrinho, não comi nada e fui dormir, estava exausta. Vida de hospital não é fácil, quem cuida da pessoa que está internada, a gente fica mais doente, do que o próprio doente. Eu estava com 64 quilos, fiquei nesse intervalo de tempo com 55 quilos. Fiquei só a titela. Mas, faria tudo novamente se fosse possível para ter minha mãe, novamente comigo.

No dia 28 de fevereiro, tivemos alta do hospital, chegamos em casa na comunidade, ela ficou muito feliz, por estar no meio novamente de seus netos, netas, filhos. As pessoas da comunidade quando ficaram sabendo que ela estava em casa, muitas visitas ela recebeu. Passou alguns dias, ela ficou triste, eu conversava muito com ela, sobre a perna dela. Então brincava muito com ela, para que ela não ficasse pensando naquela situação que ela estava vivendo sobre a perna.

Em todos os momentos, eu olhava nos olhos dela e dizia: “*Já te falei hoje que te amo? Te amo, te amo, te amo, te amo?*” Ela começava a sorrir. Eu repetia isso várias vezes todos os dias: “*Te amo, te amo, te amo, te amo, te amo muito. Não gosto nem de imaginar ficar sem você um dia. Sei que isso vai acontecer, mas vai ser difícil.*” Quando amanhecia e a colocava na cadeira, eu dizia: “*Já te falei hoje o quanto eu te amo?*” Ela respondia que não, e eu repetia: “*Te amo, te amo, te amo, te amo, tanto que não cabe no meu coração, tanto amor que tenho por você, minha vida, minha rainha, meu tudo.*” Ela sorria muito. Então, meu filho, neto dela, também chegava e dizia o mesmo, expressando o grande amor que tínhamos, e continuamos a ter, por ela.

Também nesses momentos nós conversávamos muito, eu pedia para ela que, quando ela fizesse a passagem dela, ela tinha que me dar muita força, pois sabia que não ia resistir, tanta dor. Ela sabia sobre todos os cuidados, os remédios, os exames de rotinas e se cuidava, se alimentando bem, dormindo bem, fazendo suas necessidades fisiológicas corretamente. Estava muito feliz porque era circulada no meio do povo, seus familiares. Eu registrava tudo que ela fazia, filmava, tirava fotos, tirava tantas fotos que ela se zangava, ficava brigando toda hora comigo, pois tirava retrato. Ela falava: “*hummmm, toda hora tu tiras retrato e começava a sorrir*”. Eu explicava que era para ficar registrado tudo. Passou quatro meses depois da cirurgia, ela faleceu. Ela faleceu no dia 23 de junho de 2024, e completaria ano no dia 7 de julho de 2024. Ela faleceu não por motivo da cirurgia, de doenças graves, mas de velhice mesmo, pois já ia completar 108 anos.

Um dia antes de falecer, estive no aniversário de uma comadre minha, dancei muito, estava muito feliz. Quando foi no dia seguinte, como todos os dias, dei o café e mingau para minha mãe, ela nos meus braços. Depois que ela bebeu a água, ela deu dois suspiros bem profundo, no terceiro suspiro, ela não voltou mais. Gritei minhas filhas, elas entraram no quarto, eu falei: *minha mãe morreu*. Minhas filhas não acreditaram e eu gritei vai chamar e avisar o povo que minha mãe faleceu. Elas saíram chorando muito, eu fiquei desesperada em cima dela, chorando muito, na mesma hora me veio uma força, não sei de onde, mas também sei ao mesmo tempo de onde a força. Pois lembrei que sempre pedi a ela que me desse força e coragem nesse momento difícil da passagem dela. Então, rapidamente a casa encheu de gente. Cada um fez uma coisa, eu fui cuidar do corpo de minha mãe. Limpei ela toda, vesti uma outra roupa nela, avisei logo meus irmãos netos, netas, bisnetos, bisnetas. Ela faleceu às 10h da manhã. Passou a noite sendo velada na casa dela, no dia seguinte levamos para a igreja, foi tocada sete marchas de Tambor de Crioula, e sete toadas de caixas do Divino Espírito Santo na Igreja do Divino Espírito Santo. Logo, ela dona do Divino, devota, e caixeira mó, do Divino. Ela dentro do caixão, parecia que estava dormindo, com um semblante de sorriso estampado no rosto. Linda a passagem de minha mãe, minha preta velha. **Te amo, te amo, te amo para sempre meu amor, Severina Pires Belfort.**

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. *O Bem Viver: uma oportunidade de imaginar outros mundos*. Segunda reimpressão, tradução Tadeu Breda. Editora: Elefante, 2011.

AGENDA MARANHÃO. *80 Anos de Mundinha Araújo*. Disponível em: <https://agendamaranhao.com.br/2023/01/08/80-anos-de-mundinha-araujo/>. Acesso em: 20 out. 2024.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Os quilombos e o mercado de terras*. Porantim, Ano XXVI, 272, Brasília-DF, Jan/Fev-2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner. *Universalização e localismo – Movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia*. Reforma Agrária, ano 19, n.1, pp. 4-7, abr./jun. 1989.

BÂ, Amadou Hampaté. *Tradição Viva*. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África / editado por Joseph Ki-Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

BARBOSA, Marise Glória. *Um as mulheres que dão no couro: As Caixeiras do Divino no Maranhão*. Direção: Marise Glória Barbosa. 2007. Formato: Documentário. São Luís: Produtora Cultural do Maranhão.

BARBOSA, Marise Glória. *E agora?! Quem não se apaixona por essa pessoa incrível, que é a minha mãe?* São Luís, 2021. Texto não publicado.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. COORDENAÇÃO DE SAÚDE DA COMUNIDADE. *Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial*. Brasília: Ministério da Saúde, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. *PARTO E NASCIMENTO DOMICILIAR ASSISTIDOS POR PARTEIRAS TRADICIONAIS [RECURSO ELETRÔNICO]*: O Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. *Livro da parteira tradicional*. 2. ed. rev. ampl. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. *Diretrizes para capacitação de agentes comunitários de saúde em linhas de cuidado*. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006. Acrescenta os §§ 4º, 5º e 6º ao art. 198 da Constituição Federal.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 52, de 14 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde (SUS).

BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde.

BRASIL. Lei nº 10.507, de 10 de julho de 2002. Estabelece a profissão de Agente Comunitário de Saúde (ACS).

BRASIL. Lei nº 11.350, de 10 de julho de 2006. Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição Federal, que dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 52, de 14 de fevereiro de 2006.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, de 2009.

BRASIL. Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, de 2013.

BRUSTOLIN, Cíndia. *Território quilombola de Santa Maria dos Pretos e Capoeira Angola Mandingueiros do Amanhã: processos de resistência*. In: BARROS, V.; BRUSTOLIN, C. (Org.). *Encontros Ancestrais: capoeira Angola em terras quilombolas*. 1ed. 2015.

CONTI, Irio Luiz; SCHROEDER, Edni Oscar. *Estratégias de convivência com o Semiárido Brasileiro: Textos e Artigos de Alunos (as) Participantes*. Brasília, 2013.

COUTO, Erika; VARGAS, Divane; PEREIRA, Caroline; GALVÃO, Edna. *Agentes Comunitárias de Saúde em Comunidades Quilombolas: Desvelando sua percepção sobre seu papel de Educador*. In: *Revista de Enfermagem UFPE online*, 2017.

DEALDINA, Selma dos Santos (org.). *Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas*. Jandaíra: Editora da UFRN, 2020.

FIABANI, Adelmir. *Os quilombos contemporâneos maranhenses e a luta pela terra*. *Estudios Históricos – CDHRP*, n. 2, ago. 2009.

FIABANI, Adelmir. *Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GUIMARÃES, Ivan. *Relatório Técnico de Identificação e Delimitação de Quilombo Santa Maria dos Pinheiros Rosa (MA)*. Brasília: Incra, 2008.

GUIMARÃES, Sílvia. *Olhares diversos sobre pessoas e corporalidades: os saberes e práticas de terapeutas populares na região do DF e entorno*. In: DIAS, Cristina; GUIMARÃES, Sílvia. (Org.). *Antropologia e Saúde: diálogos indisciplinados*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2017, v. 1, pp. 68-99.

GUIMARÃES, Sílvia.; SILVA, Ludmila. *Práticas de cuidado, redes sociais e itinerários terapêuticos em um bairro popular de Águas Lindas de Goiás*. *Teoria e Cultura*, v. 15, pp. 24-36, 2020.

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. Tradução de Cátia Bocaíuva Maringolo. São Paulo: Elefante, 2019.

KRENAK, Ailton. *A potência do sujeito coletivo (entrevista)*. *Revista Periferias*, 1 (1), 2018.

IBÁÑEZ-NOVIÓN, Martín. *Anatomias Populares: a antropologia médica de Martín Alberto Ibáñez-Nóvion*. 1ª ed. Brasília: EDU-UNB; 2012.

LITTLE, Paul. *Conhecimentos Tradicionais para o Século XXI: Etnografia da Intercientificidade*. São Paulo: Annablume, 2010.

LUCCHESI, Fernanda. *Relatório antropológico de identificação do território quilombola de Santa Rosa (MA)*. Brasília: Incra, 2008.

MACHADO, Camila Rodrigues; REZENDE, Gisele; SOUZA, Josiane Custodio. *Herança e saberes: entre menino Fula e a tradição viva*. Filosofia Unisinos, São Leopoldo, v. 18, n. 3, p. 372-381, set./dez. 2017.

MAIA, Otávio. *O agente comunitário de saúde e o antropólogo: o caminho etnográfico no SUS “da ponta”*. Anuário Antropológico, vol. 48, n.3, 2023.

NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Editora Perspectiva, 2019.

NOGUEIRA, Mônica. *Educação intercultural e antirracista no nível da pós-graduação: a experiência do Mespt*. In: SILVA, Givânia Maria da Silva et al. (orgs.). *Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos*. São Paulo: Jandaíra, 2021, pp. 166-172.

OLIVEIRA, Gleydson de Castro. *Memórias, Identidades e Educação Quilombola: Santa Rosa dos Pretos (MA) como contexto e texto*. RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 05, n. 03, set.-dez., 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Convenção nº 169*.

PASSOLD, Sirlene Barbosa Corrêa. *Desapocadas: concepções de beleza e conhecimentos tradicionais de mulheres quilombolas do Puris - MG*. Brasília, DF, 2017, p. 146.

PIRES, A, BRUSTOLIN, C. *Quando a Balança Pende: um corredor para exportações e o território Santa Rosa dos Pretos*. Revista de Políticas Públicas da UFMA, v. 22, p. 1365, 2018.

REGO, A. C.; BRUSTOLIN, C. *Partejar Quilombola: ofício de pegar*. In: BARROS, V., BRUSTOLIN, C. (Org.). *Encontros Ancestrais: capoeira angola em terras quilombolas*. 1. ed. 2015

SANTOS, Antônio Bispo dos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, D. *Vivemos sendo negociados: território e resistência em Santa Rosa dos Pretos e comunidade tradicional do Cajueiro em meio à instalação de projetos desenvolvimentistas no Maranhão (MA)*. Kwanissa, São Luís, n. 2, p. 91-110, jul/dez, 2018.

SCHWEICKARDT, J; SOUSA, M; NASCIMENTO, A.; GOMES, M.; MORAES, T. *Parteiras Tradicionais: conhecimentos compartilhados, práticas e cuidado em saúde*. Editora: Rede Unida, 2020.

SORAYA, Fleischer; VIANA, Paula; MORIM, Júlia. *PARTEIRAS “CURIOSAS”, “LEIGAS”, “TRADICIONAIS”, “DOMICILIARES”, “NÃO DIPLOMADAS”*: uma sugestão de agenda de pesquisa. www.feminismos.neim.ufba.br, dez. 2019.

SOUZA, Barbara Oliveira. *Processos de medicalização e regulamentação do nascer: olhares sobre a atuação das parteiras kalunga*. Brasília: UnB, 2007. Ensaio apresentado na VII RAM - VII Reunión de Antropologia del MERCOSUR.